



Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado

Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE - FMS IBIRITE

Município: IBIRITÉ/MG



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Auditoria Especial

Entidade Responsável: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE - FMS IBIRITE

CPF/CNPJ: 02.914.038/0001-03

Município/UF: IBIRITÉ-MG

Unidade Visitada: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE - FMS IBIRITE

CPF/CNPJ: 02.914.038/0001-03

Município/UF: IBIRITÉ/MG

Demandante: Ministério Público Estadual

Forma: Direta

Objeto: Gestão

Abrangência: Junho/2017 a dezembro/2019

Gestão do Prestador: Plena

Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	06/08/2019	27/09/2019
Execução - In loco	30/09/2019	04/10/2019
Execução - In loco	30/09/2019	11/10/2019
Relatório	29/10/2019	06/12/2019

Tarefa Nº: 97130

Natureza da Entidade: Municipal

II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

CARINA BITARAES

Cargo: Secretária Municipal de Saúde

Exercício: Desde 01/01/2017

III - INTRODUÇÃO

FATORES DESENCADEANTES

Trata-se inicialmente de uma demanda encaminhada a AUDSUS SES MG via SEI: 1320.01.0071767/2019-64 pela Subsecretaria de Regulação em Saúde em 10/06/2019 que encaminha o Ofício nº 991/2019 da 03ª Promotoria da Comarca de Ibirité/MPMG, de 28/05/2019, que requisita à

Auditoria nº 593

Acesso 1303161



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais que seja realizada auditoria com a finalidade de verificar e avaliar a qualidade e a efetividade dos serviços de saúde prestados à população, em especial a realização de exames no município de Ibirité/MG.

De forma complementar foi também encaminhada documentação datada de 15/07/2019, informando sobre apuração realizada pela Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada pela Câmara Municipal de Ibirité (Relatório Final sobre o Contrato de Gestão nº 114/2017) solicitando que seja verificada a legalidade e regularidade dos atos técnico-operacionais, bem como à análise e a avaliação dos sistemas de saúde e dos procedimentos.

OBJETIVO E ESCOPO DA AUDITORIA

Avaliar dados relevantes no Contrato realizado entre a SMS de Ibirité e a Organização Social O.S Mais Saúde que possam exprimir a necessidade de saúde dos usuários do SUS.

Apurar os fatos apontados nas demandas de Auditoria do processo SEI 1320.01.0089684/2019-44 relacionados ao Hospital Maternidade Regional de Ibirité – HMRI relativos as:

Irregularidades no acesso e na prestação de serviços de SADT aos usuários do SUS; pagamentos de exames laboratoriais que não foram realizados e/ou sem resultados entregues; demora nos atendimentos de urgências e emergências; perda das fichas de atendimento/FAA no Pronto Atendimento do HMRI; falta de insumos e medicamentos; solicitação de compra de medicamentos aos usuários; problemas estruturais (higiene precária da unidade hospitalar, falta de mobiliários e má acomodação de pacientes); pagamentos por serviços de gerência de coordenação médica e capacitação não realizados; pagamento por plantões da UPA não realizados; pagamento às Empresas RCS e Helsei para realização do mesmo objeto; ausência de Controle, Avaliação e Auditoria do Contrato de Gestão nº 114/2017; falta de equipe de Auditores Assistenciais; falta de profissionais de plantão na UPA; Retirada pela SMS de metas/indicadores da taxa de ocupação de

UTI adulto sem justificativa; Comissão de avaliação do contrato composta por membro(s) que já foi(ram) parceiro(s) do Instituto Social Mais Saúde.

Analisar Processo de Credenciamento e Habilitação de Organizações Sociais de Saúde no âmbito do município de Ibirité (Chamamento Público nº 001/2017), Processo de Seleção de OS para celebração de Contrato de Gestão para o gerenciamento, operacionalização e execução de ações e serviços do Complexo Hospitalar de Ibirité (Chamamento Público nº 002/2017) e celebração e execução do Contrato de Gestão nº 114/2017.

O período analisado foi junho de 2017 a setembro de 2019.

CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE AUDITORIA

O município de Ibirité é localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Segundo IBGE (2015) ocupa, atualmente, uma área de 72,573 km², onde vive uma população estimada de 175.721 habitantes e apresenta densidade demográfica de 2.421,29 habitantes por km². Considerado eminentemente urbano, onde 99,77% da população residem em área urbana (Atlas Brasil, 2010). O Município Ibirité é circundado pelos municípios de Contagem, Belo Horizonte, Betim, Brumadinho e Sarzedo. O Município conta com um Complexo Hospitalar composto por um Hospital e Maternidade Regional – HMRI e uma Unidade de Pronto Atendimento 24 horas, Laboratório Municipal e Unidade de Imagem e Traçados Gráficos.

A Unidade de Pronto Atendimento (UPA) foi recentemente inaugurada em 18/09/2019, também é gerenciada pela OS Mais Saúde classificada com UPA Porte II Ampliada, conta com 44 leitos sendo 11 salas de observação feminina, 8 salas de observação masculina, 4 salas de observação ortopédica, 7 salas de emergência adulta, 4 salas de emergência pediátrica com 9 leitos de pediatria e 1 quarto privativo. Possui setores de apoio com 6 consultórios médicos, 2 farmácias, 1 sala de coleta, 1 sala de prescrição, 4 salas de descanso para funcionários, 1 necrotério, 1 sala de higienização de urgência, 1 posto policial, 2 salas de utilidade, 1 sala de procedimento e 1 copa/refeitório.

O HMRI é o único estabelecimento hospitalar no município e oferece apoio à UPA 24 horas e de outros municípios como Sarzedo, Mário Campos e Brumadinho por meio do SUS-Fácil (Dados obtidos no Plano Municipal de Saúde de Ibirité de 2017 por meio do Sistema SARGSUS/DATASUS). Como hospital geral, conta com 76 leitos no total, sendo 10 leitos de UTI adulto, 02 leitos de psiquiatria, 31 leitos de clínica médica, 06 leitos de pediatria, 18 leitos da maternidade e 09 leitos de cirurgia para procedimentos de baixa e média complexidade. A natureza jurídica da instituição é da Administração Pública, cadastrado no SCNES sob a inscrição: 6892256 com última atualização no sistema em 06/08/2019, no site do DATASUS.

A partir de Setembro 2017, o Complexo Hospitalar passou a ser gerenciado por uma Organização Social Mais Saúde (O.S Mais Saúde) através de Contrato de Gestão Nº 0114/2017, datado de 01/09/2017 celebrado com a Secretaria Municipal de Saúde, por meio de gestão compartilhada. O contrato tem por objeto a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde.

Auditoria nº 593



IV - METODOLOGIA

FASE ANALÍTICA DA AUDITORIA

- Videoconferência para construção e alinhamento da auditoria datada de 16/09/2019.
- Análise da demanda com registro no SEI 1320-01.0089684/2019-44 e o e-mail enviado para o NMAA CENTRO datado de 10/07/2019 pelo Núcleo de Planejamento.
- Análise do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), extraídos em 06/09/2019 do Hospital e Maternidade Regional de Ibirité.
- Construção dos fatos, questões, matrizes de coleta, análise e Cronograma da Atividade 593 de 05/08/2019 a 12/09/2019.
- Análise do Relatório da Comissão de Inquérito Parlamentar da Câmara Municipal de Ibirité datada de 02/05/2019.

FASE OPERATIVA DA AUDITORIA

- A fase operativa da auditoria ocorreu no período de 30/09/2019 a 04/10/2019 com duas auditoras da equipe do NMAA Centro e duas auditoras do NMAA Divinópolis e deu continuidade com a presença da equipe do NMAA Centro até a data de 11/10/2019 na SMS de Ibirité.

No dia 30/09/2019 às 10 horas teve uma reunião de abertura para comunicar os fatos a serem apurados na auditoria, com a presença da gestora, da secretária adjunta, da diretora de planejamento em saúde, da diretora administrativa do HMRI, com funcionário representante da Organização Social nas dependências da SMS de Ibirité.

- Realização de reunião com membro da Comissão Especial de Habilitação e de Entidades Sociais como OS e membro da Comissão Especial de Seleção de OS (EAC) em 03/10/2019.

- Realização de reunião da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização Financeira do Contrato de Gestão nº 114/2017 representantes do Conselho Municipal de Saúde de Ibirité em 04/10/2019.

- Reunião de encerramento da equipe financeira de auditoria (NMAA Divinópolis) em 04/10/2019.

- Foi realizada uma diligência para complementação de documentos para elaboração do Relatório Preliminar de Auditoria no dia 02/12/2019.

- Limitação: Ausência de documentos comprobatórios da produção do laboratório de setembro de 2017 a abril de 2018. Ausência de disponibilização in loco do Processo Chamamento Público nº 001/2017. Ausência da Relação Nominal dos Sócios/Parceiros do Instituto Social Mais Saúde.

V - CONSTATAÇÕES

Tópico: Fundo Municipal de Saúde de Ibirité

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 591106

Subgrupo: Contrato

Auditoria nº 593



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Item: Contrato de Empresa

Constatação: Irregularidades no processo de Chamamento Público nº 001/2017 - Edital nº 001/2017 para credenciamento e

qualificação de Organização Social de Saúde no município de Ibitité, no que se refere à legalidade dos procedimentos da fase de "qualificação".

Evidência:

No âmbito do município de Ibitité, o procedimento para qualificação de entidades como organizações sociais (OS) e formalização de parcerias para desenvolvimento de atividades de saúde está disciplinado pela Lei Municipal nº 2.134/2014, que foi regulamentada pelo Decreto Municipal nº 3.895/2014. Conforme disposto no art. 2º dessa lei, a qualificação de OS deverá ser realizada pelo Poder Executivo de Ibitité ou por Comitê Gestor por ele instituído, se atendidos os requisitos legais.

No que tange ao julgamento do requerimento de qualificação como OS, o decreto explica que "o Comitê Gestor deferirá ou indeferirá o pedido de qualificação no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de seu protocolamento, colhida a prévia manifestação, quanto ao cumprimento integral dos requisitos necessários à qualificação" (Decreto nº 3.895/2014, art. 2º, caput).

Já nos termos do Edital nº 001/2017 que trata do Chamamento Público nº 001/2017 para credenciamento e qualificação de OS, as entidades interessadas na qualificação deveriam apresentar requerimento endereçado à Comissão Especial para Qualificação e Credenciamento de Entidades Sem Fins Lucrativos como OS (cf. Edital 001/2017, itens 2.1, 3.2, 4.1 e ANEXO I). Essa comissão teria como atribuição a "análise do pedido de qualificação, colhida a prévia manifestação, quanto ao cumprimento integral dos requisitos necessários à qualificação" (Edital nº 001/2017, item 4.1).

Verifica-se que não foi instituído o Comitê Gestor previsto no Decreto nº 3.895. Suas competências foram atribuídas à Comissão Especial para Qualificação e Credenciamento de Entidades Sem Fins Lucrativos pelo Edital nº 001/2017. Não foi apresentado/localizado, ato/norma municipal que nomeasse a Comissão Especial para Qualificação de Organizações Sociais e com descrição de suas atribuições.

As atas de reunião da Comissão Especial para Qualificação de OS citam a Portaria Municipal de nº 405/2017 como fundamento normativo para suas atividades. Por meio da Portaria nº 405/2017, a SMS nomeou Comissão de Habilitação de Entidades como OS e não Comissão Especial para Qualificação de OS.

Quanto à atuação da Comissão Especial para Qualificação de OS, constam nos autos do processo de Chamamento Público nº 001/2017 duas atas de reuniões da Comissão. A primeira ocorrida em 08/06/2017 e a segunda, em 30/06/2017. Nas reuniões, a Comissão executou atos típicos do procedimento de qualificação: análise documental, julgamento, deferimento/indeferimento dos requerimentos das entidades.

Conforme se extrai da Lei Municipal nº 2.134 e da Portaria nº 405, a Comissão de Habilitação tem atribuição diversa e mais limitada que a Comissão de Qualificação. A Comissão de Habilitação deveria ter atuado previamente ao procedimento de qualificação, emitindo "parecer conclusivo quanto à conveniência e oportunidade de qualificação como Organização Social da Secretaria Municipal de Saúde de Ibitité" - um dos requisitos que a requerente deve preencher para se habilitar ao processo de qualificação (cf. Portaria nº 405/2017, art. 2º e Lei Municipal nº 2.134/2017, art. 3º, II).

As duas atas de reunião, informadas como sendo da Comissão de Qualificação, registram como participantes e signatários da reunião os membros que compõem a Comissão de Habilitação de Entidades como OS.

Assim, os atos relativos ao procedimento de qualificação das OS (análise dos requerimentos, julgamento, deferimento/indeferimento) foram realizados por agentes públicos e por Comissão que não possuíam atribuição legal para tanto. Tal fato está em desacordo com C.F/1988, art. 37, caput; Lei Municipal nº 2.134/2014, art. 2º; Decreto Municipal nº 3.895/2014, art. 2º e com Edital nº 001/2017, o item 4.1.

Fonte da Evidência: Lei Municipal nº 2.134 de 02/09/2014;

Decreto Municipal nº 3.895 de 01/10/2014;

Edital nº 001/2017 que trata do Chamamento Público nº 001/2017;

Atas da Primeira e da Segunda Reunião da Comissão Especial para Qualificação de Organizações Sociais; Diário Oficial do Município de Ibitité de 17/07/2017, edição 623, página 1.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome

Auditoria nº 593



próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antonio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a essa constatação, manifestou-se da seguinte forma: Não foi instituído o Comitê Gestor previsto no Decreto nº 3.895 e as suas competências foram atribuídas à Comissão Especial para Qualificação e Credenciamento de Entidades Sem Fins Lucrativos, segundo o Edital nº 001/2017. Não foi apresentado/localizado, ato/norma municipal que nomeasse a Comissão Especial para Qualificação de Organizações Sociais e com descrição de suas atribuições e os atos relativos ao procedimento de qualificação das OS (análise dos requerimentos, julgamento, deferimento/indeferimento) foram realizados por agentes públicos e por Comissão que não possuíam atribuição legal para tanto.

Realmente não foi instituído o Comitê Gestor da forma prevista na legislação anterior, entretanto, a atuação da Comissão Especial para Qualificação e Credenciamento de Entidades Sem Fins Lucrativos esteve de acordo com o previsto no Edital 001/2017.

Todas as portarias municipais à época foram instruídas, elaboradas e publicadas pela Procuradoria Geral do Município (PROGER), cabendo à Secretaria Municipal de Saúde a indicação de funcionários para participação nos processos licitatórios, o que sempre envolveu a designação de servidores lotados na Diretoria Administrativo-financeira/Setor de Licitações e Compras desta SMS.

Os atos relativos aos procedimentos de qualificação das Organizações Sociais (análise dos requerimentos, julgamentos, deferimento/indeferimento) foram executados por agentes públicos designados formalmente pelo Executivo para sua realização.

É importante destacar que todas as decisões tomadas pela mesma, foram submetidas à análise posterior da autoridade municipal competente, tendo sido emitido parecer jurídico validando todos os atos que foram praticados pelos agentes públicos neste processo de Chamamento.

Para estas afirmações foram verificados os procedimentos realizados na análise da documentação recebida e os julgamentos, a partir dos seguintes documentos que compõe o Processo nº 176/2017, disponível na PROGER:

Fonte: Processo nº 176/2017 - Pasta 01

° Anexo 1 C - Página 55 - Diário oficial do Município de Ibirité - "Nomeia membros da Comissão Especial de Seleção das Organizações Sociais Qualificadas no Âmbito no Município de Ibirité";

° Anexo 1D - Página 60 - Cópia do certificado de qualificação do Instituto Mais Saúde;

° Anexo 1E Página 65 - Parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município validando a legalidade do edital de seleção e contrato de gestão.

2. Por meio de Documento s/n, datado de 16/11/2020, a Sra Elenice Aparecida Costa se manifesta da seguinte forma:

Cabe esclarecer que todas as Portarias Municipais instituindo Comissões no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Ibirité são elaborados e publicadas pela Procuradoria Geral do Município. Nesse processo, coube a Secretaria de Saúde somente indicar os servidores que participariam da Comissão.

Importante ressaltar que em todas as questões envolvendo o Chamamento Público não houve orientação jurídica por parte da Procuradoria Geral. Havia somente a participação do setor de Licitações, como citado anteriormente.

Análise da Justificativa:

Justificativa 1. Mesmo reconhecendo que não foi instituído o Comitê Gestor da forma prevista na legislação, a justificativa segue afirmando que a Comissão Especial para Qualificação e Credenciamento de Entidades Sem Fins Lucrativos esteve de acordo com o previsto no Edital 001/2017 e de que as decisões tomadas foram submetidas à análise posterior da autoridade municipal competente com emissão de parecer jurídico. Os anexos apresentados não pertencem ao Chamamento Público nº 001/2017 - Edital nº 001/2017 para credenciamento e qualificação de Organização Social de Saúde no município de Ibirité e sim ao Chamamento nº 002/2017 - Edital nº 002/2017 - Seleção das Organizações Sociais Qualificadas no Âmbito no Município de Ibirité. As evidências permanecem demonstrando que atos relativos ao procedimento de qualificação das OS foram realizados por agentes públicos e por Comissão que não possuíam atribuição legal para tanto. Não houve argumento e/ou documentação para a desconstrução do descrito no campo evidências.

Justificativa 2. A justificativa apresentada minimiza as ações da Secretaria Municipal de Saúde e ressalta a falta de orientação jurídica no Chamamento Público nº 001/2017. Não apresenta documento e/ou argumentação que altere o descrito no campo evidências.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Diante do exposto, à autoridade competente, conforme Resolução SES nº 2.906/2011, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita com subsequente comunicação do fato constatado à Câmara Mun. de Ibirité e ao TCE/MG em razão do disposto na Lei Municipal nº 2.134/2014, art. 2º, parágrafo único e na Lei Complementar Estadual nº 102/2008, artigo 3º, inciso XVI.

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Realizar adequação em procedimentos futuros a fim de cumprir o que determina a Constituição Federal/1988, art. 37, caput; Lei Municipal nº 2.134/2014, art. 2º; Decreto Municipal nº 3.895/2014, art. 2º e adotar medidas administrativas no sentido de minimizar os impactos desta irregularidade.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE - FMS IBIRITE	02.914.038/0001-03

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 585916

Subgrupo: Contrato

Item: Contrato de Empresa

Constatação: Irregularidades no processo de Chamamento Público nº 001/2017 - Edital nº 001/2017 para credenciamento e qualificação de OS de Saúde no município de Ibirité, em razão de inexistência de parecer favorável da Comissão de Habilitação de Entidades.

Evidência: O artigo 3º da Lei nº 2.134/2014 apresenta os requisitos para habilitação ao processo de qualificação de OS. Dentre esses requisitos, a entidade deve "ter recebido aprovação, em parecer favorável, quanto à conveniência e oportunidade de sua qualificação como organização social, da Secretaria Municipal correspondente" (Lei nº 2.134/2014 art. 3º, inciso II). No caso da SMS, essa função de "emitir parecer conclusivo quanto à conveniência e oportunidade de qualificação como organização social da SMS de Ibirité" foi delegada à Comissão de Habilitação de Entidade como Organizações Sociais (Portaria nº 405/2017, art. 1º, 2ª parte);

Para fins da efetiva qualificação como OS, o Edital nº 001/2017 exigia a apresentação de requerimento instruído por documentos aptos a comprovar um rol requisitos dispostos no subitem 2.1, dentre eles: "aprovação da SMS, quanto à conveniência e oportunidade, de sua qualificação como organização social" (subitem 2.1.7).

Por meio da análise de documentação referente ao Chamamento Público nº 001/2017, e de acordo com declaração de membro efetivo da Comissão de Habilitação verificou-se a inexistência do referido parecer quanto à conveniência e oportunidade da qualificação.

Tal fato esta em desacordo com Lei Federal nº 9.637/1998, artigo 2º inciso II; Lei Municipal nº 2134/2014 artigo 3º inciso II e Edital nº 001/2017 Chamamento Público nº 001/2017 para Credenciamento e Qualificação de Organizações Sociais de Saúde no Âmbito do Município de Ibirité, subitem 2.1.7.

Fonte da Evidência: Termo de Auditoria assinado em 11/10/2019;

Termo de Declaração de membro efetivo da Comissão de Habilitação de Entidades como Organizações Sociais (EAC) de 03/10/2019;

Cópia digitalizada do processo de Chamamento Público nº 001/2017 (incompleto); Portaria Municipal nº 405/2017.

Auditoria nº 593



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Conformidade: Não Conforme

- Justificativa:** 1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antonio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a essa constatação, manifestou-se da seguinte forma: Ao analisar a documentação recebida, a equipe de Auditoria da SES-MG constatou irregularidade no processo de Chamamento Público nº 01/2017, em razão da inexistência de parecer favorável emitido pela Secretaria Municipal de Saúde quanto à conveniência e oportunidade da qualificação da entidade como Organização Social.
- Todavia, tal parecer conclusivo se encontra nos documentos físicos do Processo Administrativo nº 176/2017, do Chamamento Público nº 001/2017, citado na resposta anterior, e, desta feita, não há que se falar em ato em desacordo vez que os atos necessários foram devidamente realizados obedecendo a forma legal instituída, conforme pode ser verificado em documento anexo. (Processo nº 176/2017 - Pasta 1; Anexo 1D - Página 60 - Cópia do Certificado de Qualificação do Instituto Mais Saúde.)
2. Por meio de Documento s/n, datado de 16/11/2020, a Sra Elenice Aparecida Costa se manifesta da seguinte forma: Conforme a constatação acima foi verificada a ausência de parecer quanto a conveniência e oportunidade da qualificação.

Análise da Justificativa: Justificativa 1. O anexo citado da Página 60 - Cópia do Certificado de Qualificação do Instituto Mais Saúde, faz parte do Chamamento nº 002/2017 - Edital nº 002/2017 - Seleção das Organizações Sociais Qualificadas no Âmbito no Município de Ibirité. Trata-se de Certificado emitido pela SMS/Prefeitura Municipal de Ibirité certificando que o Instituto Social Mais Saúde é qualificado com O.S, ou seja, passou pelo processo de credenciamento e qualificação. Trata-se de outro documento e não do parecer conclusivo quanto à conveniência e oportunidade da qualificação da Organização Social. Durante a fase operativa da auditoria foi constatada a inexistência do parecer favorável da Comissão de Habilitação de Entidades e em entrevista, membro efetivo da Comissão de Habilitação declarou que não houve estudo formal da Secretaria Municipal de Saúde demonstrando a viabilidade da habilitação de entidades como O.S. A ausência do parecer favorável foi registrada no Termo de Auditoria assinado pelos auditores e pela Secretária Municipal de Saúde em 11/10/2019.

Justificativa 2. A justificativa apresentada confirma a ausência do parecer.

Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Diante do exposto, à autoridade competente, conforme Resolução SES nº 2.906/2011, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita com subsequente comunicação do fato constatado à Câmara Municipal de Ibirité e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG) em razão do disposto na Lei Municipal nº 2.134/2014, artigo 2º, parágrafo único e na Lei Complementar Estadual nº 102/2008, artigo 3º, inciso XVI.

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Realizar adequação, em procedimentos futuros a fim de cumprir o que determina a Lei Federal nº 9.637/1998, artigo 2º inciso II; Lei Municipal nº 2134/2014 artigo 3º inciso II e adotar medidas administrativas no sentido de minimizar os impactos desta irregularidade. **Destinatários da Recomendação**

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE - FMS IBIRITE	02.914.038/0001-03

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 586208

Subgrupo: Contrato

Auditoria nº 593



Item: Contrato de Empresa

Constatação: Disponibilização incompleta do processo de qualificação e habilitação de Organização Social - OS - Edital nº 001/2017 Chamamento Público nº 001/2017 pela SMS de Ibitiré.

Evidência: Foi disponibilizado, pela SMS de Ibitiré, cópia digitalizada do processo de qualificação e habilitação de Organização Social - OS - (Edital nº 001/2017 Chamamento Público nº 001/2017). O processo, além de incompleto, não foi devidamente instruído estando sem numeração e rubrica nas páginas. Trata-se de arquivo em PDF, de 44 páginas onde constam:

1. Comunicação Interna CI/SMSI nº 34/2017 enviada à Procuradoria Geral do Município, Solicitando Parecer sobre adimplência de Chamamento Público para Contratação de Organização Social
2. Parecer nº 171/2017 da Procuradoria
3. Lei Federal nº 9.637/1998
4. Edital de Chamamento Público nº 001/2017
5. Ofício nº 946/2017 SMS/Ibitiré enviado ao CMS dando ciência sobre a realização de Chamamento Público
6. Ata da Primeira Reunião da Comissão Especial para Qualificação de O.S.
7. Ata da Segunda Reunião da Comissão Especial para Qualificação de O.S.
8. Parecer nº 001/2017 emitido pela SMS de Ibitiré
9. Comprovante de publicação pela Secretaria de Administração no Diário Oficial de Ibitiré do julgamento do Chamamento Público nº 001/2017, em 22/06/2017 na edição 631
10. Comunicação Interna CI/SMSI nº 95/2017 enviado à Procuradoria, informando realização de Audiência Pública
11. Ofício nº 1.170/2017 SMS/Ibitiré encaminhado à Câmara de Vereadores de Ibitiré, informando realização de Audiência Pública
12. Ofício nº 1.171/2017 SMS/Ibitiré encaminhado à Promotoria, informando realização de Audiência Pública
13. Ofício nº 1.196/2017 SMS/Ibitiré encaminhado CMS de Ibitiré, informando realização de Audiência Pública
14. Lista de Presença da Audiência Pública
15. Comprovante de publicação pela Secretaria de Administração no Diário Oficial de Ibitiré do julgamento do Chamamento Público nº 001/2017, em 17/06/2017 na edição 623
16. Fotos de pasta de documentos, protocolo de entrega e de envelopes etiquetados das Instituições: Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano, Irmandade Nossa Senhora das Graças, Instituto Social Mais Saúde e Associação de Combate ao Câncer do Brasil Central.

A disponibilização incompleta do processo não permitiu análise da documentação apresentada pelas entidades, impossibilitando a comprovação de que o Chamamento Público nº 001/2017 atendeu aos requisitos legais.

Tal fato está em desacordo com Constituição Federal/1988, artigo 37, caput, Lei Federal nº 9.637/1998, artigo 2º, 3º e 4º, Lei Municipal nº 2.134/2014, artigo 2º e Decreto Municipal nº 3.895/2014, artigo 1º.

Fonte da Evidência: Cópia digitalizada do processo de qualificação e habilitação de Organização Social - OS - Edital nº 001/2017 Chamamento Público nº 001/2017.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antonio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a essa constatação, manifestou-se da seguinte forma: A auditoria alegou que não houve a disponibilização completa do processo de qualificação e habilitação de Organização Social - OS - Edital nº 001/2017 Chamamento Público nº 001/2017 pela SMS de Ibitiré, sendo que, além de incompleto, o processo não foi devidamente instruído, estando sem numeração e rubrica nas páginas.

Neste ponto, esclarecemos que foi disponibilizado à equipe de auditores da SES a documentação que se encontrava em meio virtual na Secretaria Municipal de Saúde, de forma digitalizada, vez que, por questões administrativas, a totalidade dos processos não são digitalizados.

Auditoria nº 593



Entretanto, foi disponibilizado, pela Procuradoria Geral Municipal de Ibirité, o acesso ao processo físico nº 176/2017, onde consta em anexo todos os passos da Qualificação e habilitação de Organização Social em Saúde (OSS) no município de Ibirité, referentes ao Edital nº 001/2017 Chamamento Público nº 001/2017, que está completo e devidamente instruído, com numeração e rubrica nas suas páginas (Anexo 3), da seguinte forma:

- ° Pasta 1: Página 1 à página 349 devidamente numeradas e rubricadas (Anexo 3A, 3B, 3C);
- ° Pasta 2: Página 350 à página 664 devidamente numeradas e rubricadas (Anexo 3D, 3E, 3F);
- ° Pasta 3: Página 665 à página 717 devidamente numeradas e rubricadas (Anexo 3G, 3H, 3I).

Nas pastas 01 e 02 do processo nº 176/2017 está disponibilizada toda a documentação referente à qualificação e à habilitação do Instituto Social Mais Saúde para realizar a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Hospital e Maternidade Regional de Ibirité e Unidade de Pronto atendimento, a saber: anexo 1F Página 129 - Chamamento Público para seleção de Organização Social "...proceder ao credenciamento do representante da Entidade Instituto Mais Saúde...A comissão recebeu em conformidade toda documentação para o credenciamento". Anexo 1 G - Página 356 - Diário Oficial - Chamamento Público "A Comissão Especial de Seleção de Organização Social julga habilitada a entidade Instituto Mais Saúde..."

Anexo 1H - Página 358: Ata de abertura de proposta técnica;

Anexo 1 L - Páginas 436 a 440: Atestados de capacidade técnica;

Anexo 1I - página 442: Ata de análise e aprovação de proposta técnica;

Anexo 1J - Página 444 - Diário Oficial "A Comissão Especial de Seleção de Organizações Sociais, julga vencedora a Entidade Instituto Mais Saúde por apresentar proposta Técnica em conformidade no solicitado no edital e alcançando a pontuação exigida para sua classificação..."

O acesso ao Processo 176/2017 a análise da documentação apresentada pelas entidades que concorreram ao certame, possibilitando a comprovação de que o Chamamento Público nº 001/2017 atendeu aos requisitos legais, estando em acordo com a Constituição Federal/1988, artigo 37, caput, Lei Federal nº 9.637/1998, artigo 2º, 3º e 4º, Lei Municipal nº 2.134/2014, artigo 2º e Decreto Municipal nº 3.895/2014, artigo 1º.

Esclarecemos que o processo completo, com toda respectiva documentação encontra-se em meio físico, devidamente arquivado no setor competente, sendo o mesmo de acesso público, não havendo nenhum óbice à realização de consulta ao mesmo.

2. Por meio de Documento s/n, datado de 16/11/2020, a Sra Elenice Aparecida Costa se manifesta da seguinte forma: Toda documentação pertinente foi apresentada para as auditoras. Esta constatação não identificou o item no processo, apenas destacou que "a disponibilização incompleta do processo não permitiu análise da documentação apresentada pelas entidades, impossibilitando a comprovação de que o Chamamento Público nº 001/2017 atendeu aos requisitos legais".

Análise da Justificativa:

Justificativa 1. A justificativa apresentada alega que não foi disponibilizada toda a documentação de forma digitalizada por questões administrativas e que o processo com a respectiva documentação se encontra em meio físico devidamente arquivado no setor competente.

Durante fase operativa da auditoria, foi consultado o processo físico Chamamento Público nº 002/2017 - Edital nº 002/2017, que se apresentava devidamente instruído com numeração e rubrica das páginas. Os anexos citados e apresentados coincidem com processo de Edital nº 002/2017 Chamamento Público nº 002/2017 Seleção das Organizações Sociais Qualificadas no Âmbito no Município de Ibirité e não com o processo em questão, citado na constatação.

Justificativa 2. A constatação não objetivou identificar e individualizar os itens faltantes no processo. De forma mais precisa, a constatação concluiu que a disponibilização incompleta do processo não permitiu análise da documentação apresentada pelas entidades, impossibilitando a comprovação de que o Chamamento Público nº 001/2017 atendeu aos requisitos legais. Conforme descrito no item 16 (campo evidência, acima) o processo disponibilizado continha apenas as fotos de pasta de documentos e protocolo de entrega e de envelopes etiquetados das Instituições.

Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Diante do exposto, à autoridade competente, conforme Resolução SES nº 2.906/2011, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita com subsequente comunicação do fato constatado à Câmara Municipal de Ibirité e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG) em razão do disposto na Lei Municipal nº 2.134/2014, artigo 2º, parágrafo único.

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Disponibilizar de forma completa o processo de qualificação e habilitação de Organização Social - OS - Edital nº 001/2017 Chamamento Público nº 001/2017 permitindo a análise da documentação apresentada pelas instituições, conforme determina a Constituição Federal/1988, artigo 37, caput, Lei Federal nº 9.637/1998, artigo 2º, 3º e 4º, Lei Municipal nº 2.134/2014, artigo 2º e Decreto Municipal nº 3.895/2014, artigo 1º.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE - FMS IBIRITE	02.914.038/0001-03

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 585966

Subgrupo: Contrato

Item: Contrato de Empresa

Constatação: Irregularidade no Edital nº 001/2017 de Chamamento Público nº 001/2017 para o Credenciamento e Qualificação de Organizações Sociais de Saúde no âmbito do Município de Ibirité/MG.

Evidência: A análise documental revelou irregularidade no Edital nº 001/2017 de Chamamento Público nº 001/2017 para o Credenciamento e Qualificação de Organizações Sociais de Saúde no âmbito do Município de Ibirité/MG. O Edital de Chamamento Público nº 001/2017, não apresentou como requisito de qualificação:

- * previsão, no ato constitutivo, da participação de representantes do Poder Público e de membros da comunidade, denotória capacidade profissional e idoneidade moral, no órgão colegiado de deliberação superior;
- * o atendimento, em estatuto, dos critérios básicos sobre a estruturação e atribuições privativas do Conselho de Administração da entidade.

Tal fato está em desacordo com Lei Federal nº 9637/1998 artigo 2º, inciso I, alínea d; artigo 3º, incisos I a VIII e artigo 4º incisos I a X.

Fonte da Evidência: Cópia digitalizada do Edital nº 001/2017 - Chamamento Público nº 001/2017.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antônio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a essa constatação, manifestou-se da seguinte forma: Foi alegado pela Auditoria a irregularidade do Edital nº 001/2017, do Chamamento Público nº 001/2017 para realizar o credenciamento e qualificação de Organizações Sociais de Saúde no âmbito do Município de Ibirité/MG, pois o mesmo não apresentou como requisito de qualificação:

- * previsão, no ato constitutivo, da participação de representantes do Poder Público e de membros da comunidade, denotória capacidade profissional e idoneidade moral, no órgão colegiado de deliberação superior;
- * atendimento, em estatuto, dos critérios básicos sobre estruturação e atribuições privativas do Conselho de Administração da entidade.

Auditoria nº 593



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Realmente não foi previsto no Edital de Chamamento Público nº 001/2017 que as organizações sociais comprovassem, no seu ato constitutivo, a participação de representantes do Poder Público e de membros da comunidade com o perfil citado, no seu órgão colegiado de deliberação superior e que, no seu estatuto estivesse declarado quais foram os critérios básicos adotados para estruturação e as atribuições privativas do Conselho de Administração da entidade. Durante o processo, os representantes da Secretaria Municipal de saúde no certame não atentaram para este fato.

Quando houver novo certame nos comprometemos com a inclusão destas exigências no Edital de Chamamento Público.

Quanto à estruturação do Conselho de Administração, o do Instituto Social Mais Saúde constituiu-se em acordo com a Lei Federal nº 9637/1998, artigo 2º, inciso I, alínea d, artigo 3º, incisos I a VIII e artigo 4º incisos I a X, conforme consta no processo nº 176/2017 e demonstrado nos Anexos 4A, 4B e 4C:

° Anexo 4A - Página 247

° Anexo 4B - Página 254

° Anexo 4C - Página 256

Esclarecemos que na SMS funcionam instâncias colegiadas que exercem o seu papel de deliberação na gestão do SUS Ibirité e de controle social: o Colegiado gestor da SMS, composto por toda a equipe dirigente da gestão municipal, com a participação da direção do HMRI e técnicos convidados quando da discussão de temas específicos, e o Conselho Municipal de Saúde, Instância de controle social com participação nas Comissões de avaliação do Contrato de Gestão.

Análise da Justificativa: 1. A justificativa apresentado reconhece irregularidades no edital e se compromete a corrigi-las num próximo edital.

No que se refere aos anexos apresentado, quanto à estruturação do Conselho de Administração do Instituto Social Mais Saúde, esclarecemos que os mesmos fazem parte do processo Chamamento nº 002/2017 - Edital nº 002/2017 - Seleção das Organizações Sociais Qualificadas no Âmbito no Município de Ibirité, posterior ao processo de credenciamento e qualificação.

Por fim, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Diante do exposto, à autoridade competente, conforme Resolução SES nº 2.906/2011, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita com subsequente comunicação do fato constatado à Câmara Municipal de Ibirité e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG) em razão do disposto na Lei Municipal nº 2.134/2014, artigo 2º, parágrafo único e na Lei Complementar Estadual nº 102/2008, artigo 3º, inciso XVI.

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Realizar adequação em procedimentos futuros a fim de cumprir o que determina a Lei Federal nº 9637/1998 artigo 2º, inciso I, alínea d; artigo 3º, incisos I a VIII e artigo 4º incisos I a X e adotar medidas administrativas no sentido de minimizar os impactos desta irregularidade.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE - FMS IBIRITE	02.914.038/0001-03

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 585965

Subgrupo: Contrato

Item: Contrato de Empresa

Constatação: Irregularidades no processo de Chamamento Público nº 002/2017 - Edital de Seleção nº 002/2017 relativo à atuação

Auditoria nº 593



da Comissão Especial de Seleção de Organizações Sociais no que se refere aos procedimentos da fase de "julgamento da habilitação".

Evidência: Consta à fl. 226 do Processo de Seleção "Ata de Abertura e Julgamento da Habilitação" referente à reunião ocorrida no dia 02/08/2017, às 10h20 (dez horas e vinte minutos) cujo expediente tratou da abertura e análise do envelope de Habilitação do Instituto Social Mais Saúde que ficou inabilitado. Ato contínuo, com fulcro no § 3º do art. 48 da Lei nº 8.666/93, na mesma reunião, a Comissão de Seleção deferiu prazo legal de 08 (oito dias) úteis ao Instituto Social Mais Saúde para apresentação de documentos faltantes. Conforme registrado em "Ata de Julgamento da Habilitação e Convocação para Abertura do Envelope de Proposta Técnica" (fl. 355 do Processo de Seleção), ainda no dia 02/08/2017 às 14h00 (quatorze horas), após apresentação da documentação que havia levado à inabilitação o Instituto Social Mais Saúde, a Comissão de

Seleção se reuniu e, mediante regularidade dos documentos, a Comissão de Seleção habilitou a entidade Instituto Social Mais Saúde e convocou os interessados para sessão de abertura do Envelope 2 (Proposta Técnica) a realizar-se às 9h00 (nove horas) do dia 03/08/2017. "Ata de Abertura da Proposta Técnica" à fl. 358 informa sobre a realização da sessão de abertura no dia e horário marcado e sobre a conformidade dos documentos apresentados com o edital. No mesmo dia 03/08/2017, às 13h05 a Comissão de Seleção realizou nova reunião na qual declarou a entidade Instituto Social Mais Saúde como vencedora do processo, cf. "Ata de Análise e Aprovação de Proposta Técnica" (fl. 442 do Processo de Seleção).

Entretanto, apesar do julgamento como "habilitada", a análise pela equipe de auditoria, do processo físico de seleção de OS que levou à celebração de Contrato de Gestão com o Instituto Mais Saúde, revelou que houve inconformidade na documentação avaliada pela comissão. Verificou-se, no Processo de Seleção, a ausência de cópia da ata da última eleição do Conselho de Administração conforme exigia o subitem 5.1.II do processo de Chamamento Público nº 002/2017 - Edital de Seleção nº 002/2017.

Tal fato está em desacordo com C.F/1988, art. 37, caput; Decreto Municipal nº 3.895/2014, art. 24, inciso V e art. 25 e com Edital nº 002/2017, subitens 5.1.II, 7.1 e 7.3.I.

Fonte da Evidência: Cópia digitalizada do Processo de Seleção de Organização Social para celebração de Contrato de Gestão/Chamamento Público 002/2017.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antônio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a esta constatação, manifestou-se da seguinte forma: No que se refere aos procedimentos da fase de "julgamento da habilitação" foram constatadas pela Auditoria irregularidades nas decisões da Comissão de Seleção que, inicialmente definiu pela inabilitação do Instituto Social Mais Saúde, por falta de documentos, e determinou o prazo de 8 dias para a complementação dos mesmos.

Entretanto, na mesma data do julgamento da proposta, houve a apresentação documental pela pretendente, e a Comissão constituída, mediante nova verificação análise da documentação e da sua regularidade, declarou o Instituto Social Mais Saúde Habilitado como Organização Social da Saúde no âmbito do município de Ibirité, permitindo a sua participação na etapa de qualificação para execução do contrato.

De outro lado, a equipe de Auditoria da SES-MG relatou que não localizou, na documentação anexada ao processo de Seleção, a cópia da ata da última eleição do Conselho de administração do ISMS. Esclarecemos que a falta do documento foi sanada antes da habilitação da entidade, ainda no processo de seleção, e tal documentação consta inclusive do processo administrativo nº 176/2017, concernente ao Contrato de gestão nº 114/2017.

As afirmações acima estão evidenciadas no processo nº 176/2017 (Pasta 02), que contém: a cópia do Diário Oficial registrando que a Comissão Especial de Seleção de Organizações Sociais julgou habilitada a entidade Instituto Social Mais Saúde, a ata de abertura de proposta técnica, atestado de capacidade técnica com a respectiva ata de análise e aprovação, além do registro, também em Diário Oficial, declarando o Instituto Social Mais Saúde como a entidade vencedora do certame, por apresentar proposta técnica em conformidade com os quesitos solicitados no Edital e ter alcançados a pontuação exigida para sua classificação, conforme está demonstrado nos seguintes Anexos:

° Anexo 1 G - Página 356 - Diário Oficial - Chamamento Público "A Comissão Especial de Seleção de Organização Social julga habilitada a entidade Instituto Mais Saúde..."

Auditoria nº 593



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



- ° Anexo 1H - Página 358: Ata de abertura de proposta técnica;
- ° Anexo 1 L - Páginas 436 a 440: Atestados de capacidade técnica;
- ° Anexo 1I - página 442: Ata de análise e aprovação de proposta técnica;
- ° Anexo 1J - Página 444 - Diário Oficial "A Comissão Especial de Seleção de Organizações Sociais, julga vencedora a Entidade Instituto Mais Saúde por apresentar proposta Técnica em conformidade com o solicitado no edital e alcançando a pontuação exigida para sua classificação..."

2. Por meio de Documento s/n, datado de 16/11/2020, a Sra Elenice Aparecida Costa se manifesta da seguinte forma: Tendo em vista que não houve orientações jurídicas por parte da Procuradoria Geral do Município e considerando a falta de expertise nesse tipo de processo licitatório, a Comissão não se atentou à "cópia da ata da última eleição do Conselho de Administração conforme exigia o subitem 5.1.II do processo de Chamamento Público nº 002/2017 - Edital de Seleção nº

002/2017."

É importante frisar que ao final do processo, toda documentação seguiu para análise da Setor de Licitações e Procuradoria Geral com a finalidade de ser elaborada a publicação do resultado final.

Análise da Justificativa:

Justificativa 1. A justificativa apresentada alega que a constatação foi sanada antes da habilitação da entidade, quando do processo de seleção e que a documentação consta processo administrativo concernente ao contrato de gestão nº 114/2017. Contudo, a existência da documentação no processo, em momento posterior não abona a falta no momento de julgar a habilitação. Os anexos apresentados não comprovaram a existência da ata da última eleição do Conselho de Administração, junto à documentação de habilitação.

2. A justificativa apresentada confirma que a comissão não se atentou à exigência e ainda afirma houve análise posterior pelo Setor de Licitações e Procuradoria Geral. Contudo, apesar da análise posterior, mantém a irregularidade apontada.

Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Diante do exposto, à autoridade competente, conforme Resolução SES nº 2.906/2011, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita com subsequente comunicação do fato constatado à Câmara Municipal de Ibirite e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais em razão do disposto na Lei Municipal nº

2.134/2014, artigo 2º, parágrafo único e na Lei Complementar Estadual nº 102/2008, artigo 3º, inciso XVI.

Acatamento da Justificativa:

Não

Recomendação:

Realizar adequação em procedimentos futuros a fim de cumprir o que determina a Constituição Federal/1988, art. 37, caput; Decreto Municipal nº 3.895/2014, art. 24, inciso V e art. 25 e com Edital nº 002/2017, subitens 5.1.II, 7.1 e 7.3.I e adotar medidas administrativas no sentido de minimizar os impactos desta irregularidade. **Destinatários da Recomendação**

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE - FMS IBIRITE	02.914.038/0001-03

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 586224

Subgrupo: Contrato

Item: Contrato de Empresa

Constatação: Irregularidades no processo de seleção da entidade qualificada como O.S Instituto Social Mais Saúde.

Evidência: A análise do processo físico da Seleção de Organização Social para celebração de Contrato de Gestão Edital de

Auditoria nº 593



Chamamento Público nº 002/2017 revelou a presença de irregularidades na documentação apresentada pela O.S Instituto Social Mais Saúde:

* O Conselho de Administração do Instituto Social Mais Saúde, eleito e empossado em assembleia do dia 01/08/2013 registrado em ata não comprova a existência de membros natos representantes do Poder Público e representantes da sociedade civil. Todos são membros da própria O.S.(página 204 do Processo de Seleção - Chamamento Público nº

002/2017)

* A Assembleia Geral Ordinária do dia 11/06/2014 revela em ata, alteração da Diretoria, onde membros do Conselho Administrativo e Fiscal passam a compor a diretoria em substituição. A análise do registrado em ata demonstra que o Conselho Administrativo passou a ser composto por apenas dois membros. (página 212 do Processo de Seleção Chamamento Público nº 002/2017)

* A Assembleia Geral Extraordinária do dia 31/05/2016 revela em ata, alteração estatutária. A alteração se deu no artigo 14e determina que o Conselho de Administração passa a ser composto por, no mínimo 4 membros efetivos. Antes da alteração, o Conselho de Administração era composto por 3 membros. Após alteração no estatuto não consta, no processo, ata de eleição adequando o Conselho de Administração ao estatuto em vigor. (página 247 do Processo de Seleção - Chamamento Público nº 002/2017)

Tal fato está em desacordo com Lei Federal nº 9.637/1998 artigo 3º, inciso I; Decreto Municipal nº 3.895/2014, artigo 25, inciso V e Edital de Chamamento Público nº 002/2017, item 5.1, inciso II; Estatuto Social do Instituto Social Mais Saúde, artigo 15, inciso I.

Fonte da Evidência: Processo de Seleção de Organização Social para celebração de Contrato de Gestão Edital de Chamamento Público nº 002/2017, analisado in loco.
Cópia digitalizada do processo de Seleção de Organização Social para celebração de Contrato de Gestão Edital de Chamamento Público nº 002/2017.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antônio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a esta constatação, manifestou-se da seguinte forma: Irregularidades no processo de seleção da entidade qualificada como OS Instituto Social Mais saúde , pois demonstrou inconformidades na composição e eleição de seu Conselho de Administração.

Em todas as questões que envolveram o Chamamento Público houve a participação Secretaria Municipal de Saúde por meio de técnicos lotados no setor de Licitações e compras, que possuíam à época pouca experiência neste tipo de processo licitatório. A Comissão avaliou todo o processo mas não atentou para este quesito, deixando registrado em ata que "recebeu em conformidade toda a documentação para credenciamento..." (Processo nº 176/2017 (Pasta 01), Anexo 1F - Página 129 - Chamamento Público para Seleção de Organização Social).

2 . Por meio de Documento s/n, datado de 16/11/2020, a Sra Elenice Aparecida Costa se manifesta da seguinte forma:Todas as questões envolvendo o Chamamento Público não houve orientação jurídica por parte da Procuradoria Geral. Havia somente a participação do Setor de Licitações. A comissão avaliou o processo, entretanto, não se atentou a estes quesitos.

Análise da Justificativa: Justificativa 1. A justificativa apresentada alega a pouca experiência dos técnicos que não atentaram ao quesito no momento da avaliação com registro em ata que a documentação estava conforme. Dessa forma reconhece a não conformidade.

Justificativa 2. A manifestação apresentada reforça que não houve orientação jurídica e que a comissão não se atentou aos quesitos apontados, reconhecendo a não conformidade.

Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Diante do exposto, à autoridade competente, conforme Resolução SES nº 2.906/2011, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita com subsequente comunicação do fato constatado à Câmara Municipal de Ibirité

Auditoria nº 593



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG) em razão do disposto na Lei Municipal nº 2.134/2014, artigo 2º, parágrafo único.

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Realizar adequação em procedimentos futuros a fim de cumprir o que determina a Lei Federal nº 9.637/1998 artigo 3º, inciso I; Decreto Municipal nº 3.895/2014, artigo 25, inciso V e Edital de Chamamento Público nº 002/2017, item 5.1, inciso II; Estatuto Social do Instituto Social Mais Saúde, artigo 15, inciso I e adotar medidas administrativas no sentido de minimizar os impactos desta irregularidade.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE - FMS IBIRITE	02.914.038/0001-03

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 589670

Subgrupo: Contrato

Item: Contrato de Empresa

Constatação: Celebração de Contrato de Gestão nº 114 /2017, entre a SMS de Ibirité e a O.S Instituto Social Mais Saúde, apesar da prévia reprovação por parte do Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Ibirité.

Evidência: Foi constatada a celebração de Contrato de Gestão nº 114 /2017 em 13/09/2017, entre a SMS de Ibirité e a O.S Instituto Social Mais Saúde, apesar da prévia reprovação por parte do Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Ibirité. (página nº 460 do processo de seleção de O.S - Chamaneto Público nº 002/2017).
A SMS de Ibirité informou a realização de Audiência Pública para discussão de parcerias entre a Administração Pública e Organização Social e apresentou ofícios de convocação enviados à Câmara de Vereadores, ao CMS e ao Ministério Público. Também foi apresentada lista de presença da referida audiência realizada em 11/07/2017, mas não apresentou ata e/ou outro registro que comprovasse a aprovação da realização da parceria.
O CMS de Ibirité informou que, mesmo após inúmeras discussões, não aprovou a proposta de celebração de contrato de gestão entre o município de Ibirité e a Organização Social. Foi apresentada, pelo CMS a Resolução do CMS de Ibirité nº 20, datada de 09/08/2017, onde reprova a contratação de serviços terceirizados no âmbito do SUS.
Tal fato está em desacordo com a Lei Federal nº 8.142/1990, artigo 1º, § 2º e Resolução CNS nº 453/2012, Quinta Diretriz, inciso IV e XI.

Fonte da Evidência: Cópia digitalizada do Contrato de Gestão nº 114 /2017 (página 460 do processo de Seleção O.S - Chamaneto Público nº 002/2017);

Cópia digitalizada de Ofícios SMS Ibirité: nº 1.170/2017, encaminhado à Câmara Municipal de Ibirité; nº 1.171/2017 encaminhado à 3ª

Promotoria de Justiça da Comarca de Ibirité, nº 1.196/2017 encaminhado ao CMS de Ibirité (Processo de Credenciamento e Qualificação de O.S, sem número);

Cópia digitalizada de lista de presença de Audiência Pública realizada em 11/07/2017 (Processo de Credenciamento e Qualificação de O.S, sem número);

Cópia digitalizada de Resolução CMS de Ibirité nº 20 de 09/08/2017, disponibilizada pelo CMS de Ibirité.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome

Auditoria nº 593



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antônio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a esta constatação, manifestou-se da seguinte forma: A Auditoria alegou que houve a celebração do Contrato de gestão nº 114/2017 entre a Secretaria Municipal de Saúde e a OS Instituto Social Mais Saúde, apesar da prévia reprovação por parte do Conselho Municipal de Saúde (CMS), alegando discordar da contratação de serviços terceirizados no âmbito do SUS.

O CMS tem caráter consultivo e deliberativo, sendo que, a tomada de decisão pela gestão à época, mantendo o processo de contratação em curso, considerou os princípios da administração pública e a legislação vigente para o estabelecimento de parcerias entre o Poder Público e entidades da sociedade civil, não se tratando de terceirização do serviço, mas de estabelecimento desta parceria entre uma entidade sem fins lucrativos da sociedade civil e a Secretaria Municipal de Saúde, para aquela realizar o gerenciamento e a prestação de serviços de saúde no território municipal, sob o planejamento, gestão, avaliação e controle da Secretaria Municipal de Saúde, gestora do Sistema Único de Saúde de Ibirité.

Cabe ressaltar que a gestão do HMRI era realizada, naquele momento, pela Organização Social Irmandade Nossa Senhora das Graças, e este chamamento público, que culminou com a assinatura do Contrato de Gestão nº 114/2017, possibilitou a substituição desta entidade, com vistas à qualificação do atendimento, incluindo a melhoria das unidades de Pronto Atendimento às Urgências e de Terapia Intensiva, complementando a rede hierarquizada e ampliando o acesso qualificado à procedimentos especializados (consultas, exames, procedimentos e internações) no próprio município.

Análise da Justificativa: 1. Como citado na justificativa, o CMS tem caráter deliberativo, cabendo à SMS homologar suas deliberações. Por fim, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Diante do exposto, à autoridade competente, conforme Resolução SES nº 2.906/2011, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita com subsequente comunicação do fato constatado à Câmara Municipal de Ibirité e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE/MG em razão do disposto na Lei Municipal nº 2.134/2014, artigo 2º, parágrafo único.

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Respeitar as decisões do Conselho Municipal de Saúde na formulação, controle de execução de políticas de saúde conforme determina a Lei Federal nº 8.142/1990, artigo 1º, § 2º e Resolução CNS nº 453/2012, Quinta Diretriz, inciso IV e XI.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE - FMS IBIRITE	02.914.038/0001-03

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 586226

Subgrupo: Contrato

Item: Contrato de Empresa

Constatação: Elaboração do contrato de gestão nº 114/17 não atende aos requisitos preconizados pela legislação.

Evidência: A análise do Contrato de Gestão nº 114/2017 revelou que sua formalização não atende ao preconizado pela legislação. Foi constatado a ausência de cláusula que:

- especificação do programa de trabalho proposto pela O.S;
- prevê a incorporação integral do patrimônio, dos legados, das doações ou excedentes financeiros decorrentes das atividades da O.S, no âmbito do contrato de gestão, ao patrimônio de outra organização social de mesma atuação ou ao patrimônio do município de Ibirité, no caso de extinção ou desqualificação;

Auditoria nº 593



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



- estipula os limites e critérios para despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidos pelos dirigentes e empregados da O.S, no exercício de suas funções.

Tal fato está em desacordo com Lei Federal nº 9.637/1998 artigo 7º, inciso II; Lei Municipal nº 2.134/2014, artigo 6º, incisos XIV e XVII e Decreto Municipal nº 3.895/2014, artigo 1º, alínea h e parágrafo único, inciso III e artigo 15, inciso I e IV.

Fonte da Evidência: Cópia digitalizada de Contrato de Gestão nº 114/2017 e aditivos.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antônio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a esta constatação, manifestou-se da seguinte forma: Foi constatado pela Auditoria a ausência de cláusulas, no Contrato de Gestão vigente, que especifiquem o plano de trabalho da OS, que haja a incorporação de legados advindos do contrato de gestão em curso à outra OS que venha substituí-la ou ao município, no caso de encerramento do contrato, além dos limites e dos critérios para a remuneração e vantagens a serem percebidos por dirigentes e/ou funcionários da OS.

Ao analisar o Contrato de Gestão nº 114/2017 foi verificado, em algumas cláusulas do mesmo, a especificação do trabalho proposto pela O.S.S, tais como:

- ° Cláusula Primeira - Do Objeto;
- ° Cláusula Segunda - Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada:
 - I. Na área de Gestão;
 - II. Na área assistencial; III. Na execução do serviço; IV. Na melhoria do serviço.
- ° Cláusula Vigéssima Segunda - Da Vinculação do Procedimento de seleção e Qualificação da OSS e desta forma o Plano de Trabalho apresentado no Processo de qualificação está validado e considerado no Contrato de Gestão nº 114/2017. ° E também no Anexo II, onde estão registrados os indicadores e Metas Assistenciais para cumprimento e recebimento da parte financeira variável do Contrato de Gestão, no sentido de garantir oferta regular de procedimentos, exames e tratamentos de média complexidade ambulatorial e hospitalar e a qualidade na gestão de serviços.

Ainda no Contrato de Gestão nº 114/17, a Cláusula Décima Quarta - Dos bens Públicos, prevê a incorporação integral do patrimônio, dos legados, das doações ou excedentes decorrentes das atividades da O.S, no âmbito do contrato de gestão, ao patrimônio de outra organização social de mesma atuação ou ao patrimônio do município de Ibirité.

Há também na Cláusula Segunda - Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada. IV Na melhoria dos serviço, em seu item 11: "Comunicar à CONTRATANTE e ao Serviço de Patrimônio, todas as aquisições e doações de bens móveis que forem realizadas, no prazo máximo de 30 dias (...)"

Ainda na Cláusula Segunda - Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada, IV Na melhoria do serviço, em seu item 16: "Providenciar a negociação e celebração de acordos coletivos de trabalho vinculados ao cumprimento de metas estipuladas, à redução de metas estipuladas, à redução interna de custos ou aumento da produtividade da instituição, sempre compatíveis com o praticado no mercado de trabalho."

Está também registrado na Cláusula Décima - Dos Recursos Humanos, Parágrafo Primeiro em seu item II que "A CONTRATADA poderá utilizar no máximo 54% (cinquenta e quatro por cento) a essa repassados com despesas de remuneração, encargos trabalhistas e vantagens de qualquer natureza, a serem recebidos por seus dirigentes, e empregados" Dessa forma está estipulado no Contrato de Gestão os limites e os critérios para despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem repassados pelos dirigentes e/ou empregados da O.S no exercício de suas funções.

Entretanto, o contrato vigente pode e deve ser ajustado à realidade atual e aprimorado. Nesse sentido, as cláusulas contratuais apontados por esta auditoria serão objetos de análise técnica e jurídica para negociação junto à Contratada, com vistas à inclusão ao Contrato de Gestão nº 114/2017 por meio de termos aditivos, posto que não haveria prejuízo ao erário, nem tampouco ao atendimento prestado pela contratada, assegurando a qualidade da gestão hospitalar e maior transparência na execução do Contrato e na parceria entre o Poder Público e a Organização Social.

Análise da Justificativa: Justificativas 1. A manifestação apresentada argumenta itens presentes no Contrato 114/2017 que afastam as

Auditoria nº 593



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



irregularidades apontadas. Por fim, considera-se que foram apresentadas justificativas para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 586228

Subgrupo: Contrato

Item: Contrato de Empresa

Constatação: Composição irregular da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização Financeira do Contrato de Gestão do contrato nº 114/17.

Evidência: No Decreto Municipal nº 3.895/2014, artigo 17, prevê que a Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão será constituída no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde. O Contrato de Gestão nº 114/17 em sua cláusula décima primeira, parágrafo segundo prevê que a Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização Financeira dos Contratos será composta por servidores da SMS de Ibirité.

Entretanto, a análise das Portarias Municipais nº 817/2017 e nº 569/2019 revelou que a composição da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização Financeira do Contrato de Gestão do contrato nº 114/17 foi irregular, pois a Portaria Municipal nº 817 de 30 de novembro de 2017 nomeou os membros desta comissão, composta por 02 membros titulares e 2 membros suplentes representantes da S.M.S de Ibirité e 02 membros titulares e 2 membros suplentes representantes do CMS de Ibirité.

Em 18/09/2019, a Portaria Municipal nº 569/2019 revogou a portaria citada acima, nomeando novos membros, na seguinte composição: 3 membros titulares e um membro suplente representantes da SMS de Ibirité e 3 membros titulares e um membro suplente representantes da CMS de Ibirité.

Tal fato está em desacordo com Lei nº 9637/1998, art 8º; Lei Municipal nº 2.134/14, Art. 8º. Parágrafo Segundo combinado com Decreto Municipal nº 3.895/2014, art. 17 e Contrato nº 114/17, Cláusula Décima Primeira do acompanhamento, fiscalização. Parágrafo segundo.

Fonte da Evidência: Cópia Digitalizada da Portaria Municipal nº 569/2019;
Cópia digitalizada da Portaria Municipal nº 817/2017.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antônio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a esta constatação, manifestou-se da seguinte forma: Composição irregular da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização Financeira do Contrato de Gestão, que não atuou realizando o trabalho preconizado no Contrato de Gestão.

Realmente foi percebido que houve muitas dificuldades na elaboração e na disponibilização das prestações de contas pela contratada à gestão municipal, bem como na organização, pela Secretaria Municipal de Saúde, das condições objetivas para realizar a sua avaliação, acompanhamento e fiscalização financeira. De fato, foi priorizado o acompanhamento e avaliação da assistência prestada no cotidiano e a verificação do cumprimento ou não das Metas e Indicadores estabelecidos.

Pela falta de experiência e de conhecimento mais aprofundado em ciências contábeis, econômicas e da saúde, os membros designados para este trabalho não obtiveram êxito na elaboração dos relatórios trimestrais que estavam previstos no Contrato de Gestão e, com a recusa de participação efetiva pelos membros do Conselho Municipal de Saúde na comissão prevista para o acompanhamento e fiscalização financeira do contrato, foram realizados, por solicitação da gestão do SUS municipal, estudos pontuais e avaliações das prestações de contas apresentadas pela contratada, pelo regime de caixa, contabilizando os



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



repasses de recursos financeiros realizados pela Secretaria Municipal de Saúde e os pagamentos aos prestadores de serviços/fornecedores que foram realizados pela OS.

Somente a partir de novembro/2018 as Prestações de contas passaram a ser demonstradas pelo regime de competência contábil, revelando o custo mensal estimado do projeto, após orientação e solicitação feita pela nova diretoria administrativa financeira da Secretaria Municipal de Saúde e implementada.

Com a eleição do novo Conselho Municipal de Saúde e a designação de 2 profissionais para realizar o trabalho na Secretaria Municipal de Saúde, a comissão foi refeita, sendo composta por 01 membro da Secretaria Municipal de Saúde, o diretor de Planejamento e 2 membros do Conselho Municipal de Saúde, sendo 1 representante do trabalhadores e 1 representante dos usuários.

Desde janeiro/2020 vem sendo realizadas as avaliações e o acompanhamento das prestações de contas apresentadas pela contratada, desde o início de sua atuação no município (setembro/2017)

Estão sendo também realizadas apurações nestas prestações de contas de forma a identificar quaisquer possíveis irregularidades, com encaminhamento à Contratada para ciência e justificativas, para, em seguida haver a emissão de Parecer Final para os devidos encaminhamentos pela gestão.

Análise da Justificativa: 1. O Contrato de Gestão nº 114/17 em sua cláusula décima primeira, parágrafo segundo prevê que a Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização Financeira dos Contratos será composta por servidores da SMS de Ibirité. Apesar de não haver o envio de documentação comprobatória da comissão refeita, permanece a irregularidade em relação ao disposto no contrato.

Por fim, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Diante do exposto, à autoridade competente, conforme Resolução SES nº 2.906/2011, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Realizar adequação na composição da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização Financeira do Contrato de Gestão do contrato nº 114/17, cumprindo o que determina a Lei nº 9637/1998, art 8º; Lei Municipal nº

2.134/14, Art. 8º. Parágrafo Segundo combinado com Decreto Municipal nº 3.895/2014, art. 17 e Contrato nº 114/17, Cláusula Décima Primeira do acompanhamento, fiscalização. Parágrafo segundo. **Destinatários da Recomendação**

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE - FMS IBIRITE	02.914.038/0001-03

Grupo: Recursos Financeiros **Constatação Nº:** 586227

Subgrupo: Execução Orçamentária **Item:**

Prestação de Contas

Constatação: Não houve o acompanhamento pela Comissão de Fiscalização Financeira do Contrato de Gestão nº 114/2017.

Evidência: O Contrato de Gestão nº 114/2017 foi assinado em 13/09/2017 e deveria ser acompanhado e avaliado pela Comissão de Fiscalização Financeira semestralmente com elaboração de relatório técnico.

A análise documental revelou a realização de duas reuniões desta comissão:

1. Em 10 e 11/07/2018, que conforme registro em ata, foram avaliados 37 contratos firmados entre a O.S e terceiros. Nesta avaliação detectaram contratos com prestação de serviços idênticos, com ausência de informações importantes, de muita consultoria, etc. Diante disso, optaram por não realizar avaliação contábil, das notas fiscais e encontro de contas. Foi solicitado suporte técnico, pelos membros representantes do CMS para esta avaliação. Os membros representantes da SMS de Ibirité não

Auditoria nº 593



acompanharam os trabalhos da reunião, somente assinaram a ata. No segundo dia de reunião o membro representante da SMS de Ibirité, responsável pela contabilidade não compareceu.

2. Em 18/12/2018 que conforme registro em ata, foi impossível a análise da prestação de contas financeira do Contrato de Gestão nº 114/2017 pela ausência dos membros representantes do CMS e a reunião foi encerrada.

Dessa forma não houve acompanhamento pela Comissão de Fiscalização Financeira dos Contratos de Gestão; não houve elaboração de Relatório Técnico e nem encaminhamento à Secretaria Municipal de Saúde, ao Prefeito, ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público sobre a execução do Contrato de Gestão nº 114/2019.

Não houve encaminhamento à autoridade supervisora de relatório conclusivo sobre a avaliação.

Não houve análise de relatório técnico da Comissão de Cumprimento de Metas e Indicadores sobre a execução do Contrato de Gestão que deveria conter comparativo específico entre as metas propostas e os resultados alcançados, acompanhados da prestação de contas apresentada pela O.S ao término de cada exercício financeiro ou a qualquer tempo desde que requisitado, justificadamente pela comissão.

Não houve reunião ordinariamente, ao final de cada semestre, para avaliação da execução do contrato de gestão.

Não houve análise das prestações de contas correspondente e elaboração de relatório conclusivo sobre a análise das mesmas.

Não houve cumprimento do Art. 42. Do Decreto Municipal nº 3895/2014: O Presidente da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização é obrigado a comunicar oficialmente, ao Secretário competente ou à autoridade supervisora da área de atuação da Organização Social, ao Tribunal de Contas do Município e ao Ministério Público, qualquer irregularidade ou ilegalidade encontrada pela referida Comissão, quanto à utilização de recursos ou bens de origem pública pela Organização Social, para adoção das providências necessárias, no âmbito das respectivas competências, sob pena de responsabilidade solidária e funcional, quando for o caso.

Houve descumprimentos da Cláusula Décima Primeira do Contrato nº 114/2017 Parágrafos 3º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º e 10º, sendo que este determina: As comissões responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação deste Contrato, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade na utilização de recursos ou bens de origem pública, comunicarão imediatamente à Secretaria Municipal de Saúde, que dará ciência ao Prefeito Municipal e ao Ministério Público, para as providências cabíveis, sob pena de responsabilidade solidária.

Tal fato está em desacordo com Lei Federal nº 9637/1998 art. 8º, § 2º, 3º; Decreto municipal nº 3895/2014 artigos 41 e 42 e Contrato de Gestão nº 114/2017, Cláusula Décima Primeira, Parágrafos Terceiro, Quinto ao Décimo.

Fonte da Evidência:

Cópia digitalizada de Ata da Reunião da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato de Gestão Permanente (Comissão Financeira) realizada dia 10 e 11/07/2018, entregues pelo CMS de Ibirité, em 04/10/2019;
Cópia digitalizada do Ofício nº 732 SMS/Ibirité, encaminhado ao CMS, convocando para Reunião da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização Financeira - Contrato de Gestão nº 114/2017;
Cópia digitalizada da Ata de Reunião da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização Financeira Contrato de Gestão nº 114/2017;
Cópia digitalizada de ata de reunião realizada entre equipe de auditoria e membros da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização Financeira - Contrato de Gestão nº 114/2017, representantes do CMS de Ibirité, em 04/10/2019;
Termo de declaração do membro da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização Financeira - Contrato de Gestão nº 114/2017, representante da SMS de Ibirité (A.S.P), em 03/10/2019.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antônio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a esta constatação, manifestou-se da seguinte forma: Composição irregular da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização Financeira do Contrato de Gestão, que não atuou realizando o trabalho preconizado no Contrato de Gestão.

Realmente foi percebido que houve muitas dificuldades na elaboração e na disponibilização das prestações de contas pela contratada à gestão municipal, bem como na organização, pela Secretaria Municipal de Saúde, das condições objetivas para

Auditoria nº 593



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



realizar a sua avaliação, acompanhamento e fiscalização financeira. De fato, foi priorizado o acompanhamento e avaliação da assistência prestada no cotidiano e a verificação do cumprimento ou não das Metas e Indicadores estabelecidos.

Pela falta de experiência e de conhecimento mais aprofundado em ciências contábeis, econômicas e da saúde, os membros designados para este trabalho não obtiveram êxito na elaboração dos relatórios trimestrais que estavam previstos no Contrato de Gestão e, com a recusa de participação efetiva pelos membros do Conselho Municipal de Saúde na comissão prevista para o acompanhamento e fiscalização financeira do contrato, foram realizados, por solicitação da gestão do SUS municipal, estudos pontuais e avaliações das prestações de contas apresentadas pela contratada, pelo regime de caixa, contabilizando os repasses de recursos financeiros realizados pela Secretaria Municipal de Saúde e os pagamentos aos prestadores de serviços/fornecedores que foram realizados pela OS.

Somente a partir de novembro/2018 as Prestações de contas passaram a ser demonstradas pelo regime de competência contábil, revelando o custo mensal estimado do projeto, após orientação e solicitação feita pela nova diretoria administrativa financeira da Secretaria Municipal de Saúde e implementada.

Com a eleição do novo Conselho Municipal de Saúde e a designação de 2 profissionais para realizar o trabalho na Secretaria Municipal de Saúde, a comissão foi refeita, sendo composta por 01 membro da Secretaria Municipal de Saúde, o diretor de Planejamento e 2 membros do Conselho Municipal de Saúde, sendo 1 representante dos trabalhadores e 1 representante dos usuários.

Desde janeiro/2020 vem sendo realizadas as avaliações e o acompanhamento das prestações de contas apresentadas pela contratada, desde o início de sua atuação no município (setembro/2017)

Estão sendo também realizadas apurações nestas prestações de contas de forma a identificar quaisquer possíveis irregularidades, com encaminhamento à Contratada para ciência e justificativas, para, em seguida haver a emissão de Parecer Final para os devidos encaminhamentos pela gestão.

Análise da Justificativa:

Justificativa 1. A manifestação apresentada reconhece dificuldades na elaboração e na disponibilização das prestações de contas pela contratada e da avaliação, acompanhamento e fiscalização financeira pela SMS. Alega prorrogação do acompanhamento da assistência e o cumprimento de metas, com estudos pontuais e avaliações das prestações de contas. Bem como, informa que desde janeiro/2020 vem sendo realizadas as avaliações e o acompanhamento, mas não apresentou documentação comprobatória da atuação da Comissão de Fiscalização Financeira do Contrato de Gestão nº 114/2017. Por fim, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Diante do exposto, à autoridade competente, conforme Resolução SES nº 2.906/2011, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita com subsequente comunicação do fato constatado à Câmara Municipal de Ibirité e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG) em razão do disposto na Lei Municipal nº 2.134/2014, artigo 2º, parágrafo único.

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação:

Realizar o acompanhamento pela Comissão de Fiscalização Financeira do Contrato de Gestão nº 114/2017, cumprindo o que determina Lei Federal nº 9637/1998 art. 8º, § 2º, 3º; Decreto municipal nº 3895/2014 artigos 41 e 42 e Contrato de Gestão nº 114/2017, Cláusula Décima Primeira, Parágrafos Terceiro, Quinto ao Décimo. **Destinatários da Recomendação**

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE - FMS IBIRITE	02.914.038/0001-03

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 587964

Subgrupo: Contrato

Auditoria nº 593



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Item: Contrato de Empresa

Constatação: Composição irregular da Comissão de Avaliação de Cumprimento de Metas e Indicadores do Contrato de Gestão do contrato nº 114/17.

Evidência: O decreto Municipal nº 3.895/2014, artigo 40 e 41, prevê que a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização com competência de analisar o relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico entre as metas propostas e o resultado alcançado deverá ser integrada por pessoas de notória capacidade, sendo dois membros da sociedade civil do Conselho Municipal de Saúde e três membros do Poder Executivo. O Contrato nº 114/17, na Cláusula Décima Primeira, parágrafo primeiro prevê a composição da mesma forma que o decreto. Entretanto, a análise das portarias de nomeação da Comissão de Cumprimento de Metas e Indicadores do Contrato de Gestão do contrato nº 114/17 revelou irregularidade na sua composição. A Portaria Municipal nº 817/2017 de 30 de novembro de 2017 nomeou dois membros titulares e dois membros suplentes representantes da SMS de Ibirité e dois membros titulares e dois membros suplentes representantes da CMS de Ibirité.

Em 18/09/2019, a Portaria Municipal nº 569/2019 revogou a Portaria Municipal nº 817/2017, nomeou novos membros sendo 3 membros titulares e um membro suplente representantes da SMS de Ibirité e 3 membros titulares e um membro suplente representantes da CMS de Ibirité.

Tal fato está de acordo com Lei nº 9637/1998, Art 8º; Lei Municipal nº 2.134/14, Art. 8º. Parágrafo Segundo, Decreto Municipal nº 3.895/2014, artigo 40 e 41 e Contrato nº 114/17, Cláusula Décima Primeira do acompanhamento, fiscalização. Parágrafo primeiro.

Fonte da Evidência: Cópia digitalizada da Portaria Municipal nº 817/2017; Cópia digitalizada da Portaria Municipal nº 569/2019.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Justificativa 1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antônio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a esta constatação, manifestou-se da seguinte forma: Composição irregular da Comissão de Avaliação de Cumprimento de Metas e Indicadores do Contrato de Gestão do contrato nº 114/17.

A análise das portarias de nomeação da Comissão de Avaliação de Cumprimento de Metas e Indicadores e Fiscalização Financeira do Contrato de Gestão nº 114/17 revelou a necessidade de adequação na sua composição, e para tanto, novas publicações trataram desta questão. (VER C HELIO

Com a eleição do novo Conselho Municipal de Saúde e com o advento da pandemia a mesma foi revogada, sendo composta por 01 membro da Secretaria Municipal de saúde, o diretor de Planejamento e 2 membros do Conselho Municipal de Saúde, sendo 1 representante dos trabalhadores e 1 representante dos usuários do SUS Ibirité.

Análise da Justificativa: 1. Reconhecendo a necessidade de adequação na composição da Comissão, informa que novas publicações trataram da questão, mas não as apresentou.
Por fim, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Diante do exposto, à autoridade competente, conforme Resolução SES nº 2.906/2011, propõe-se aplicar a penalidade de advertência escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Realizar adequação na Comissão de Avaliação de Cumprimento de Metas e Indicadores do Contrato de Gestão nº 114/17, cumprindo o que determina a Lei nº 9637/1998, Art 8º; Lei Municipal nº 2.134/14, Art. 8º. Parágrafo Segundo, Decreto Municipal nº 3.895/2014, artigo 40 e 41 e Contrato nº 114/17, Cláusula Décima Primeira do acompanhamento, fiscalização. Parágrafo primeiro.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ	Auditoria nº 593
------	----------	------------------



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE - FMS IBIRITE

02.914.038/0001-03

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 586232

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Pagamentos a terceiros

Constatação: Os pagamentos da parcela variável prevista no Anexo III do Contrato de Gestão nº 114/2017 não ocorreram conforme preconizado.

Evidência: O Contrato de Gestão nº 114/2017, assinado em 01/09/2017 estima valor anual de R\$ 43.888.104,96 com valor mensal de R\$ 3.657.342,08 (três milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, trezentos e quarenta e dois reais e oito centavos), ressalvado o valor da folha de funcionários efetivos cedidos à O.S. pela SMS de Ibirité.

O contrato prevê que o valor mensal será composto por parcela fixa correspondente a 90% do valor mensal devido no mês de referência, e por variável, correspondente ao valor restante (10%).

A parcela variável é condicionada ao parecer final emitido pela Comissão de Avaliação de Cumprimento de Metas e Indicadores (CACMI) e o pagamento, a partir do 1º quadrimestre de 2018, obedecerá as seguintes frações:

- de 80% a 100% de cumprimento das metas/indicadores = pagamento de 100% da parcela variável;
- de 50% a 79,9% de cumprimento das metas/indicadores = pagamento de 80% da parcela variável;
- de 30 a 49,9% de cumprimento das metas/indicadores = pagamento de 40% da parcela variável;- abaixo de 30% de cumprimento das metas/indicadores = pagamento de 20% da parcela variável.

Os pareceres emitidos pela CACMI apresentaram as conclusões abaixo:

- 1º quadrimestre/2018: dos 22 metas/indicadores, foram cumpridos 18, equivalente a 81,81 % = 100% da parcela variável.
- 2º quadrimestre/2018: dos 22 metas/indicadores, foram cumpridos 16, equivalente a 72,73 % = 80% da parcela variável. Determinada a retenção mensal de R\$ 72.118,77 (setenta e dois mil, cento e dezoito reais e setenta e sete centavos) nos pagamentos de mai/2019 a ago/2019.
- 3º quadrimestre/2018: dos 26 metas/indicadores, foram cumpridos 18, equivalente a 69,23% = 80% da parcela variável. Determinada a retenção mensal de R\$ 70.946,84 (setenta mil, novecentos e quarenta e seis reais e oitenta e quatro centavos) nos pagamentos de set/2019 a dez/2019.
- 1º quadrimestre/2019: dos 26 metas/indicadores, foram cumpridos 22, equivalente a 88,62 % = 100% da parcela variável. Não foram apresentadas manifestações formais do Instituto Social Mais Saúde com justificativas discordando do Parecer da CACMI, que não se pronunciou novamente, prevalecendo o parecer inicial.

A análise dos processos de pagamento e da memória de cálculo do faturamento do contrato revelou que os pareceres da CACMI não foram respeitados e os valores propostos não foram retidos integralmente. Os pagamentos realizados pela SMS de Ibirité ao Instituto Social Mais Saúde revelaram que: maio/2019 não houve retenção.

junho/2019 houve retenção no valor de R\$ 72.118,77 (setenta e dois mil, cento e dezoito reais e setenta e sete centavos);

julho/2019 houve retenção no valor de R\$ 6.050,74; agosto/2019 não houve retenção; setembro/2019 houve retenção no valor de R\$ 12.327,38.

No período de mai/2019 a set/2019 a SMS de Ibirité deveria reter, da parte variável do contrato, o valor de R\$ 359.421,92 e reteve o valor de R\$ 90.496,89, restando uma diferença de 268.925,03.

Tal fato está em desacordo com Contrato de Gestão nº 114/2018, Cláusula Sétima, Parágrafos Primeiro e Segundo, Cláusula Oitava, parágrafo segundo, inciso I e II Cláusula Décima-Terceira e Anexo III).

Fonte da Evidência: Cópia digitalizada de memória de cálculo do faturamento do contrato de gestão nº 114/2017, fornecido pela SMS.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



de Ibitiré, set/2017 a ago/2019;

Cópia digitalizada de Parecer Final da Comissão de Avaliação de Cumprimento de Metas e Indicadores, 1º, 2º e 3º quadrimestre de 2018 e 1º quadrimestre de 2019;

Cópia digitalizada de razão por credor Instituto Social Mais Saúde set/2017 a ago/2019.

Cópia digitalizada dos processos de pagamentos realizados pela SMS de Ibitiré ao Instituto Social Mais Saúde, set/2017 a ago/2019.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome

próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antônio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a esta constatação, manifestou-se da seguinte forma: Os pagamentos da parcela variável prevista no Anexo III do Contrato de Gestão nº 114/2017 não ocorreram conforme preconizado.

No primeiro ano da execução do contrato houve queda nas receitas oriundas das 3 esferas de governo para o financiamento do SUS e atrasos nos repasses estaduais e federais aos municípios, consequência da política de congelamento por 20 anos dos recursos destinados ao financiamento do SUS (EC 95) e, consequentemente, fragmentação dos repasses à Contratada. Diante desse quadro, a OS passou a apresentar dificuldades no gerenciamento e na prestação de serviços contratados inicialmente.

No sentido de evitar a redução dos serviços prestados e minimizar o seu impacto junto aos usuários, até que fossem realizadas adequações no acompanhamento das metas estabelecidas frente à realidade vivenciada, tomou-se a decisão de avaliar somente alguns indicadores no 1º quadrimestre de 2018, o primeiro de atuação da Comissão de Avaliação de Metas e Indicadores, até a redução de algumas metas a partir da assinatura do 1º Termo Aditivo em agosto/18.

Os valores que a Auditoria indica para devolução pela empresa pelo não cumprimento das metas estabelecidas, no valor de R\$ 268.925,04 que, segundo a equipe, não foi glosado dos repasses realizados no período de maio/19 a setembro/19, como deveria ter sido feito, esclarecemos que houve uma pactuação entre as partes e, ao invés do desconto monetário, houve oferta extra de exames com demanda reprimida na rede para cobertura deste valor. Tal ação foi formalizada através dos ofícios nº 211/2019 e nº 316/2019, em anexo, para compensação da glosa com a oferta de serviços, no caso exames laboratoriais e de imagem e atendimento ao programa Melhor em Casa, o que permitiu a regularização do tempo de espera para entrega dos resultados de exames, diminuindo a fila normalizando o serviço ofertado aos usuários do SUS Ibitiré.

Análise da Justificativa:

Justificativa 1. A justificativa alega que tomou-se a decisão de avaliar somente alguns indicadores no 1º quadrimestre de 2018. Apesar de não ter verificado o resgisto desta decisão, informamos que a retenção pelo não cumprimento de metas se refere ao 2º e 3º quadrimestres de 2018 e não ao 1º quadrimestre de 2018. Com relação à alegação da pactuação entre as partes para oferta extra de exames e não do desconto monetário formalizada através dos ofícios nº 211/2019 e nº 316/2019, esclarecemos que:

- O Ofício nº 211/2019 DG-HMRI foi encaminhado à SMS pelo Instituto Social Mais Saúde tendo como assunto "Apresentação de Custo de execução dos exames laboratoriais pactuados (demanda reprimida maio/junho 2019 e solicita reembolso)".

- O Ofício nº 316/2019/ DG-HMRI também encaminhado à SMS pelo Instituto Social Mais Saúde tendo como assunto a "Apresentação de custo da execução dos exames laboratoriais extras, compensação de execução de exames de imagem fora do Rol contratual e fornecimento melhor em casa (competência: outubro/2019). Assim fica evidente que não se trata de pactuação entre as partes.

O referido Contrato de Gestão nº 114/2017 prevê revisão de metas e indicadores, bem como prevê procedimentos na presença de discordância quanto às notas atribuídas pela comissão. Contudo não há previsão para alterações informadas na justificativa.

Por fim, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Diante do exposto, à autoridade competente, conforme Resolução SES nº 2.906/2011, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita com subsequente comunicação do fato constatado à Câmara Mun. e ao TCE/MG em razão do disposto na Lei Municipal nº 2.134/2014, art. 2º, parágrafo único e art. 9º. A Secretaria Municipal de Saúde de Ibitiré deverá adotar as medidas necessárias para o ressarcimento ao FMS pelo Instituto Social Mais Saúde do valor original de R\$ 268.925,03 (duzentos e sessenta e oito mil, novecentos e vinte e cinco reais e três

Auditoria nº 593



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



centavos), conforme proposição de devolução. A atualização monetária deverá ser feita pela taxa SELIC (não aplicar juros), utilizando o índice constante do "Sistema de Débito" (Programa de Atualização de Débito do

Tribunal de Contas da União / TCU no endereço:
<http://contas.tcu.gov.br/debito/Web/Debito/CalculoDeDebito.faces>) **Acatamento**

da Justificativa: Não

Recomendação: Realizar pagamentos em conformidade com as regras estabelecidas em instrumento jurídico e adotar as providências legais no sentido de recompor de imediato ao Fundo Municipal de Saúde pelo Instituto Social Mais Saúde do valor original atualizado, conforme indicado no campo PROPOSIÇÃO DE DEVOLUÇÃO. **Destinatários da Recomendação**

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE - FMS IBIRITE	02.914.038/0001-03

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 586230

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Pagamentos a terceiros

Constatação: Existência de pagamentos pela SMS de Ibirité à OS Instituto Social Mais Saúde referentes a exames laboratoriais que não tiveram realização comprovada.

Evidência: A OS Instituto Social Mais Saúde, através do contrato de gestão nº 114/2019 é responsável pela operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde, incluindo apoio ao diagnóstico e terapêutica.

Durante o período de setembro de 2017 até abril de 2018, a OS Instituto Social Mais Saúde contratou a empresa Romário Neto Nascimento Pinto - ME - MEDLAB Diagnósticos Laboratoriais para realização de exames laboratorial, com valor médio mensal do contrato de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). Perfazendo, no período o valor total de R\$ 1.720.000,00 (um milhão, setecentos e vinte mil reais).

Foi solicitada a produção laboratorial deste período e não foi apresentada.

Nos processos de prestação de contas apresentados pela OS, no mesmo período foram encontrados, como comprovante de produção, relatório DATASUS Tab/Net : Produção Ambulatorial do SUS/ por local de atendimento. O relatório foi emitido em 28/06/2018 e demonstra a quantidade aprovada por ano/mês de atendimento em diagnóstico de laboratório clínico do período out/2017 a abr/2018, no município de Ibirité. O relatório não é assinado.

Durante o mesmo período, os pagamentos realizados pela SMS de Ibirité à OS foram integrais e sem acompanhamento/fiscalização.

Tal fato está em desacordo com Lei Federal nº 4.320/1964 art. 63 § 2º incisos I, II, III e IV IN TCE/MG nº 19/2008, art.10 inciso I ao VI, §1º e 2 e Contrato de Gestão nº 114/2017, cláusula segunda, inciso III, item 12.

Fonte da Evidência: Cópia digitalizada de Razão por Credor da OS Instituto Social Mais Saúde - Romário Neto Nascimento Pinto, período de out/2017 a ago/2019;

Cópia digitalizada de Relatório Mensal Contábil Financeiro da OS Instituto Social Mais Saúde, período de 2017 a 2019;

Cópia digitalizada de Produção laboratorial período de abr/2018 a ago/2019;

Cópia Digitalizada de relatório de atividades apresentado por Romário Neto Nascimento Pinto, mês out/2017 DATASUS Tab/Net : Produção Ambulatorial do SUS/ por local de atendimento;

Auditoria nº 593



Relatórios de Prestação de Contas mensais apresentados pela O.S Instituto Social Mais Saúde, período de set/2017 a ago/2019, analisados in loco

Cópia digitalizada de extrato bancário da CEF, agência nº 0642, conta corrente nº 3049-5, período de set/2017 a out/2018;

Cópia digitalizada de extrato bancário do Banco Itaú, agência nº 3130, conta corrente nº 55025-8, período de mai/2018 a mar/2019;

Cópia digitalizada de extrato bancário do Banco Itaú, agência nº 3130, conta corrente nº 62430-1, período de abr/2018 a jun/2019;

Processos de pagamentos realizados pela SMS Ibirité à O.S Instituto Social Mais Saúde, período de set/2017 a set/2019, analisados in loco.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antônio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a esta constatação, manifestou-se da seguinte forma: Existência de pagamentos pela SMS de Ibirité à OS Instituto Social Mais Saúde referentes a exames laboratoriais que não tiveram realização comprovada.

Entre setembro/2017 a abril/2018, a O.S Instituto Social Mais Saúde contratou a empresa Romário Neto Nascimento Pinto - ME - MEDLAB Diagnósticos Laboratoriais para realização de exames laboratoriais no HMRI, com valor mensal do contrato de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), perfazendo o valor de R\$1.720.000,00 (um milhão, setecentos e vinte mil reais) no período citado.

Nas prestações de conta s apresentadas pela O.S foi anexado o relatório emitido pela ferramenta de tabulação de dados do DATASUS (Tab/Net) como comprovante da produção que foi registrada a aprovada no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA) do Ministério da Saúde: Produção Produção Ambulatorial do SUS/ por local de atendimento, que estava sem assinatura.

O relatório emitido pelo Tabnet em 28/06/2018 demonstrou a quantidade de procedimentos de diagnóstico por laboratório clínico aprovada por/ano/mês de atendimento, no período de outubro/2017 a abril/2018 no município de Ibirité, o que comprovaria a efetiva prestação dos serviços contratados.

Esclarecemos que na análise dos documentos apresentados, os pagamentos realizados pelo ISMS ao Laboratório se deram em consonância com o acordo firmado em contrato de prestação de serviços estabelecidos entre as partes. A partir de questionamentos da SMS e CMS acerca da atuação do prestador no município, incluindo a falta de clareza do serviço prestado nos documentos anexados às prestações de contas, bem como o valor do contrato, foi providenciado pelo ISMS a sua substituição a partir de maio/18.

Cumpramos salientar que o Laboratório contratado pelo ISMS para o HMRI atendia, à época, a demanda gerada no hospital e maternidade, UPA, além de toda a rede SUS-Ibirité (atenção primária e especializada).

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 338/2020, datado de 12/08/2020, a Sra Carla Soares Alves (representante legal do Instituto Social Mais Saúde) foi notificada e não se manifestou acerca das não conformidades.

3. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 341/2020, datado de 12/08/2020, a Sra Edi Neide Cerri Genovese (pessoa física) foi notificada e não se manifestou acerca das não conformidades.

Análise da Justificativa:

Justificativa 1. O Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS), que recebe os registros de produção ambulatorial dos prestadores do SUS e alimenta os bancos de dados do DATASUS, possui duas finalidades principais: a) oferecer subsídios para planejamento da gestão do SUS e; b) propiciar o faturamento de procedimentos realizados pelos serviços de saúde vinculados ao SUS. As informações do SIA/SUS, se apresentadas isoladamente, são insuficientes para comprovar a efetiva execução dos serviços que deveriam ser prestados. Para evidenciar a realização dos procedimentos laboratoriais em análise, o Instituto Social Mais Saúde deveria ter apresentado, à equipe de auditoria, os pedidos de exames realizados pelas unidades solicitantes no período e os resultados desses exames realizados pelo prestador terceirizado, bem como eventuais livros de registros da produção realizada. Para fins de demonstrar a regularidade do processo, toda essa documentação deveria ter sido apresentada à equipe de auditoria (cf. Contrato de Gestão nº 114/2017, Cláusula Segunda, item III.12). Mas isso não ocorreu. Por esse motivo,

Auditoria nº 593



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



não é possível comprovar a realização dos procedimentos laboratoriais. Quanto ao relatório do TABNET emitido em 28/06/2018 (somente dois meses após o último mês de contrato entre o ISMS e a empresa Romário Neto Nascimento Pinto - ME - MEDLAB Diagnósticos Laboratoriais), que segundo argumenta o auditado poderia comprovar a efetiva prestação dos serviços contratados, de igual forma, trata-se de documento incapaz de atender a essa finalidade. O TABNET é apenas um tabulador do DATASUS que permite gerar informações incluídas em seus bancos de dados previamente. Ou seja, no caso em análise, os mesmos dados já alimentados por meio do SIA/SUS. O auditado ainda relata que questionou o ISMS quanto à falta de clareza do serviço prestado nos documentos anexados às prestações de contas e que o ISMS providenciou a substituição do prestador a partir de maio de 2018. Entretanto, providências deveriam ter sido tomadas pela SMS mediante tais ocorrências. Em atendimento ao Decreto Municipal nº 3.895/2014, art. 43, os fatos deveriam ter sido apurados e comunicados à Assessoria Jurídica da SMS para representação ao Ministério Público, bem como à Procuradoria Geral do Município para adoção de medidas judiciais cabíveis. Por fim, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Diante do exposto, à autoridade competente, conforme Resolução SES nº 2.906/2011, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita com subsequente comunicação do fato constatado à Câmara Municipal de Ibirité em razão do disposto na Lei Municipal nº 2.134/2014, artigo 2º, parágrafo único, e art. 9º; ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG) em razão do disposto na Lei Federal nº 8.666/1993, art. 113, § 1º, Lei Complementar Estadual nº 102/2008, art. 2º, inciso III, art. 94, na Lei Municipal nº 2.134/2014, artigo 2º, parágrafo único, e art. 9º e ao Ministério Público em razão do disposto na Lei Complementar Estadual nº 34/1994, art. 66, inciso IV. A Secretaria Municipal de Saúde de Ibirité deverá adotar as medidas necessárias para o ressarcimento ao FMS pelo Instituto Social Mais Saúde do valor original de R\$ R\$ 1.720.000,00 (um milhão, setecentos e vinte mil reais), conforme proposição de devolução. A atualização monetária deverá ser feita pela taxa SELIC (não aplicar juros), utilizando o índice constante do "Sistema de Débito" (Programa de Atualização de Débito do Tribunal de Contas da União - TCU no endereço:

<http://contas.tcu.gov.br/debito/Web/Debito/CalculoDeDebito.faces>). **Acatamento**

da Justificativa: Não

Recomendação: Adotar as providências legais no sentido de recompor de imediato ao Fundo Municipal de Saúde pelo Instituto Social Mais Saúde do valor original atualizado, conforme indicado no campo PROPOSIÇÃO DE DEVOLUÇÃO. **Destinatários da**

Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE - FMS IBIRITE	02.914.038/0001-03

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 586235

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Pagamentos a terceiros

Constatação: Ausência de fiscalização por parte da SMS de Ibirité sobre a O.S Instituto Social Mais Saúde na celebração de contratos com 13 empresas diversas para execução de mesmo objeto, extrapolando a previsão orçamentária apresentada na Proposta de Trabalho integrante do Chamamento Público nº 02/2017.

Evidência: A SMS de Ibirité apresentou a relação de contratos celebrados pela O.S Instituto Social Mais Saúde no âmbito do Contrato

Auditoria nº 593



de Gestão nº 114/2017. Conforme já mencionado na constatação nº 586227, a SMS não exerceu a fiscalização e acompanhamento. Os contratos estão detalhados nos anexos deste relatório.

O ANEXO I TABELA 01 - MAT/MED/INS exibe relação de 34 empresas contratadas para o fornecimento de materiais, medicamentos e insumos, detalhando o nome e CNPJ; a vigência, objeto e o valor do contrato.

O ANEXO II TABELA 02 - SERV/ASSES detalha, igualmente 33 empresas contratadas para prestação de serviços e assessorias diversas.

O ANEXO III TABELA 03 - EMP MED detalha as empresas médicas contratadas para prestação de serviços médicos, nas diversas especialidades, no HMR de Ibirité e na UPA. Na coluna valor mensal aparece demanda - indica que o valor depende do número de plantões realizados.

O ANEXO IV TABELA 04 - COORD MED descreve as empresas contratadas para exercerem funções de gerência, coordenação, responsabilidade técnica e direção clínica. O objeto dessas contratações é similar e/ou se sobrepõe conforme transcrito abaixo:

1) Heisei - objeto: "realizar gerência e coordenação médica nos setores de ortopedia, clínica médica, cirurgia, pediatria e gerenciamento de plantões da Unidade de Pronto Atendimento de Ibirité", valor mensal: R\$ 137.500,00 (cento e trinta e sete mil e quinhentos reais);

2) HCG Health- objeto: "prestação de serviço de governança clínica referente ao Hospital e Maternidade Regional de Ibirité", valor mensal: R\$ 87.500,00 (oitenta e sete mil e quinhentos reais);

3) IPÊ Púrpura - objeto: "coordenação em anestesiologia", valor mensal: R\$ 22.275,87 (vinte e dois mil, duzentos e setenta e cinco reais e oitenta e sete centavos);

4) Juliana Del Debbio Zica - Objeto: "Hematologista/RT", valor: R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais);

5) NUTRIHUMANA - objeto: "coordenação de CTI", valor mensal: R\$ 22.839,31 (vinte e dois mil, oitocentos e trinta e nove reais e trinta e um centavos);

6) PNEUMO Medicina - objeto: "exercer funções de direção técnica", valor mensal: R\$ 11.000,00 (onze mil reais);

7) Salus - objeto: "coordenação de clínica médica", valor mensal: R\$ 6.000,00 (seis mil reais);

8) Sene - objeto: "radiologista RT", valor R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

9) SMR CIII - objeto: "coordenação de pediatria", valor mensal: R\$ 6.000,00 (seis mil reais);

10) SMR LXXIII - objeto: "auditoria hospitalar, no valor mensal: R\$ 6.000,00 (seis mil reais);

11) SMR XLIV - objeto: "coordenação de obstetrícia", valor mensal: R\$ 2.353,11 (dois mil, trezentos e cinquenta e três reais e onze centavos);

12) SMR XXII - objeto: "coordenação de obstetrícia", valor mensal: R\$ 2.353,11;

13) TAVEX - objeto: "coordenação de cirurgia", valor mensal: R\$ 17.857,14 (dezessete mil oitocentos e cinquenta e sete reais e quatorze centavos).

Estas 13 empresas coordenam o total de 318 médicos (cadastrados no CNES) nas unidades UPA e HMR de Ibirité. O item 5.9 (página 397 do processo) da Proposta de Trabalho apresentada pela O.S, no Chamamento Público nº 02/2017 prevê um custo mensal de R\$ 15.000,00 com gerente médico. As 13 empresas contratadas para desempenhar funções típicas de gerenciamento médico, conforme descrito, custam R\$ 328.078,54 mensais, equivalentes a 24,06% do total previsto com médicos e 9, 26 % do valor global mensal do Contrato de Gestão nº 114/2017.

Tal fato está em desacordo com Lei Federal nº 9.637/1998, art. 8º, 9º e 10º; Decreto Federal nº 9.190/2017, art. 19, caput; Decreto Municipal nº 3.895/2014, art. 15, 29 e 37; Contrato de Gestão nº 114/2017, cláusula terceira, item 1 e Proposta de Trabalho apresentada pela O.S no Chamamento Público nº 02/2017, item 5.5 Relação dos profissionais médicos a serem contratados e item 5.9 Outros Serviços Médicos.

Fonte da Evidência: Cópia digitalizada da relação de empresas médicas contratadas pela O.S, fornecida pela SMS de Ibirité; Cópia digitalizada da relação de empresas contratadas pela O.S, fornecida pela SMS de Ibirité;
Cópia digitalizada do Contrato da O.S com Heisei Assistência Médica S/S, fornecida pela SMS de Ibirité;
Cópia digitalizada do Contrato da O.S com HCG Health Gestão e Consultoria EIRELI /EPP, fornecida pela SMS de Ibirité;
Cópia digitalizada do Contrato da O.S com SMR XXV Sociedades Médicas Reunidas, fornecida pela SMS de

Auditoria nº 593



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Ibirité;

Relatório SCNES da UPA e Hospital e Maternidade Regional de Ibirité, extraídos em 24/10/2019;

Prestação de Contas da O.S do período de out/2017 a ago/2019, analisados in loco, disponibilizada pela SMS de Ibirité.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome

próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antônio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a esta constatação, manifestou-se da seguinte forma: Ausência de fiscalização da SMS na contratação de 13 empresas médicas para exercer funções típicas de gerência, coordenação, responsabilidade técnica e direção clínica, sendo que o objeto dessas contratações é similar e/ou se sobrepõe, consumindo 24% de todo o recurso previsto para o gasto com serviços médicos.

O gerenciamento do serviço é de responsabilidade da Contratada, sendo identificado, nas Prestações de contas, um número de prestadores de serviço de gerenciamento médico no HMRI, cada qual na sua particularidade, especialidade e/ou setor.

Diante desta constatação e do apontamento feito pela Auditoria da SES, a Secretaria Municipal de Saúde encaminhou, ao ISMS, o ofício nº 528/2019 (anexo), onde solicitou/determinou o encerramento imediato dos contratos com as empresas identificadas com sobreposição de função com as coordenações médicas do Hospital ou em contratação supostamente indevida (HEISEI-serviços de Coordenação Médica e Health Gestão e Consultoria), bem como a supressão dos contratos com as empresas HEISEI-serviços de Assessoria Administrativa e SEMPRES, além do ajuste no valor dos contratos com empresas CASE, RD Imagem e de Engenharia Clínica (ofício em anexo)

A empresa HEALTH Gestão e Consultoria encerrou o contrato de prestação de serviços com o ISMS na competência 07/2019, sendo que o ISMS ajustou os demais contratos com as empresas supracitadas dentro dos valores recomendados pela gestão municipal.

No entanto, as empresas HEISEI e SEMPRES permaneceram com contrato ativo junto à Organização Social ISMS, e, diante deste fato, a Secretaria Municipal de Saúde aguarda parecer jurídico acerca da realização de desconto do valor referente aos pagamentos realizados pelo ISMS às duas empresas supracitadas.

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 338/2020, datado de 12/08/2020, a Sra Carla Soares Alves (representante legal do Instituto Social Mais Saúde) foi notificada e não se manifestou acerca das não conformidades.

3. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 341/2020, datado de 12/08/2020, a Sra Edi Neide Cerri Genovese (pessoa física) foi notificada e não se manifestou acerca das não conformidades.

Análise da Justificativa: Justificativa 1. A manifestação apresentada alega que o gerenciamento do serviço é de responsabilidade da Contratada, entretanto o Contrato de Gestão nº 114/2017, em sua cláusula terceira apresenta as obrigações da contratante, que incluem a fiscalização e acompanhamento da prestação de serviços pela contratada.

A manifestação ainda informa que solicitou/determinou o encerramento dos contratos através do Ofício nº 528/2019 (anexo), contudo não apresentou documentação comprobatória dos contratos encerrados e/ou dos ajustes contratuais dentro dos valores recomendados pela gestão municipal.

Por fim, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Diante do exposto, à autoridade competente, conforme Resolução SES nº 2.906/2011, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita com comunicação do fato ao Ministério Público em razão da Lei Complementar Estadual nº 34/1994, art 66, inciso IV e ao TCE/MG em razão da Lei Complementar Estadual nº 102/2008, art. 2º, inciso III, art 94, Lei Federal nº 8.666/1993.

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Realizar fiscalização na execução do Contrato de Gestão nº 114/2017, cumprindo o que determina a Lei Federal nº 9.637/1998, art. 8º, 9º e 10º; Decreto Federal nº 9.190/2017, art. 19, caput; Decreto Municipal nº 3.895/2014, art. 15, 29 e 37; Contrato de Gestão nº 114/2017, cláusula terceira, item 1 e Proposta de Trabalho apresentada pela O.S no Chamamento Público nº 02/2017, item 5.5 Relação dos profissionais médicos a serem contratados e item 5.9 Outros Serviços Médicos.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE - FMS IBIRITE	02.914.038/0001-03

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 588085

Subgrupo: Contrato

Item: Contrato de Empresa

Constatação: Ausência de informação que comprove o fornecimento dos serviços das empresas contratadas pela O.S Instituto Social Mais Saúde, exigida em cláusula contratual.

Evidência: Os contratos assinados pela O.S Instituto Social Mais Saúde com empresas prestadoras de serviço apresentam cláusula que define que a contratada deverá emitir relatório completo do fornecimento dos serviços juntamente com nota fiscal e apresentar à contratante para fazer jus ao recebimento do valor contratual.

A análise das prestações de contas apresentadas pela O.S demonstrou ausência de informação que comprove o fornecimento dos serviços, de acordo com exigido em cláusula contratual. Das 13 empresas contratadas, com função de coordenação (Anexo IV - Tabela IV - COOR MED), 3 não comprovaram suas ações. Os relatórios de atividades apresentados nos diversos meses possuem a mesma redação.

- Na empresa Heisei Assistência Médica o relatório referentes ao meses de set e out/2017 está assinado com data de 02/06/2018 e descreve como resumo das atividades executadas/resultados alcançados: "serviços de gerência de equipes médicas da UPA; coordenação da especialidade médica de clínica médica, clínica cirúrgica, de ortopedia, pediatria, suporte técnico 24 h e apoio administrativo para equipes médicas."

- Na empresa NUTRIHUMANA MED Serviços Médicos o relatório consta a descrição do cargo de Responsável Técnico do Centro de Terapia Intensiva.

- Na empresa HGC Healt Gestão e Consultoria Eirelli - EPP o relatório não está assinado e descreve: "serviços de gerência de equipes médicas do Hospital e Maternidade Regional de Ibirité; coordenação da especialidade médica de clínica cirúrgica, ginecologia e obstetrícia, pediatria; suporte técnico 24 h e apoio administrativo para equipes médicas."

As empresas MGM Saúde serviços Médicos Ltda, Top Clinic Odontologia e Medicina LTDA e Progenie - Sociedade Médica, não prestam mais serviços à O.S Instituto Social Mais Saúde. Apresentaram relatório sem data, onde descrevem as funções que competem ao Responsável Técnico/Coordenador.

A empresa Romário Neto Nascimento Pinto que prestou serviços para gestão laboratorial de set/2017 a mar/2018, apresentou durante os meses de out, nov, dez/2017, jan, fev, mar, abr/2018 o relatório DATASUS Tab/Net: Produção Ambulatorial do SUS/por local de atendimento. O relatório não assinado, foi emitido em 28/06/2018 e demonstra a quantidade aprovada por ano/mês de atendimento em diagnóstico de laboratório clínico do período out/2017 a abr/2018, no município de Ibirité.

Tal fato está em desacordo com Constituição Federal/1988, artigo 37, caput; Lei Federal nº 8.666/1993 artigo 113 § 1º; Lei Complementar Estadual nº 34/1994, artigo 66, inciso IV; Lei Complementar Estadual nº 102/2008, artigo 2º, inciso III, artigo 94; Contrato de Gestão nº 114/2017, Cláusula Segunda, inciso IV item 16, parágrafo primeiro; Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre Instituto Social Mais Saúde e as empresas Heisei, HCG Health gestão de Consultoria, item 5.1 e Contrato de Prestação de Serviço celebrado entre Instituto Social Mais Saúde e Romário Neto Nascimento Pinto, item 3.10, alínea e e item 4.1.

Fonte da Evidência: Prestação de contas do Instituto Social Mais Saúde, disponibilizada pela SMS de Ibirité de set/2017 a ago/2019, analisados in loco.

Auditoria nº 593



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Cópia digitalizada de relatório de atividades apresentado pela Heisei Assistência Médica, NUTRIHUMANA MED Serviços Médicos, HGC Healt Gestão e Consultoria Eirelli - EPP, Romário Neto Nascimento Pinto, mês setembro e outubro de 2017.

Cópia digitalizada de relatório de atividades apresentado pela empresas MGM Saúde serviços Médicos Ltda, Top Clinic Odontologia e Medicina LTDA e Progenie - Sociedade Médica, mês outubro de 2017.

Cópia digitalizada dos contratos de Prestação de Serviços da Heisei Assistência Médica, HGC Healt Gestão e Consultoria Eirelli - EPP, Romário Neto Nascimento Pinto.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antônio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a esta constatação, manifestou-se da seguinte forma: Ausência de informação comprovando o fornecimento dos serviços das empresas contratadas pela O.S Instituto Social Mais Saúde, exigida em cláusula contratual.

Os fatos narrados no relatório preliminar estão sendo apurados com a devida cautela e diligência, tendo em vista que tais serviços e suas notas fiscais já foram atestados e pagos por funcionários do município.

Cumpra aqui suscitar uma questão que é o fato de que, se os relatórios apresentados não estão a contento não significa, a priori, que os serviços de coordenação médica e de processamento de exames laboratoriais não tenham sido efetivamente prestados no Hospital e Maternidade Regional de Ibirité.

Diante da dúvida instaurada está sendo realizado um trabalho detalhado de avaliação, acompanhamento e fiscalização de todas as prestações de contas, bem como a solicitação de documentos e posicionamentos junto à contratada frente aos problemas identificados, com prazos à mesma para a elaboração de respostas/justificativas, visando a constatação da efetividade ou não dos serviços contratados pelo Instituto Social Mais Saúde, e solicitação de providências junto à contratada em relação aos serviços que porventura não tenham sido prestados e/ou foram cobrados indevidamente.

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 338/2020, datado de 12/08/2020, a Sra Carla Soares Alves (representante legal do Instituto Social Mais Saúde) foi notificada e não se manifestou acerca das não conformidades.

3. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 341/2020, datado de 12/08/2020, a Sra Edi Neide Cerri Genovese (pessoa física) foi notificada e não se manifestou acerca das não conformidades.

Análise da Justificativa:

Justificativa 1. A manifestação apresentada afirma que os fatos narrados estão sendo apurados com devida cautela e diligência, contudo são ações que deveriam ser realizadas pela SMS de Ibirité no decorrer da execução do contrato. O exercício do acompanhamento, fiscalização e avaliação, de responsabilidade da contratante, poderia ter detectado tais não conformidades e aplicado medidas corretivas.

Em relação à questão suscitada na manifestação, a auditoria constatou a ausência de informações e documentação válida que comprove o fornecimento dos serviços.

Com relação ao trabalho detalhado em realização, diante da dúvida instaurada, não foi apresentada documentação comprobatória.

Por fim, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Diante do exposto, à autoridade competente, conforme Resolução SES nº 2.906/2011, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita com comunicação do fato à Câmara Mun. de Ibirité em razão do disposto na Lei Mun nº 2.134/2014, art 2º, parágrafo único; ao TCE/MG em razão do disposto na Lei Fed nº 8.666/1993, art 113, § 1º, Lei Comp Fed nº 141/ 2012, art 27, Lei Comp. Est. nº 102/2008, art 2º, inciso III, art 94, na Lei Mun. nº 2.134/2014, art. 2º, parágrafo único e ao MP em razão do disposto na Lei Comp Est nº 34/1994, art. 66, inciso IV. A Secretaria Municipal de Saúde de Ibirité deverá adotar as medidas necessárias para o ressarcimento ao FMS pelo Instituto Social Mais Saúde do valor original de R\$ 3.624.993,85, conforme proposição de devolução. A atualização monetária deverá ser feita pela taxa SELIC (não aplicar juros), utilizando o índice constante do "Sistema de Débito"

Auditoria nº 593



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



(Programa de Atualização de Débito do Tribunal de Contas da União/TCU no endereço:
<http://contas.tcu.gov.br/debito/Web/Debito/CalculoDeDebito.faces>)

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação:

Realizar adequação no setor de acompanhamento, fiscalização e avaliação do Contrato de Gestão, exigindo informações que comprovem o fornecimento dos serviços das empresas contratadas pela O.S Instituto Social Mais Saúde, cumprindo o que determina a Constituição Federal/1988, artigo 37, caput; Lei Federal nº 8.666/1993 artigo 113 §

1º; Lei Complementar Estadual nº 34/1994, artigo 66, inciso IV; Lei Complementar Estadual nº 102/2008, artigo 2º, inciso III, artigo 94; Contrato de Gestão nº 114/2017, Cláusula Segunda, inciso IV item 16, parágrafo primeiro; Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre Instituto Social Mais Saúde e as empresas Heisei, HCG Health gestão de Consultoria, item 5.1 e Contrato de Prestação de Serviço celebrado entre Instituto Social Mais Saúde e Romário Neto Nascimento Pinto, item 3.10, alínea e e item 4.1.

Adotar as providências legais no sentido de recompor de imediato ao Fundo Municipal de Saúde pelo Instituto Social Mais Saúde do valor original atualizado, conforme indicado no campo PROPOSIÇÃO DE DEVOLUÇÃO. **Destinatários da Recomendação**

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE - FMS IBIRITE	02.914.038/0001-03

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 586238

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Prestação de Contas

Constatação: Inexistência de comprovação do recebimento, análise e aprovação da prestação de contas anual da O.S. Instituto Social Mais Saúde pela SMS de Ibirité.

Evidência: Por meio de análise documental verificou-se que o Instituto Mais Saude elaborou balancetes analíticos com informações referentes a receitas, despesas e saldo do período de set/2017 a jun/2019, de relatórios de prestação de contas anuais referente ao ano de 2017 (set a dez/2017), 2018 (jan a dez/2018) e de balanço patrimonial referente aos mesmos exercícios. Os relatórios referentes ao balanço patrimonial e as notas explicativas foram assinados pelo Diretor Presidente da da O.S Instituto Social Mais saúde e pelo RT da Advanced Contabilidade e Apoio Adm LTDA. Contudo não há comprovação de que a documentação tenha sido apresentada à SMS de Ibirité até 30 dias após o encerramento do período ou a qualquer momento. Não há comprovação de que a documentação tenha sido analisada e/ou aprovada pela SMS de Ibirité, com remetimento à Câmara Municipal de Vereadores ou a outro órgão de controle externo. Tal fato está em desacordo com Lei Federal nº 9637/1998, artigo 8º, § 1º; Lei Municipal nº 2.134/2014, artigo 8º, caput e § 5º e Contrato de Gestão nº 114/2018, Cláusula Décima-Segunda.

Fonte da Evidência: Cópia digitalizada de Prestação de Contas Anual da O.S Instituto Social Mais saúde, anos 2017 e 2018;
Cópia digitalizada de Relatório Mensal Contábil e Financeiro da O.S Instituto Social Mais saúde, anos 2017, 2018 e 2019;
Cópia digitalizada do Balanço Patrimonial da O.S Instituto Social Mais saúde, anos de 2017 e 2018.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome

Auditoria nº 593



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antônio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a esta constatação, manifestou-se da seguinte forma: Inexistência de comprovação do recebimento, análise e aprovação da prestação de contas anual da O.S. Instituto Social Mais Saúde pela SMS de Ibirité.

Realmente não há como comprovar a entrega tempestiva da prestação de contas anual pela contratada, prevista para se dar em 30 dias após o encerramento do período, conforme Cláusula Décima-Segunda, e a sua avaliação pela SMS, seguindo o fluxo definido no Contrato de gestão.

Todo trabalho de avaliação das prestações de contas desde o início do contrato e dos documentos complementares para a produção dos relatórios pertinentes vem sendo executado por 2 profissionais desde janeiro/2020.

Quanto à não exigência, por parte da SMS de Ibirité de relatórios trimestrais da O.S Instituto Social Mais Saúde para prestação de contas, conforme previsão contratual, esclarecemos que a contratada tem sido cobrada frequentemente e formalmente para a entrega das prestações mensais de contas pelo regime de caixa e de competência contábil, em tempo oportuno (25 dias corridos após o encerramento da competência, conforme 8º Termo Aditivo assinado no dia 14/09/2020), bem como para a qualificação dos relatórios e dos documentos apresentados, ainda sem sucesso, mas com avanços, principalmente em relação à apresentação dos custos do projeto, as despesas contraídas e suas comprovações, além da estimativa das provisões das verbas rescisórias dos funcionários contratados.

Quanto aos relatórios semestrais de auditorias externas realizadas, os mesmos foram requisitados, recebidos pela Secretaria Municipal de Saúde e avaliados, e forneceram subsídios para a solicitação de correções no aprimoramento dos processos administrativos e financeiros na gestão dos recursos pela contratada. O último relatório da auditoria foi referente ao 1º semestre de 2020.

Quanto à entrega das prestações mensais de contas, estas continuam chegando com algum atraso, sendo que as últimas foram recebidas em meio magnético no dia 03/02/2020, e são referentes ao mês de novembro/2020

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 338/2020, datado de 12/08/2020, a Sra Carla Soares Alves (representante legal do Instituto Social Mais Saúde) foi notificada e não se manifestou acerca das não conformidades.

3. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 341/2020, datado de 12/08/2020, a Sra Edi Neide Cerri Genovese (pessoa física) foi notificada e não se manifestou acerca das não conformidades.

Análise da Justificativa:

Justificativa 1. A Manifestação apresentada reconhece a irregularidade apontada na constatação. Alega que desde janeiro/2020 está sendo executada avaliação das prestações de contas desde o início do contrato e as entregas das prestações mensais está acontecendo, contudo não apresentou documentação comprobatória do recebimento, análise e aprovação da prestação de contas da O.S. Instituto Social Mais Saúde pela SMS de Ibirité.

Por fim, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Diante do exposto, à autoridade competente, conforme Resolução SES nº 2.906/2011, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita com subsequente comunicação do fato constatado à Câmara Municipal de Ibirité e ao Tribunal de Contas do Estado (TCE/MG) em razão do disposto na Lei Municipal nº 2.134/2014, artigo 2º, parágrafo único.

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação:

Realizar adequação no setor de acompanhamento, fiscalização e avaliação do Contrato de Gestão nº 114/2017, no sentido de receber, analisar e aprovar a prestação de contas anual da O.S. Instituto Social Mais Saúde pela SMS de Ibirité, cumprindo o que determina a Lei Federal nº 9637/1998, artigo 8º, § 1º; Lei Municipal nº 2.134/2014, artigo 8º, caput e § 5º e Contrato de Gestão nº 114/2018, Cláusula Décima-Segunda. **Destinatários da Recomendação**

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE - FMS IBIRITE	02.914.038/0001-03

Auditoria nº 593



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 586974

Subgrupo: Contrato

Item: Prestação de Contas

Constatação: Não exigência, por parte da SMS de Ibirité de relatórios quadrimestrais da O.S Instituto Social Mais Saúde para prestação de contas conforme previsão contratual.

Evidência: O Contrato de Gestão nº 114/2017 foi assinado em 13/09/2017 e até data da fase operativa da auditoria não foram apresentados, por parte da O.S Instituto Social Mais Saúde, relatórios quadrimestrais de prestação de contas, bem como não foram apresentados documentos, por parte da SMS de Ibirité registros de cobrança e/ou exigência da apresentação conforme previsão contratual.

Não foram apresentados, em até 30 dias após o encerramento de cada quadrimestre:

- *Relatório da Administração;
- *Demonstração de Metas/Resultados;
- *Quadro de origem e aplicação de fundos;
- *Notas explicativas;
- * Parecer de Auditoria Externa; * Parecer de Conselho Fiscal.

Além de não apresentados, estes relatórios não integram bancos de dados em base informática de acesso irrestrito à SMS de Ibirité e órgãos de controle interno e externo.

Tal fato está em desacordo com Contrato de Gestão nº 114/2017, Cláusula Décima Segunda, Parágrafos Quarto e Quinto.

Fonte da Evidência: Termo de Auditoria, assinado em 11/10/2019;
Visita in loco;
Visita ao site www.institutomaissaude.org.br, em 09/10/2019.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 349/2020, datado de 13/08/2020, a Sra Carina Bitarães (representante legal da SMS de Ibirité) foi notificada e não se manifestou acerca desta não conformidade.
2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 339/2020, datado de 13/08/2020, a Sra Carina Bitarães (pessoa física) foi notificada e não se manifestou acerca desta não conformidade.
3. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 338/2020, datado de 12/08/2020, a Sra Carla Soares Alves (representante legal do Instituto Social Mais Saúde) foi notificada e não se manifestou acerca das não conformidades.
4. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 341/2020, datado de 12/08/2020, a Sra Edi Neide Cerri Genovese (pessoa física) foi notificada e não se manifestou acerca das não conformidades.

Análise da Justificativa: Não houve justificativa.

Diante do exposto, à autoridade competente, conforme Resolução SES nº 2.906/2011, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita com subsequente comunicação do fato constatado à Câmara Municipal de Ibirité e ao Tribunal de Contas do Estado (TCE/MG) em razão do disposto na Lei Municipal nº 2.134/2014, artigo 2º, parágrafo único.

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Realizar adequação no setor de acompanhamento, fiscalização e avaliação do Contrato de Gestão nº 114/2017,

Auditoria nº 593



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



exigindo relatórios quadrimestrais da O.S Instituto Social Mais Saúde para prestação de contas, cumprindo o que determina o Contrato de Gestão nº 114/2017, Cláusula Décima Segunda, Parágrafos Quarto e Quinto. **Destinatários da Recomendação**

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE - FMS IBIRITE	02.914.038/0001-03

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 586241

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Prestação de Contas

Constatação: Ausência de publicação, em Diário Oficial do Município de Ibirité, do balanço e prestações de contas do Instituto Social Mais Saúde.

Evidência: Foi constatada a ausência de publicação do balanço e prestações de contas do Instituto Social Mais Saúde, no Diário Oficial do Município de Ibirité durante todo período de execução do Contrato de Gestão nº 114/2017, desde sua assinatura em 13/09/2017.

Tal fato está em desacordo com a Lei municipal nº 2134/2014 art. 12; Decreto Municipal nº 3.895/2014, artigo 48, parágrafo único e Contrato de Gestão nº 114/2017 Cláusula Segunda, inciso IV, item 10.

Fonte da Evidência: Termo de auditoria, assinado em 11/10/2019;

Consulta realizada no site <http://www.ibirite.mg.gov.br/diario-eletronico/caderno/diario-municipal/1>, em 15/08/2019.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antônio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a esta constatação, manifestou-se da seguinte forma: Ausência de publicação, em Diário Oficial do Município de Ibirité, do balanço e prestações de contas do Instituto Social Mais Saúde.

A SMS não realizou as avaliações financeiras nos formatos e prazos definidos no Contrato de Gestão, mas desencadeou processos pontuais de avaliação, controle e auditoria das prestações de contas recebidas e dos documentos apresentados, no sentido de solicitar ações corretivas junto à contratada para sanar problemas identificados, bem como para a entrega das prestações de contas no prazo definido.

Atualmente está sendo avaliado quais dados ou informações devem conter os documentos para publicação (tendo em vista que a prestação de contas de cada competência é apresentada em cerca de 5.000 páginas), em qual formato e periodicidade deverão ser publicados no DOM, no sentido de cumprir o contrato vigente e possibilitar o acompanhamento pelas instâncias de controle público, de controle social, legislativo e cidadãos.

Análise da Justificativa: Justificativa 1. A manifestação apresentada demonstra que a SMS tem intenção de corrigir a não conformidade apontada, porém não foi apresentada documentação que demonstre a execução das ações de avaliação, controle e auditoria das prestações de contas citadas na manifestação.

Por fim, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Diante do exposto, à autoridade competente, conforme Resolução SES nº 2.906/2011, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita com subsequente comunicação do fato constatado à Câmara Municipal de Ibirité e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG) em razão do disposto na Lei Municipal nº 2.134/2014, artigo 2º, parágrafo único.

Auditoria nº 593



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Realizar adequação no setor de acompanhamento, fiscalização e avaliação do Contrato de Gestão nº 114/2017 com a publicação, em Diário Oficial do Município de Ibirité, do balanço e prestações de contas do Instituto Social Mais Saúde, cumprindo o que determina a Lei municipal nº 2134/2014 art. 12; Decreto Municipal nº 3.895/2014, artigo 48, parágrafo único e Contrato de Gestão nº 114/2017 Cláusula Segunda, inciso IV, item 10. **Destinatários da Recomendação**

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE - FMS IBIRITE	02.914.038/0001-03

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 588131

Subgrupo: Contrato

Item: Prestação de Contas

Constatação: Ausência de divulgação dos dados referentes ao recebimento e destinação dos recursos públicos, por parte da O.S Instituto Social Mais Saúde, em virtude do Contrato de Gestão nº 114/2017.

Evidência: A O.S Instituto Social Mais Saúde, em virtude do Contrato de Gestão nº 114/2017, recebe recursos financeiros de origem federal (Teto Municipal de Média e Alta Complexidade), estadual e municipal. Estes recursos compõem o valor do Contrato de Gestão nº 114/2017. Além de não serem apresentados relatórios quadrimestrais de prestação de contas com detalhamento de metas/resultados, origem/aplicação de fundos, não foram divulgados em seu site, na internet, os dados referentes ao recebimento e destinação dos recursos públicos. Também não estão divulgados: Contrato de Gestão e seus aditivos, relatórios mensais/anuais de suas ações e atividades, todos os contratos que tenha assinado, relação dos servidores públicos cedidos, relação dos membros da diretoria, chefias, de acordo com organograma da O.S
Tal fato está em desacordo com Lei Federal 12.527/2011, artigo 2º parágrafo único, artigo 8º e 9º e Contrato de Gestão nº 114/2017, cláusula Segunda, parágrafo primeiro.

Fonte da Evidência: Termo de Auditoria assinado em 11/10/2019;
Visita ao site <https://www.institutomaissaude.org.br/>, acesso em 10/10/2019 e 23/10/2019.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antônio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a esta constatação, manifestou-se da seguinte forma: Ausência de divulgação, por parte da OS dos dados referentes ao recebimento e destinação dos recursos públicos, bem como o Contrato de Gestão e seus aditivos, relatórios mensais/anuais de suas ações e atividades, todos os contratos que tenha assinado, relação dos servidores públicos cedidos, relação dos membros da diretoria, chefias, de acordo com organograma da O.S
Na prestação de contas dos meses de Julho/2020 e novembro/2020, entregues em meio magnético nos dias 21/10/2020 e 03/02/2021 foram identificados pagamentos à empresa Theo Info (Razão Social: R.S.T. ***718118**), contratada para a prestação de serviços de estruturação e atualização do site de Transparência do ISMS, o que entendemos como sendo uma medida adotada pelo ISMS para sanar esta irregularidade (NF 001 de 16/07/2020 na página 3379 da prestação de contas por caixa de julho/2020 e NF 006 de 06/11/2020 na página 2738 da prestação de contas por caixa de novembro/2020.
2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 338/2020, datado de 12/08/2020, a Sra Carla Soares Alves (representante legal do Instituto Social Mais Saúde) foi notificada e não se manifestou acerca das não conformidades.

Auditoria nº 593



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



3. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 341/2020, datado de 12/08/2020, a Sra Edi Neide Cerri Genovese (pessoa física) foi notificada e não se manifestou acerca das não conformidades.

Análise da Justificativa:

Justificativa 1. A manifestação apresentada comprova a existência de ações no sentido de corrigir a não conformidade apontada, quando demonstra o pagamento de empresa para estruturação e atualização do site de Transparência do ISMS. Em visita ao site <https://www.institutomaissaude.org.br/transparencia>, em 22/02/2021 e em 23/03/2021 foi verificado a inclusão de informações relativas ao recebimento e destinação dos recursos públicos como resultado financeiro, Contrato de Gestão e seus aditivos, relatórios de suas ações e atividades, relação de fornecedores, relação dos servidores públicos efetivos cedidos, relação dos membros da diretoria e organograma estratégico da O.S.

Por fim, considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 589797

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Contrato

Constatação: Descumprimento do Contrato de Gestão 114/2017 estabelecido entre a SMS de Ibirité e o Instituto Social MAIS SAÚDE quanto ao indicadores referentes as taxas de ocupação de Leitos (incluindo UTI Adulto).

Evidência: Verificou-se por meio da análise dos monitoramentos realizados pela Comissão de Avaliação de Cumprimento de Metas e Indicadores, relativos ao Contrato 114/2017, que não foram alcançadas as metas de ocupação mínima de 85% dos leitos do Hospital incluindo leitos de UTI adulto, conforme detalhado por quadrimestre a seguir:

2017: - período de 01/09/2017 a 31/12/2017 - ocupação de 73,15% .

2018: - período de 01/01/2018 a 30/04/2018 - não foi monitorado.

- período de 01/05/2018 a 31/08/2018 - ocupação de 73,87%.

Em visita ao HMRI foi verificado que não havia ocupação dos leitos pediátricos no 01/10/2019 em um total de 6 leitos, no dia 11/10/2019 haviam 03 leitos ocupados na clínica cirúrgica em um total de 9 leitos e 5 leitos ocupados da UTI em um total de 10 leitos. Tais fatos estão em desacordo com o Contrato 114/2017, Anexo II entre a Secretaria Municipal de Saúde de Ibirité e o Instituto Social MAIS SAÚDE e a Lei Municipal 2134 de 02/09/2014 capítulo II Da Qualificação, Art.6º, Incisos VI e VII.

Fonte da Evidência: - Cópias digitais dos Resumos de Validação dos resultados dos Pareceres Finais da Comissão de Avaliação de Cumprimento de Metas e Indicadores de 2017 e 2018.

- Visita in loco no HMRI nos dias 01 e 11/10/2019.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antônio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a essa constatação, manifestou-se da seguinte forma:

"Este indicador foi um dos não apurados no 1º quadrimestre/2018 por motivos descritos neste documento. No entanto, foi realizado o monitoramento referente ao período 01/01/2018 a 30/04/2018, a partir dos dados do ProHosp:

Taxa de ocupação dos Leitos HMRI.

JAN/18 - 76,18%; FEV/18 - 107,19; MAR/18 - 73,42; ABR/18 - 85,42%

Fonte: Pro-Hosp

Auditoria nº 593



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Se for considerada a média do quadrimestre, 85,55%, a meta prevista no Contrato de Gestão foi alcançada.

No geral, o total de procedimentos cirúrgicos realizados no período foi significativo (3º quadrimestre de 2017 - 345 casos e 1º e 2º quadrimestre de 2018 - 876 casos) e a permanência na clínica médica foi alta.

Entretanto, o fator que obteve maior impacto nesta taxa nos meses analisados foi a baixa ocupação dos leitos cirúrgicos, haja vista que as intervenções eletivas ocorrem de segunda à quinta-feira, sendo que às sextas-feiras são agendados os casos ambulatoriais, que não geram internação, causando ociosidade nos leitos por 3 dias na semana, problema que deverá ser enfrentado como final da pandemia com a organização do serviço para ampliar a oferta de procedimentos eletivos com a otimização dos recursos alocados na unidade. Referente à ocupação na pediatria no dia 01/10/2019, evidenciado em relatório do SUS-Fácil, foi decorrente da ausência de casos referenciados para a especialidade nesta data. Quanto à baixa ocupação nos leitos cirúrgicos no dia 11/10/2020, trata-se de dia da semana (sexta-feira) que concentra os casos cirúrgicos eletivos ambulatoriais, sem demanda de internação."

Acompanharam essa defesa os Anexos: 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29.

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 338/2020, datado de 12/08/2020, a Sra. Carla Soares Alves (representante legal do Instituto Social Mais Saúde) foi notificada e não se manifestou acerca das não conformidades.

3. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 341/2020, datado de 12/08/2020, a Sra. Edi Neide Cerri Genovese (pessoa física) foi notificada e não se manifestou acerca das não conformidades.

Análise da Justificativa: Justificativa 1 - A manifestação apresentada está condizente com o apontamento da equipe de auditoria em relação a baixa ocupação de leitos hospitalares, uma vez que a justificativa trata da "ociosidade dos leitos cirúrgicos em 03 dias da semana". Foram apresentados os pareceres finais da comissão de avaliação de metas e indicadores sendo que permaneceu o terceiro quadrimestre (Anexo 26) com taxa de ocupação de leitos em 74% sendo indeferido pela Comissão de Avaliação de Metas e Indicadores do Contrato. Dessa forma a inconformidade manteve-se. Por fim, considera-se que não foram apresentadas justificativas no sentido de afastar a não conformidade. Diante do exposto, à autoridade competente, conforme Resolução SES nº 2.906/2011, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita subsequente comunicação do fato constatado ao TCE (Lei Complementar Estadual Nº102/2008, art.3º, incisos XIII e XVI e art. 62). **Acatamento da Justificativa:** Não

Recomendação: Atender o percentual pactuado em relação ao indicador de taxa de ocupação de leitos hospitalares, em cumprimento ao Contrato 114/2017, Anexo II entre a Secretaria Municipal de Saúde de Ibirité e o Instituto Social MAIS SAÚDE e a Lei Municipal 2134 de 02/09/2014 capítulo II Da Qualificação, Art.6º, Incisos VI e VII. **Destinatários da Recomendação**

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE - FMS IBIRITE	02.914.038/0001-03
INSTITUTO SOCIAL MAIS SAUDE	18.963.002/0001-41

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 589798

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Contrato

Constatação: Descumprimento do Contrato de Gestão 114/2017 estabelecido entre a SMS de Ibirité e o Instituto Social MAIS SAÚDE quanto ao indicador do Tempo Médio de Permanência de usuários nos Leitos de Clínica médica, cirúrgica e obstétrica do HMRI.

Evidência: Verificou-se em consulta ao Contrato 114/2017 do HMRI com a SMS de Ibirité que as metas de indicadores de qualidade,

Auditoria nº 593



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



produção e desempenho das médias de permanência são de até 8 dias para clínica médica, até 3,3 dias para clínica cirúrgica e até 2,2 dias para a clínica obstétrica. Em análise aos Pareceres Finais das avaliações quadrimestrais da Comissão de Avaliação de Cumprimento de Metas e Indicadores do Contrato 114/2017 e do Primeiro Termo Aditivo pode-se observar que não foram apuradas essas metas desses indicadores no primeiro quadrimestre de 2018 e no segundo monitoramento de 2018 correspondente ao período de (01/05/2018 a 30/08/2018).

Tal fato está em desacordo com Contrato de Gestão Nº 114/2017 datado de 13/09/2017, Anexo II.

Fonte da Evidência: - Cópias digitalizadas dos Pareceres Finais da Comissão de Avaliação de Cumprimento de Metas e Indicadores do Contrato 114/2017 do período avaliado: janeiro a abril de 2018 e maio a agosto de 2018.
- Visita in loco ao HMRI em Ibirité 01 e 11/10/2019.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antônio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a essa constatação, manifestou-se da seguinte forma:

"Este indicador não foi avaliado no 1º quadrimestre/2018 pela Comissão instituída. Entretanto, foi realizado o monitoramento dos dados referentes ao 1º e 2º quadrimestres de 2018, tendo como fonte dos dados o ProHosp, foram encontrados os seguintes resultados:

Tempo médio de permanência HMRI de jan/18 a ago/18

Indicador Tempo médio Permanência dos Leitos: Clínica Médica: JAN - 9,09; FEV - 9,17; MAR - 9,77; ABR - 10,82; MAIO 8,4; JUN - 7,17; JUL - 10,62; AGO - 9,56

Tempo Médio Permanência dos Leitos Cirúrgicos: JAN - 0,54; FEV - 0,54; MAR - 0,90; ABR - 0,98; MAIO - 1,05; JUN - 0,83; JUL - 0,87; AGO - 0,34

Tempo Médio Permanência dos Leitos Obstétricos JAN - 2,04; FEV - 2,26; MAR - 2,07; ABR - 2,06; MAIO - 2,07; JUN 2,18; JUL - 2,23; AGO - 2,65. Fonte: ProHosp

Foi atingida a meta estabelecida para a média de permanência em leitos cirúrgicos e obstétricos quando foi considerada a média dos quadrimestres e a média anual. Em relação à Clínica médica a meta definida não foi alcançada, entretanto, foi observada uma melhoria da performance ao longo do ano, com média anual de 8,77 dias por internação."

Acompanharam essa defesa os Anexos 25,26 e 28.

Análise da Justificativa: Justificativa 1 - A manifestação apresentada está devidamente documentada por meio dos Pareceres Finais da Comissão de Avaliação de Metas e Indicadores de todos os quadrimestres de 2019 (Anexos 25,26,28) que demonstram que as médias de permanência em leitos cirúrgicos e obstétricos tem se mantidas dentro dos parâmetros estabelecidos, sendo que, a taxa de permanência para clínica médica esteve acima do estipulado no primeiro quadrimestre de 2019 e não foram avaliadas as médias do ano de 2018. Portanto a justificativa será considerada como acatamento parcial. Diante do exposto, à autoridade competente, conforme Resolução SES nº 2.906/2011, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita subsequente comunicação do fato constatado ao TCE (Lei Complementar Estadual Nº102/2008, art.3º, incisos XIII e XVI e art. 62).

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

imprimento ao estabelecido

Recomendação: Atender as metas dos indicadores de médias de permanência em leitos hospitalares em c no Contrato de Gestão Nº 114/2017 datado de 13/09/2017, Anexo II.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE - FMS IBIRITE	02.914.038/0001-03

Auditoria nº 593



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 589801

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Contrato

Constatação: Descumprimento do Contrato de Gestão 114/2017 estabelecido entre a SMS de Ibirité e o Instituto Social MAIS SAÚDE quanto a taxa de referência.

Evidência: A equipe de auditoria verificou que a meta pactuada para os pacientes referenciados ao HRMI no Contrato de Gestão 114/2017 era de 35%. Esse indicador foi avaliado no quarto quadrimestre de 2017 correspondente aos meses de setembro a dezembro alcançando uma meta de 23,19% de atendimento. No período de janeiro a abril de 2018 o mesmo indicador não foi apurado pela Comissão de Avaliação de Cumprimento de Metas e Indicadores do Contrato. Tais fatos estão em desacordo com Contrato de Gestão Nº 114/2017 datado de 13/09/2017, Anexo II e a Lei Municipal 2134 de 02/09/2014 capítulo II Da Qualificação, Art.6º, Incisos VI e VII.

Fonte da Evidência: - Cópias digitalizadas dos Pareceres Finais da Comissão de Avaliação de Cumprimento de Metas e Indicadores do Contrato 114/2017 dos períodos avaliados setembro a dezembro de 2017 e janeiro a abril de 2018.
- Cópia digital do Contrato de Gestão 114/2017 de 13/09/2017.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antônio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a essa constatação, manifestou-se da seguinte forma:
"No 3º quadrimestre de 2017 não estava prevista a avaliação de indicadores e metas do Contrato de Gestão. No período 01/01/2018 a 30/04/2018 foi realizado o monitoramento, que teve como fonte dos dados o ProHosp, e o resultado obtido foi o seguinte: Taxa de Referência HMRI - Jan18 a Abr/18
JAN/18 - 34,20; FEV/18 - 19,93; MAR/18 - 15,85; ABR/18 - 15,63. Fonte: ProHosp
A meta pactuada inicialmente foi que a taxa de Referência deveria ser 35%, sendo ajustada a partir da assinatura do 1º Termo Aditivo em 01/08/2018 para maior ou igual 15% devido à dificuldade para o seu atingimento. Este ajuste foi necessário, tendo em vista o fato do HMRI ser a única unidade no município para o atendimento hospitalar à população própria em média complexidade, além da grande demanda gerada na UPA."
Acompanharam essa defesa os Anexos 19, 25, 26 e 28.

Análise da Justificativa: Justificativa 1- A manifestação do auditado foi devidamente documentada sendo que as taxas de referência apresentadas, nos pareceres finais da Comissão de avaliação de metas e indicadores nos três quadrimestres de 2019 são respectivamente: 21,92%; 13,38% e 16,15% (Anexos 25, 26, 28). Dessa forma a equipe de auditoria acata parcialmente a justificativa tendo em vista que o indicador foi modificado de 35% para maior ou igual a 15% (Anexo 19) e o segundo quadrimestre de 2019 não atingiu a meta estabelecida. Diante do exposto, à autoridade competente, conforme Resolução SES nº 2.906/2011, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita subsequente comunicação do fato constatado ao TCE (Lei Complementar Estadual Nº 102/2008, art. 3º, incisos XIII e XVI e art. 62).

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

Recomendação: Cumprir as metas de taxas de referências de acordo com o indicador, em todo o período avaliado, conforme o estabelecido no Contrato de Gestão Nº 114/2017 datado de 13/09/2017, Anexo II e a Lei Municipal 2134 de 02/09/2014 capítulo II Da Qualificação, Art.6º, Incisos VI e VII.

Auditoria nº 593



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE - FMS IBIRITE	02.914.038/0001-03

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 589802

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Contrato

Constatação: Descumprimento do Contrato de Gestão 114/2017 estabelecido entre a SMS de Ibirité e o Instituto Social MAIS SAÚDE quanto ao indicador de Percentual de recusas de internações solicitadas pelo SUS Fácil.

Evidência: Verificou-se que o indicador do percentual de recusas de internações via SUS Fácil não foi avaliado pela Comissão de Avaliação de Cumprimento de Metas e Indicadores do Contrato 114/2017 no primeiro quadrimestre de 2018 relativo ao período de 01/01/2018 a 30/04/2018. Tal fato está em desacordo com o Contrato de Gestão Nº 114/2017 datado de 13/09/2017, Anexo II e a Lei Municipal 2134 de 02/09/2014 capítulo II Da Qualificação, Art.6º, Incisos VI e VII.

Fonte da Evidência: - Cópia digital do Contrato de Gestão 114/2017 de 13/09/2017.
- Cópias digitalizadas do Parecer Final da Comissão de Avaliação de Cumprimento de Metas e Indicadores do Contrato 114/2017 do período avaliado de janeiro a abril de 2018.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antonio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a essa constatação, manifestou-se da seguinte forma:

"No monitoramento referente ao período de 01/01/2018 a 30/04/2018, realizado a partir dos dados do sistema informatizado de Regulação do Acesso (SUS Fácil), foi constatado o atingimento da meta em 3 meses (exceto no mês de janeiro) e na média do quadrimestre (12,49%).

Percentual de recusas SUS-Fácil - jan/18 a abr/18.

JAN - 26,75%; FEV - 12,57%; MAR - 6,21%; ABR - 4,42%; Fonte: Sistema Estadual de Regulação/SUSFácil.

No relatório extraído diretamente do sistema SUS-Fácil foram contabilizadas 206 (duzentas e seis) reservas de leitos que tiveram a internação negada no HMRI, o que não significa número semelhante de pacientes recusados, tendo em vista que um mesmo laudo de solicitação de reserva de um leito para o mesmo paciente é apresentado mais de uma vez na tela do município pela Central Macrorregional de Regulação. Os motivos de recusa foram classificados em: -Não há leito disponível (136); -Recursos indisponíveis (15); -Não há médico especialista disponível (7); e Outros (48).

O maior volume de solicitações negadas foi referente à especialidade clínica médica, que é a especialidade com maior demanda e com oferta insuficiente pelos prestadores, devido, principalmente, à baixa remuneração pelo SUS para as internações de média complexidade. A partir da análise realizada ficou evidenciado que, dos 206 laudos negados no mês de janeiro de 2018, 21 laudos foram colocados na tela do hospital mais de uma vez devido à negativa, resultando em 45 casos, o que contribuiu para o não atingimento da meta proposta."

Acompanharam essa defesa os Anexos 25, 26 e 28.

Análise da Justificativa: Justificativa 1 - A manifestação apresentada pelo auditado está devidamente documentada com os pareceres

Auditoria nº 593



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



finais da Comissão de avaliação de metas e Indicadores nos quais apontam indeferimento do indicador no segundo e terceiro quadrimestres de 2019 (Anexos 25 e 26). Portanto a equipe mantém a não conformidade. Diante do exposto, à autoridade competente, conforme Resolução SES nº 2.906/2011, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita subsequente comunicação do fato constatado ao TCE (Lei Complementar Estadual Nº102/2008, art.3º, incisos XIII e XVI e art. 62).

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Cumprir com o estabelecido, em todos os períodos de avaliação desse indicador de percentual de recusas para atendimento no HMRI, de acordo com o Contrato de Gestão Nº 114/2017 datado de 13/09/2017, Anexo II e a Lei Municipal 2134 de 02/09/2014 capítulo II Da Qualificação, Art.6º, Incisos VI e VII.

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 589804

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Contrato

Constatação: Descumprimento do Contrato de Gestão 114/2017 estabelecido entre a SMS de Ibirité e o Instituto Social MAIS SAÚDE quanto ao indicador referente as taxas de cesáreas.

Evidência: Verificou-se por meio dos relatórios da Comissão de Avaliação de Cumprimento de Metas e Indicadores do Contrato 114/2017 que não foram alcançadas as metas de até 30% de partos cesáreos no HMRI. Em análise aos dados dos relatórios foram detalhadas as metas alcançadas por quadrimestres:

2017: 37,37% no período de 01/09 a 31/12/2017,

2018: 33,21% no período de 01/01/2018 a 30/04/2018), 32,10% no período de 01/05/2018 a 31/08/2018 e 31,08% no período de 01/09/2018 a 31/12/2018.

2019: 35,97 no período de 01/01/2019 a 30/4/2019.

Tais fatos estão em desacordo com Contrato de Gestão Nº 114/2017 datado de 13/09/2017, Anexo II e Primeiro Termo Aditivo ao Contrato datado de 01/08/2018, no Anexo Único Indicadores de qualidade, produção e desempenho e a Lei Municipal 2134 de 02/09/2014 capítulo II Da Qualificação, Art.6º, Incisos VI e VII.

Fonte da Evidência: - Cópia digital do Contrato de Gestão 114/2017 de 13/09/2017 e Primeiro Termo Aditivo, datado de 01/08/2018.
- Cópias digitalizadas dos Pareceres Finais da Comissão de Avaliação de Cumprimento de Metas e Indicadores do Contrato 114/2017 dos períodos avaliados setembro a dezembro de 2017; janeiro a abril de 2018, maio a agosto de 2018 e setembro a dezembro de 2018 e janeiro a abril de 2019.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde de Ibirité não apresentou manifestação da entidade e da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antônio de Souza Pinto.
2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 338/2020, datado de 12/08/2020, a Sra. Carla Soares Alves (representante legal do Instituto Social Mais Saúde) foi notificada e não se manifestou acerca das não conformidades.
3. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 341/2020, datado de 12/08/2020, a Sra. Edi Neide Cerri Genovese (pessoa física) foi notificada e não se manifestou acerca das não conformidades.

Análise da Justificativa: Não Foi apresentada manifestação do auditado para essa constatação. Diante do exposto, à autoridade competente, conforme Resolução SES nº 2.906/2011, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita subsequente comunicação do fato constatado ao TCE (Lei Complementar Estadual Nº102/2008, art.3º, incisos XIII e XVI e art. 62).

Auditoria nº 593



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Cumprir com a meta pactuada, em relação ao indicador de partos cesáreos, de acordo com o estabelecido no Contrato de Gestão Nº 114/2017 datado de 13/09/2017, Anexo II e Primeiro Termo Aditivo ao Contrato datado de 01/08/2018, no Anexo Único Indicadores de qualidade, produção e desempenho e a Lei Municipal 2134 de 02/09/2014 capítulo II Da Qualificação, Art.6º, Incisos VI e VII.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE - FMS IBIRITE	02.914.038/0001-03
INSTITUTO SOCIAL MAIS SAUDE	18.963.002/0001-41

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 589805

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Contrato

Constatação: Descumprimento do Contrato de Gestão 114/2017 estabelecido entre a SMS de Ibirité e o Instituto Social MAIS SAÚDE quanto ao indicador referente a Proporção de gestantes com acompanhante de livre escolha durante a internação para a realização do parto.

Evidência: Verificou-se que a proporção de gestantes com acompanhante de livre escolha é um indicador que deve ser monitorado pela Comissão de Avaliação de Cumprimento de Metas e Indicadores que de setembro de 2017 a julho de 2018 tinha como meta 100% das gestantes com livre escolha de acompanhante. Esse indicador não avaliado no primeiro quadrimestre de 2018 correspondente ao período de 01/01/2018 a 30/04/2018. Tais fatos estão em desacordo com Contrato de Gestão Nº 114/2017 datado de 13/09/2017, Anexo II e a Lei Municipal 2134 de 02/09/2014 capítulo II Da Qualificação, Art.6º, Incisos VI e VII.

Fonte da Evidência: - Cópia digital do Contrato de Gestão 114/2017 de 13/09/2017.
- Cópias digitalizadas dos Pareceres Finais da Comissão de Avaliação de Cumprimento de Metas e Indicadores do Contrato 114/2017 de setembro a dezembro de 2017 e do período avaliado de janeiro a abril de 2018.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antônio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a essa constatação, manifestou-se da seguinte forma:

"Este e outros indicadores de desempenho e qualidade da assistência não foram avaliados pela Comissão de no 1º quadrimestre de 2018, devido ao fato de ser o primeiro quadrimestre de atuação da Comissão de Avaliação do Cumprimento de Metas e Indicadores estabelecidos no Contrato de Gestão, ainda em processo de compreensão do trabalho e organização das tarefas para a sua atuação. No entanto, poderá ser verificado o atingimento da meta proposta para este indicador nos quadrimestres subsequentes."

Acompanharam essa defesa os anexos 25,26 e 28.

Análise da Justificativa: Justificativa 1- A manifestação apresentada pelo auditado foi devidamente documentada pelos anexos 26 e 28

Auditoria nº 593



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



dos Pareceres da Comissão de Avaliação de Metas e Indicadores do Contrato Nº114/2017 com as proporções de gestantes com acompanhante de livre escolha com as metas acima do estabelecido no contrato que está em 80%: primeiro quadrimestre 91,30% e terceiro quadrimestre 89,90 %. Portanto a equipe acata a justificativa, pois foi sanada a inconformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 589806

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Contrato

Constatação: Descumprimento do Contrato de Gestão 114/2017 estabelecido entre a SMS de Ibirité e o Instituto Social MAIS

SAÚDE quanto ao indicador referente a atuação do Comitê Hospitalar de prevenção de óbito fetal, infantil e materno.

Evidência: A equipe de auditoria solicitou cópias das Atas de atuação do Comitê Hospitalar de Prevenção de Óbito Fetal, Infantil e Materno observando critérios para cumprimento da meta estipulada no Contrato 114/2017 entre a SMS de Ibirité e a O.S Mais Saúde, de 10 reuniões/ano. No entanto foram apresentadas as cópias de 04 Atas da Atuação do Comitê que compreendiam as datas 28/11/2018, 01/07/2019, 05/08/2019 e 02/09/2019. Tal fato está em desacordo com - Contrato de Gestão Nº 114/2017 datado de 13/09/2017, Anexo II, a Portaria de Consolidação MS/GM 01/2017, Capítulo VI-DO

SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE MORTALIDADE (SIM), seção I- Da Vigilância do Óbito Infantil e Fetal, Artigo 396 e a Lei Municipal 2134 de 02/09/2014 capítulo II - Da Qualificação, Art.6º, Incisos VI e VII.

Fonte da Evidência: - Cópias digitalizadas das Atas das reuniões do Comitê Municipal/ Comitê Hospitalar de Prevenção de Mortalidade Materna, Infantil e Fetal de Ibirité datadas de 28/11/2018, 01/07/2019, 05/08/2019 e 02/09/2019.

- Cópia digital do Contrato de Gestão 114/2017 de 13/09/2017 e Primeiro Termo Aditivo datado de 01/08/2018.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome

próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antônio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a essa constatação, manifestou-se da seguinte forma:

"Foram avaliadas as cópias dos documentos relativos à Atuação do Comitê Hospitalar de prevenção de óbito fetal, infantil e materno (Anexo 26) no HMRI no ano de 2018, e foram incluídas as seguintes reuniões, além da que ocorreu no dia 28/11/2018:

- 01/07/2018 - Reunião com conclusão da investigação de óbito de mulher em idade fértil e preenchimento da Ficha de investigação (Anexo 26-A);

- 12/07/2018 - Reunião para nomeação dos membros do Comitê Hospitalar de prevenção de óbito fetal, infantil e materno (Anexo 26-B);

- 23/07/2018 Lista de presença da investigação de reunião do Comitê Hospitalar de Prevenção e revisão de Óbito fetal, infantil e materno (Anexo 26-C).

- 23/08/2018 - Ata de reunião Comitê Hospitalar de, prevenção de óbito fetal, infantil e materno com descrição da investigação de óbito de mulher em idade fértil (Anexo 26-D).

Em 13 de janeiro/2020 ocorreu o início das atividades do Comitê Hospitalar de prevenção e revisão de óbito fetal, infantil e materno, conforme ata de nomeação (Anexo 26-E) dos membros deste Comitê. Entretanto, com o advento da pandemia as reuniões foram suspensas e retornaram somente no mês de setembro/2020."

Acompanharam essa defesa os Anexos 4,5,6 e 7. Não foram encontrados os anexos 26 A,B,C,D e E.

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 338/2020, datado de 12/08/2020, a Sra. Carla Soares Alves (representante legal do Instituto Social Mais Saúde) foi notificada e não se manifestou acerca das não conformidades.

Auditoria nº 593



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



3. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 341/2020, datado de 12/08/2020, a Sra Edi Neide Cerri Genovese (pessoa física) foi notificada e não se manifestou acerca das não conformidades.

Análise da Justificativa: Justificativa 1 - A manifestação apresentada pelo auditado consta de documentação relativa ao ano de 2018 (Anexos 5, 6,7) sendo que não foi cumprida a meta estabelecida pelo Contrato de Gestão nº 114/2017, de 10 reuniões/ano do Comitê de Investigação do óbito fetal, infantil e materno. A Abrangência da auditoria compreendeu o período de junho de 2017 a dezembro de 2019. Não foram apresentadas outras Atas de reuniões do Comitê no ano de 2019, além das avaliadas in loco com as datas de: 01/07/2019; 05/08/2019 e 02/09/2019. Apenas uma Ata de 13/01/2020 (Anexo 4). Portanto a justificativa não foi acatada pela equipe permanecendo a não conformidade. Diante do exposto, à autoridade competente, conforme Resolução SES nº 2.906/2011, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita com subsequente comunicação do fato constatado ao TCE (Lei Complementar Estadual Nº102/2008, art.3º, incisos XIII e XVI e art. 62).

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Cumprir a meta estabelecida para o indicador de 10 reuniões anuais do Comitê de Óbito fetal, materno e infantil, conforme o Contrato de Gestão Nº 114/2017 datado de 13/09/2017, Anexo II , a Portaria de Consolidação MS/GM 01/2017, Capítulo VI-DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE MORTALIDADE (SIM), seção I- Da Vigilância do Óbito Infantil e Fetal, Artigo 396 e a Lei Municipal 2134 de 02/09/2014 capítulo II - Da Qualificação, Art.6º, Incisos VI e VII.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE - FMS IBIRITE	02.914.038/0001-03
INSTITUTO SOCIAL MAIS SAUDE	18.963.002/0001-41

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 589789

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Contrato

Constatação: Descumprimento do Contrato de Gestão 114/2017 estabelecido entre a SMS de Ibirité e o Instituto Social MAIS SAÚDE quanto ao indicador de tempo de entrega de resultados de exames eletivos;

Evidência: Verificou-se por meio de entrevistas, de Notificação e advertência que o lapso temporal entre as coletas e as entregas de exames laboratoriais estavam com o tempo acima do estipulado em metas do Contrato Nº114/2017 e Primeiro Termo Aditivo. A meta de setembro de 2017 a julho de 2018 do referido contrato estabelecia 6 dias para entrega de resultados e posteriormente com advento do Primeiro Termo Aditivo foi estabelecido o prazo de 8 dias corridos. A SMS de Ibirité apresentou a equipe de auditoria uma Notificação feita a O. S Mais Saúde datada de 15/01/2018 notificando-a para que cumpra o prazo de entrega de 06 dias corridos dos resultados dos exames laboratoriais eletivos e houve também a aplicação de uma Advertência Nº 001/2018 para adequado adimplemento do contrato em relação ao prazo de entrega dos exames laboratoriais. Foram realizadas 15 entrevistas a usuários de Sete Unidade Básicas de Saúde e 6 usuários responderam que os resultados de exames demoram em torno de 20 dias ou mais para serem entregues. Tal fato está em desacordo com o Portaria de Consolidação MS/GM Nº01/2017, Título I, Artigo 4º, Parágrafo Único. Alínea d e Contrato 114/2017 entre a SMS de Saúde de Ibirité e o Instituto Social MAIS SAÚDE, Anexo II e a Lei Municipal 2134 de 02/09/2014 capítulo II Da Qualificação, Art.6º, Incisos VI e VII.

Auditoria nº 593



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado

**Fonte da Evidência:**

- Cópias digitalizadas de comprovantes de entrega de resultados de exames com a datas das coletas obtida dia 09/10/2019 e 10/10/2019.
- Cópias digitalizadas de entrevistas com 15 usuários das Unidades de Atenção Primária a Saúde nos dias 09/10 e 10/10/2019.
- Cópia digital do Contrato 114/2017 datado de 13/09/2017 e o Primeiro Termo Aditivo datado de 01/08/2018.
- Cópia digitalizada da Notificação da SMS de Ibirité a Organização O.S Mais Saúde datada de 15/01/2018 e Advertência Nº 001/2018 data de 22/02/2018.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antônio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a essa constatação, manifestou-se da seguinte forma:

"A Secretaria Municipal de Saúde, através do 6º Termo aditivo, suprimiu os serviços de exames laboratoriais do HMRI para o atendimento à rede municipal, permanecendo no contrato apenas os serviços de laboratório para realizar o atendimento à demanda hospitalar e exames complexos, possibilitando uma melhor oferta do serviço aos usuários nos Centros de Saúde, reduzindo assim o tempo de espera para realização dos mesmos."

Acompanha essa defesa o Anexo 40.

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 338/2020, datado de 12/08/2020, a Sra Carla Soares Alves (representante legal do Instituto Social Mais Saúde) foi notificada e não se manifestou acerca das não conformidades.

3. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 341/2020, datado de 12/08/2020, a Sra Edi Neide Cerri Genovese (pessoa física) foi notificada e não se manifestou acerca das não conformidades.

Análise da Justificativa:

Justificativa 1- A manifestação apresentada aponta para a realidade da falta de controle da SMS de Ibirité em relação a produção de exames laboratoriais tanto dentro do HMRI como em toda a rede de atenção básica e média complexidade que demandam esses exames. Embora tenha sido determinado novo fluxo para os exames laboratoriais no 6º Termo Aditivo ao Contrato Nº 114/2017 (Anexo 40), não foram apresentados os novos contratos e não foram enviadas as comprovações que demonstrem que o tempo de entrega de resultados está de acordo com as metas e indicadores.

Diante do exposto, à autoridade competente, conforme Resolução SES nº 2.906/2011, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita com comunicação do fato ao Ministério Público e ao TCE/MG em razão da Lei nº 141/2012, art. 27

Acatamento da Justificativa: Não**Recomendação:**

Atender ao disposto no indicador de prazo de entrega de resultados dos exames SADT previstos conforme instrumentos legais: Contrato 114/2017 entre a SMS de Saúde de Ibirité e o Instituto Social MAIS SAÚDE, Anexo II e a Lei Municipal 2134 de 02/09/2014 capítulo II Da Qualificação, Art.6º, Incisos VI e VII e a Portaria de Consolidação MS/GM Nº 01/2017, Título I, Artigo 4º, Parágrafo Único. Alínea d.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE - FMS IBIRITE	02.914.038/0001-03
INSTITUTO SOCIAL MAIS SAUDE	18.963.002/0001-41



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 589814

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Normas/Rotinas/Protocolos/Comissões Internas

Constatação: Inexistência de Alvará e certificação de Responsabilidade Técnica no Laboratório Municipal de Ibirité e no HMRI.

Evidência: Em análise documental, verificou-se a não existência de Alvará Sanitário de 2019 e os Certificados de Responsabilidade Técnica do profissional responsável pelo laboratório e diretor técnico do HMRI vigentes. Em Declaração sobre a falta do Alvará a coordenadora da Vigilância Sanitária a Sra. S.C.V informa que foram tomadas providências para obtenção do Alvará Sanitário sendo detectado que a Instituição que atua mediante contrato no HMRI e Laboratório tem CNPJ em São Paulo foi orientada a necessidade de criação de um CNPJ no município de Ibirité. Tal fato está em desacordo com RDC/ANVISA nº 63/11, art. 10 e a Lei Estadual de MG nº 13.317/1999, Código de Saúde de Minas Gerais, art 85.

Fonte da Evidência:

- Cópia digitalizada da Declaração da Coordenadora da Vigilância Sanitária Sra. S.C.V datada de 03/10/2019.
- Cópia digitalizada do Relatório de Inspeção da VISA do Município de Ibirité datado de 19/09/2018.
- Cópia digitalizada do Ofício de Comunicação de Auditoria SES/AUDSUS nº. 653/2019 de 17/09/2019.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antônio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a essa constatação, manifestou-se da seguinte forma: "Atualmente já estão designados responsáveis técnicos no HMRI (Diretor Técnico) e do Laboratório (responsável Técnico). O serviço é vistoriado com frequência pela Vigilância Sanitária Municipal, mas ainda não emitiu o alvará devido aos óbices administrativos já relatados."

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 338/2020, datado de 12/08/2020, a Sra Carla Soares Alves (representante legal do Instituto Social Mais Saúde) foi notificada e não se manifestou acerca das não conformidades.

3. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 341/2020, datado de 12/08/2020, a Sra Edi Neide Cerri Genovese (pessoa física) foi notificada e não se manifestou acerca das não conformidades.

Análise da Justificativa: Justificativa 1 - A manifestação encaminhada pelo auditado não apresenta documentos comprobatórios de Certificados de Responsabilidade Técnica do Diretor Técnico do HMRI e do farmacêutico do Laboratório do HMRI. O Alvará sanitário também não foi apresentado deste a data da auditoria in loco que ocorreu em outubro e dezembro de 2019. Diante do exposto, à autoridade competente, conforme Resolução SES nº 2.906/2011, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Cumprir com o estabelecido nas legislações quanto aos documentos de Alvará Sanitário e os Certificados de Responsabilidade Técnica dos profissionais do Laboratório e do HMRI conforme a RDC/ANVISA Nº 63/11, Artº. 10 e a Lei Estadual de MG Nº 13.317/1999, Código de Saúde de Minas Gerais, Artº 85.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE - FMS IBIRITE	02.914.038/0001-03
INSTITUTO SOCIAL MAIS SAUDE	18.963.002/0001-41

Auditoria nº 593



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 589816

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Contrato

Constatação: Descumprimento do Contrato de Gestão 114/2017 estabelecido entre a SMS de Ibirité e o Instituto Social MAIS SAÚDE quanto ao indicador referente a taxa de mortalidade institucional.

Evidência: verificou-se por meio do Relatório de Monitoramento da Comissão de Avaliação de Cumprimento de Metas e Indicadores que este indicador esteve acima da meta estabelecida de 2,5% de mortalidade institucional, parâmetro instituído no período de setembro de 2017 a julho de 2018. Houve ainda uma modificação dessa taxa no Primeiro Termo Aditivo que aumentou esse parâmetro de 2,5% para 3,5% a partir de agosto de 2018, o que deveria ser diminuído, pois trata-se de taxa de Mortalidade Institucional.

As porcentagens alcançadas para dessas metas por quadrimestres foram:

2017: 5,94% no período de 01/09/2017 a 31/12/2017;

2018: 3,74%, no período de 01/01/2018 a 30/04/2018; 4,03 no período de 01/05/2018 a 30/08/2018 e 5,94 no período de 01/09/2018 a 31/12/2018.

2019: 4,25% no período de 01/01/2019 a 30/04/2019.

Tal fato está em desacordo com Contrato 114/2017 entre a Secretaria Municipal de Saúde de Ibirité e o Instituto Social MAIS SAÚDE, Anexo II e a Lei Municipal 2134 de 02/09/2014 capítulo II Da Qualificação, Art.6º, Incisos VI e VII.

Fonte da Evidência: - Cópias digitalizadas dos Pareceres Finais da Comissão de Avaliação de Cumprimento de Metas e Indicadores do Contrato 114/2017 dos períodos avaliados: setembro a dezembro de 2017, janeiro a abril de 2018, maio a agosto de 2018 e setembro a dezembro de 2018 e janeiro a abril de 2019.

- Cópia digital do Contrato de Gestão 114/2017 de 13/09/2017 e Primeiro Termo Aditivo datado de 01/08/2018.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antônio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a essa constatação, manifestou-se da seguinte forma:

"Este indicador esteve acima da meta estabelecida de 2,5% de mortalidade institucional, parâmetro instituído no período de setembro de 2017 a julho de 2018. Houve ainda uma modificação dessa taxa no Primeiro Termo Aditivo que aumentou esse parâmetro de 2,5% para 3,5% a partir de agosto de 2018, o que deveria ser diminuído, pois trata-se de taxa de Mortalidade Institucional.

2017: 5,94% no período de 01/09/2017 a 31/12/2017;

2018: 3,74%, no período de 01/01/2018 a 30/04/2018; 4,03% no período de 01/05/2018 a 30/08/2018 e 5,94% no período de 01/09/2018 a 31/12/2018,

2019: 4,25% no período de 01/01/2019 a 30/04/2019.

Realmente os resultados obtidos mensalmente, mesmo com a alteração do parâmetro são preocupantes, sendo necessário maior aproximação do problema para entender as suas causas para enfrentamento, e devem ser analisados à luz da complexidade dos casos atendidos na estrutura hospitalar, a única referência para a população usuária do SUS no município, que possui na sua maioria, uma população com alto risco de adoecimento e morte devido às suas precárias condições sócio-econômicas e sanitárias."

Acompanharam a defesa os Anexos 25, 26, 27 e 28.

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 338/2020, datado de 12/08/2020, a Sra. Carla Soares Alves (representante legal do Instituto Social Mais Saúde) foi notificada e não se manifestou acerca das não conformidades.

Auditoria nº 593



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



3. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 341/2020, datado de 12/08/2020, a Sra. Edi Neide Cerri Genovese (pessoa física) foi notificada e não se manifestou acerca das não conformidades.

Análise da Justificativa: Justificativa 1- A manifestação encaminhada pelo auditado está reafirmando a constatação da equipe de auditoria de descumprimento da meta de taxa de mortalidade institucional que foi repactuada de 2,5 para 3,5 % e se manteve acima do estabelecido no Contrato Nº 114/2017 (Anexos 26 e 28). Por fim, as justificativas apresentadas confirmam a não conformidade dessa constatação. Diante do exposto, à autoridade competente, conforme Resolução SES nº 2.906/2011, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita com subsequente comunicação do fato constatado ao TCE (Lei Complementar Estadual Nº102/2008, art.3º, incisos XIII e XVI e art. 62).

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Cumprir a meta estabelecida para o indicador de taxa de mortalidade institucional de acordo com o Contrato 114/2017 entre a Secretaria Municipal de Saúde de Ibirité e o Instituto Social MAIS SAÚDE, Anexo II e a Lei Municipal 2134 de 02/09/2014 capítulo II Da Qualificação, Art.6º, Incisos VI e VII. Destinatários da

Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE - FMS IBIRITE	02.914.038/0001-03
INSTITUTO SOCIAL MAIS SAUDE	18.963.002/0001-41

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade **Constatação Nº:** 589788

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Faturamento/Produção/Cobranças SUS

Constatação: Descumprimento do Contrato de Gestão 114/2017 estabelecido entre a SMS de Ibirité e o Instituto Social MAIS SAÚDE quanto ao indicador: Número total de exames SADT laboratório/mês.

Evidência: A equipe de auditoria verificou que a quantidade/meta de prestação de serviços referente ao Contrato de Gestão 114/2017 para exames de SADT/ laboratoriais no período de setembro de 2017 a julho de 2018 estava quantificada em 50.000 exames/mês e que a partir de 01 de agosto de 2018 houve o Primeiro Termo aditivo ao Contrato de Gestão com a mudança do parâmetro de meta quantitativa para 41.000 mensais.

Observa-se uma produção aquém do quantitativo estabelecido nas metas nos meses detalhados:

- 2018 com meta de 50.000 foram alcançados em: abril - 47.523; maio 28.923; junho 44.108;
- A partir de Agosto de 2018 com meta de 41.000 exames/mês foram alcançados em: setembro - 33.436; outubro - 33.010, novembro - 28969, dezembro - 29362.
- Em 2019 mantendo o quantitativo de 41.000 foram alcançados em: janeiro 32.991, fevereiro 31.021, março - 29.503, abril 38.498. Tal fato está em desacordo com o Contrato 114/2017 entre a Secretaria Municipal de Saúde de Ibirité e o Instituto Social MAIS SAÚDE, Anexo I Identificação do Complexo Hospitalar, Item 3 Laboratório Municipal e item 4 Unidade de Imagem e Traçados Gráficos e Anexo II indicadores de qualidade, produção e desempenho e o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão Anexo Único de 01/08/2018 e a Lei Municipal 2134 de 02/09/2014 capítulo II Da Qualificação, Art.6º, Incisos VI e VII.

Auditoria nº 593



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Fonte da Evidência: - Verificação in loco no HMRI, datada de 30/09/2019.

- Cópia digital do Contrato 114/2017 datado de 13/09/2017 e do Primeiro Termo Aditivo datado de 01/08/2018. - Cópia digital apresentada pela SMS referente a produção de exames laboratoriais quando solicitado o período de setembro de 2017 a agosto de 2019.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antônio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a essa constatação, manifestou-se da seguinte forma:

" A equipe de auditoria verificou que a quantidade/meta de prestação de serviços referente ao Contrato de Gestão 114/2017 para exames de SADT/ laboratoriais no período de setembro de 2017 a julho de 2018 estava quantificada em 50.000 exames/mês e que a partir de 01 de agosto de 2018 houve o Primeiro Termo aditivo ao Contrato de Gestão com a mudança do parâmetro de meta quantitativa para 41.000 mensais. Observa-se uma produção aquém do quantitativo estabelecido nas metas nos meses detalhados: - 2018 com meta de 50.000 foram alcançados em: abril - 47.523; maio

28.923; junho 44.108; A partir de Agosto de 2018 com meta de 41.000 exames/mês foram alcançados em: setembro 33.436; outubro - 33.010, novembro - 28.969, dezembro - 29.362. Em 2019 mantendo o quantitativo de 41.000 foram alcançados em: janeiro 32.991, fevereiro 31.021, março - 29.503, abril 38.498. Este laboratório atendia, no período analisado, toda a demanda de exames laboratoriais do município, gerados em toda a rede ambulatorial e a partir dos atendimentos internos, em caráter eletivo e de urgência.

O não atingimento da meta estabelecida pode ter se dado pelo superdimensionamento da demanda ou devido à dificuldade de estimar o número de exames gerados a partir dos atendimentos de urgência e gerados nas internações, que são variáveis de acordo com o diagnóstico do usuário e com o caráter da solicitação (urgência ou eletiva). De toda a forma, desde o segundo quadrimestre de 2020 foi implantado no município outro fluxo para o atendimento aos exames gerados na rede ambulatorial própria, primária e secundária, conforme registro anterior."

Acompanharam essa defesa os anexos 32, 33,34,35,36,37,38 e 40.

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 338/2020, datado de 12/08/2020, a Sra. Carla Soares Alves (representante legal do Instituto Social Mais Saúde) foi notificada e não se manifestou acerca das não conformidades.

3. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 341/2020, datado de 12/08/2020, a Sra. Edi Neide Cerri Genovese (pessoa física) foi notificada e não se manifestou acerca das não conformidades.

Análise da Justificativa: Justificativa 1- A manifestação apresentada aponta para a realidade da falta de gestão da SMS de Ibirité em relação a produção de exames laboratoriais tanto dentro do HMRI como em toda a rede de atenção básica e média complexidade que demandam esses exames. Embora tenha sido determinado novo fluxo para os exames laboratoriais, no 6º Termo Aditivo ao Contrato Nº 114/2017, datado de 20/07/2020 (data que foi corrigida a mão pela própria defesa no cabeçalho do Aditivo), não foram apresentados os novos contratos das empresas que estão realizando os exames e o demonstrativo de quantitativos de exames realizados por esses novos contratos também não consta nos anexos, apenas o quantitativo de exames de datas anteriores ao 6º Termo Aditivo (Anexo 6). Foram apresentados os quantitativos de exames do laboratório anterior que não cumpriam a meta estabelecida de quantitativos de exames SADT.

Diante do exposto, à autoridade competente, conforme Resolução SES nº 2.906/2011, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita com comunicação do fato ao TCE/MG em razão da Lei Complementar Estadual nº 102/2008, art. 3º, incisos XIII e XVI e art. 62.

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Atender ao disposto em relação aos quantitativos de exames contratados de acordo com a necessidade dos usuários do SUS em cumprimento ao Contrato 114/2017 entre a Secretaria Municipal de Saúde de Ibirité e o Instituto Social MAIS SAÚDE, Anexo I Identificação do Complexo Hospitalar, Item 3 Laboratório Municipal e item 4 Unidade de Imagem e Traçados Gráficos e

Auditoria nº 593



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Anexo II indicadores de qualidade, produção e desempenho e o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão Anexo Único de 01/08/2018 e a Lei Municipal 2134 de 02/09/2014 capítulo II Da Qualificação, Art.6º, Incisos VI e VII.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE - FMS IBIRITE	02.914.038/0001-03
INSTITUTO SOCIAL MAIS SAUDE	18.963.002/0001-41

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 589786

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Acesso/Atendimento à Demanda

Constatação: O acesso e a prestação de serviços do SADT aos usuários do SUS não estão ocorrendo conforme preconizado.

Evidência: A equipe de auditoria verificou durante visita a sete unidades de Atenção Primária a Saúde que existe uma rotina de pacientes/dia para a realização de coleta exames laboratoriais por unidade e que não há um remanejamento desses pacientes caso ocorra maior necessidade em uma unidade que em outra. Além disso não há uma padronização de rotina de marcação de exame. Observou-se que a unidade que marca o exame e já entrega o pedido ao usuário ocorre menor absenteísmo, a medida que quando os exames são marcados e informadas as datas para realização a posteriore, pelos agentes comunitários de saúde, ocorre um número maior de faltosos. Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação MS/GM Nº01/2017, Título I, Artigo 4º e Resolução da Diretoria Colegiada RDC Nº63 de 2011, Capítulo II das



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Boas Práticas de Funcionamento, Seção III Das Condições Organizacionais, Art. 19.

- Fonte da Evidência:**
- Verificação in loco datadas de 09 e 10/10/2019.
 - Cópia digitalizada de 15 entrevistas com usuários das Unidades de Atenção Primária a Saúde nos dias 09/10 e 10/10/2019.
 - Cópia digitalizada da planilha de coleta utilizada pelo Laboratório Municipal HMRI entregue a equipe dia 30/09/2019.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antônio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a essa constatação, manifestou-se da seguinte forma:

"Nas unidades de atenção básica de Ibirité houve a necessidade de buscar e implementar um outro fluxo com o intuito de diminuir a espera para realizar a coleta de exames laboratoriais e organizar a demanda. Medidas para garantir a organização do agendamento da coleta das amostras para os exames laboratoriais já foram iniciadas de modo a promover e facilitar o diagnóstico precoce de possíveis doenças, agilizando assim o tratamento da mesma. As melhorias dos processos de trabalho internos da UBS estão sendo realizados sem depender de ampliação de custos, tornando assim o sistema mais eficiente e qualificado no atendimento aos usuários do SUS. Salienta-se que o acesso e a prestação de serviços do SADT aos usuários do SUS de Ibirité estão remodelados para execução conforme preconiza as boas práticas. Os serviços de exames laboratoriais não estão mais compreendidos no contrato auditado, os mesmos foram suprimidos a partir da assinatura do 6º Termo Aditivo, o que possibilitou maior oferta do serviço aos usuários na rede, reduzindo assim o tempo de espera para a sua realização." Acompanha a defesa a Anexo 40.

Análise da Justificativa: justificativa 1- A manifestação apresentada alega que no 6º Termo Aditivo ao Contrato Nº 114/2017 (Anexo 40) foram contratados Laboratórios Privados para a prestação de serviços complementares ao SUS/Ibirité para atender a Atenção Básica e Atenção Secundária e que o Laboratório de Análises Clínicas do HRMI atenderá as demandas internas do Complexo Hospitalar com as coletas especiais do serviço de Aconselhamento em Testagem de Ibirité - SATI/SAE e não mais atenderá as demandas da rede de saúde de Ibirité. As cláusulas 2.7 a 2.11 do referido Termo Aditivo tratam dos novos fluxos dos exames laboratoriais, no entanto não há contratos anexados a essa manifestação dos novos laboratórios e não foi apresentada produção de exames laboratoriais para que possamos avaliar se estão atendendo a população do SUS. Inclusive foi detectado uma inconsistência em relação a data de assinatura do Termo Aditivo 20/07/2019. Por fim, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Diante do exposto, à autoridade competente, conforme Resolução SES nº 2.906/2011, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita. **Acatamento da Justificativa:** Não

Recomendação: Adequar o fluxo para a prestação de serviços SADT para as Unidades de Atenção Primária para atender as demandas dos usuários do SUS de acordo com a Portaria de Consolidação MS/GM Nº 01/2017, Título I, Artigo 4º e Resolução da Diretoria Colegiada RDC Nº 63 de 2011, Capítulo II das Boas Práticas de Funcionamento, Seção III Das Condições Organizacionais, Art. 19.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE - FMS IBIRITE	02.914.038/0001-03

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 589791

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Contrato

Constatação: Ocorrência de falta de insumos e medicamentos nas Unidades Básicas de Saúde, no Hospital e Maternidade Regional de Ibirité e na UPA.

Evidência: Em entrevista com 15 usuários das Unidades Básicas de Saúde: Marilândia, Canal A e C, Parque Elizabeth, Washington Pires, Durval de Barros, Recanto da Lagoa, Novo Horizonte; verificou-se a queixa de falta de medicamentos básicos relatada por 14 usuários.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Os medicamentos em falta eram: antibióticos, anticoncepcionais, antidepressivos, anti hipertensivos, medicamento para tratamento relativo a tireóide e falta de materiais para exames preventivos.

Há relato em uma entrevista com profissional da Atenção Básica da falta dos seguintes medicamentos básicos: metildopa, macrodantina, alopurinol, buscopan, plasil, atensil, digoxina, sulfato ferroso, ranitidina, omeprazol, alendazol suspensão e pomada de neomicina.

Foram realizadas 09 entrevistas com gestantes e parturientes na recepção do HMRI e dentre essas 05 usuárias tiveram que comprar medicamentos: polivitamínico, sulfato ferroso, ácido fólico, antibiótico e Noripurum.

Foram realizadas 03 entrevistas com usuários internados no HMRI e houve um relato de compra do medicamento enalapril.

Foram realizadas 12 entrevistas com usuários da UPA dentre eles 07 pessoas tiveram que comprar medicamentos: antibiótico, anti-inflamatório, prednisona, risperidona, dipirona, furosemida, sinvastatina, atenolol, captopril e losartana. Tais fatos estão em desacordo com o Contrato 114/2017, Cláusula Segunda, Item III, Subitem 6, da SMS de Ibirité e o Instituto Social MAIS SAÚDE e Lei Federal nº 8080/1990, Artigo 43.

- Fonte da Evidência:**
- Visitas in loco nas Unidades Básicas de Saúde, no HMRI e na UPA no período de 07 a 11/10/2019.
 - Entrevistas com usuários das Unidades Básicas de Saúde nos dias 09 e 10/10/2019.
 - Cópias digitalizadas de Entrevistas com gestantes e parturientes no HMRI datada de 07 e 11/10/2019.
 - Cópias digitalizadas de Entrevistas com profissionais no HMRI 07 e 10/10/2019.
 - Cópias digitalizadas de Entrevistas com usuários da UPA datada de 09/10/2019.
 - Cópias digitalizadas de Entrevistas com pacientes internados no HMRI datada de 11/10/2019.
 - Cópia digital do Contrato 114/2017 datado de 13/09/2017 e o Primeiro Termo Aditivo datado de 01/08/2018. - Cópia digital do Relatório Final sobre o Contrato de Gestão 114/2017 a pedido da Comissão Parlamentar de Inquérito datada de 02/05/2019.

Conformidade: Não Conforme

- Justificativa:**
1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antônio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a essa constatação, manifestou-se da seguinte forma:
"O controle de estoques do Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, Hospital e Maternidade Regional de Ibirité e da Unidade Municipal de Pronto Atendimento de Ibirité, passaram por processos de reestruturação, no sentido de torná-los mais eficientes para se planejar corretamente as necessidades de aquisição, garantir abastecimento regular e eliminar perdas. Não há atualmente na rede própria ou no HMRI desabastecimento de insumos e medicamentos para realização ao atendimento aos usuários do SUS-Ibirité."
 2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 338/2020, datado de 12/08/2020, a Sra. Carla Soares Alves (representante legal do Instituto Social Mais Saúde) foi notificada e não se manifestou acerca das não conformidades.
 3. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 341/2020, datado de 12/08/2020, a Sra. Edi Neide Cerri Genovese (pessoa física) foi notificada e não se manifestou acerca das não conformidades.

Análise da Justificativa: Justificativa 1 - A manifestação apresentada informa que houve processo de reestruturação do setor para garantir o abastecimento regular dos insumos e medicamentos de toda a rede de assistência. No entanto não foram apresentados documentos que comprovem essa reestruturação bem como: capacitação de profissionais/controlar de entrada e saída de medicamentos e insumos, inventários e/ou solicitações de compras de abastecimento para o setor. Por fim, considera-se que não foram apresentadas justificativas no sentido de afastar a não conformidade. Diante do exposto, à autoridade competente, conforme Resolução SES nº 2.906/2011, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita subsequente comunicação do fato constatado ao TCE (Lei Complementar Estadual Nº102/2008, art.3º, incisos XIII e XVI e art. 62).

Acatamento da Justificativa: Não



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Recomendação: Manter os insumos e medicamentos para atender de forma efetiva e contínua os usuários do SUS em cumprimento ao disposto no Contrato 114/2017, Cláusula Segunda, Item III, Subitem 6, da SMS de Ibirité e o Instituto Social MAIS SAÚDE e Lei Federal nº 8080/1990, Artigo 43

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE - FMS IBIRITE	02.914.038/0001-03
INSTITUTO SOCIAL MAIS SAUDE	18.963.002/0001-41

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 589792

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Estrutura Física Instalações/Conservação

Constatação: Existência de problemas estruturais no HMRI de higiene deficiente, falta de mobiliários e acomodações precárias de pacientes.

Evidência: A equipe verificou em visita ao HMRI e por meio de entrevistas que as condições de higiene são precárias, falta acomodação para acompanhante nos leitos de clínica cirúrgica, falta papel toalha, lençol, travesseiro, necessita de manutenção de pintura da maior parte de sua estrutura (anexo 5), a sala de espera das parturientes é muito pequena tendo em vista a presença de acompanhantes sendo ainda a única via de acesso para entrada e saída tanto de roupas limpas quanto sujas e também circulação da alimentação. Não houve inspeção sanitária no estabelecimento no ano de 2019. Tal fato está em desacordo com Resolução da Diretoria Colegiada - RDC 63/2011, CAPÍTULO II - DAS BOAS PRÁTICAS DE FUNCIONAMENTO, Seção VI Da Gestão de Infraestrutura, Art. 36 e Contrato 114/2017 da SMS de Ibirité e o Instituto Social MAIS SAÚDE, Anexo IV Cláusula terceira, item 3.2, alínea b.

Fonte da Evidência: - Cópia digitalizada de entrevistas com parturientes, profissionais e usuários do HMRI nas datas de 07/10, 09/10, 10/10 e 11/10/2019
- Visita in loco no HMRI no dia 01/10 e 07/10/2019.
- Fotos digitais do HMRI datadas de 01/10/2019, anexo I.
- Cópia digital do Contrato 114/2017 datado de 13/09/2017 e o Primeiro Termo Aditivo datado de 01/08/2018. - Cópia digital do Relatório Final sobre o Contrato de Gestão 114/2017 a pedido da Comissão Parlamentar de Inquérito datada de 02/05/2019.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antônio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a essa constatação, manifestou-se da seguinte forma:
"Em 2020 houve incremento nas medidas de melhoria da ambiência e conforto para os usuários do HMRI - Hospital e Maternidade Regional de Ibirité e UPA. Cabe ressaltar que as obras necessárias à manutenção predial vem ocorrendo de forma contínua conforme descrito em demonstrativo de custos com reformas Anexo - 32 A. Também, pinturas foram iniciadas no segundo semestre de 2020 conforme demonstrado no Anexo - 32 A, cessão de cadeiras para acompanhantes pela prefeitura, renovação dos enxovais e uniformes privativos, que já estão sendo confeccionados conforme demonstrado em NF e fotos, Anexo 32 - B. Quanto aos procedimentos de higienização e limpeza, foram implantadas mudanças nos processos de trabalho e na coordenação da equipe: troca na Gerência Operacional e redefinição das escalas de trabalho. Também foi instituído o acompanhamento das rotinas estabelecidas e treinamento da equipe conforme descrito em Anexo - 32 C. Quanto à única via



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



de acesso para entrada e saída tanto de roupas limpas quanto sujas e também circulação da alimentação está indicada a correção definitiva através de uma obra estrutural. Até que essa demanda seja corrigida, foi estabelecido um fluxo de trânsito interno no HMRI com definição de horários para cada setor, evitando assim o cruzamento de roupas e materiais e sujos, com roupas e materiais limpos e alimentos conforme demonstrado em Anexo - 32 D. Foram implantados fluxos específicos, com descrição de horários, (Anexo 32 D) para: 32. D 1 Fluxo uso de elevadores HMRI;

32.D 2 Fluxo trânsito interno HMRI: Serviço de Nutrição e Dietética-SND;32.D 3 Fluxo trânsito interno HMRI: Higienização Central de Distribuição e Diluição de Produtos e Resíduos; 32.D 4 Fluxo trânsito interno HMRI: Lavanderia;

32.D 5 Fluxo trânsito interno HMRI: Central de Materiais e Esterilização - Maternidade; 32.D 6 Fluxo trânsito interno HMRI: Central de Materiais e Esterilização - Centro Cirúrgico e Bloco Obstétrico;

32.D 7 Fluxo trânsito interno HMRI: Central de Materiais e Esterilização - Unidade de Internação;

32.D 8 Fluxo trânsito interno HMRI: Central de Materiais e Esterilização - Centro de Tratamento Intensivo;

32.D 9 Fluxo trânsito interno HMRI: óbito.

Em 16/03/2020 houve inspeção sanitária no estabelecimento HMRI (Anexo - 32 E), em acordo com Legislação e, segundo o ISMS estão sendo providenciadas as recomendações emitidas em relatório de inspeção. Foi verificado in- loco que ocorrem manutenções frequentes nas instalações físicas do complexo hospitalar, nos ambientes externos e internos, promovendo boas condições de conservação, segurança, organização, conforto e limpeza para trabalhadores e usuários, de forma progressiva e contínua."

Acompanha essa defesa o anexo 50 que trata apenas do item 32D.

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 338/2020, datado de 12/08/2020, a Sra Carla Soares Alves (representante legal do Instituto Social Mais Saúde) foi notificada e não se manifestou acerca das não conformidades. 3. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 341/2020, datado de 12/08/2020, a Sra Edi Neide Cerri Genovese (pessoa física) foi notificada e não se manifestou acerca das não conformidades.

Análise da Justificativa:

Justificativa 1 - A manifestação apresentada descreve sobre fluxos internos no HMRI (Anexo 50) no qual fica estabelecido uso dos elevadores separando horários e serviços como o de nutrição e dietética, lavanderia, fluxo da central de material de esterelização, fluxo de centro cirúrgico e bloco obstétrico e fluxo de óbito. Em relação aos anexos 32 - A, 32 - B, 32 - C e 32 - E, os mesmos não foram encaminhados junto a defesa para análise da equipe de auditores.

Por fim, considera-se acatamento parcial devido a modificação dos fluxos descritos no anexo 32 D. Diante do exposto, à autoridade competente, conforme Resolução SES nº 2.906/2011, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

Recomendação:

Adequar as instalações físicas (acomodações, condições de higiene, insumos, enxovais) do HMRI de forma a atender aos usuários em cumprimento à Resolução da Diretoria Colegiada - RDC 63/2011, CAPÍTULO II - DAS BOAS PRÁTICAS DE FUNCIONAMENTO, Seção VI Da Gestão de Infraestrutura, Art. 36 e Contrato 114/2017 da SMS de Ibirité e o Instituto Social MAIS SAÚDE, Anexo IV Cláusula terceira, item 3.2, alínea b. **Destinatários da Recomendação**

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE - FMS IBIRITE	02.914.038/0001-03
INSTITUTO SOCIAL MAIS SAUDE	18.963.002/0001-41



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Assistência Médica e Alta Complexidade

Constatação Nº: 589796

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Faturamento/Produção/Cobranças SUS

Constatação: As fichas de atendimento/FAA no Pronto Atendimento da UPA de Ibirité não foram devidamente preenchidas.

Evidência: A equipe de auditoria selecionou uma amostra com as cópias de 60 Fichas de Atendimentos realizados na UPA de Ibirité avaliadas nos anos de 2017, 2018 e 2019, sendo 20 amostras selecionadas para cada ano.

As fichas de atendimento foram encontradas arquivadas no entanto, nessa amostra constatou-se que em 2017 não havia o preenchimento da hora da pré-consulta que seria a avaliação do acolhimento em 12 fichas e também não havia o horário do atendimento médico em 19 fichas, a partir de 2018 a ficha passou a ser gerada com o horário da classificação de risco pelo enfermeiro, no entanto tiveram 15 fichas sem horário de atendimento médico e 18 sem os horários de atendimentos médicos em 2019. Esse preenchimento incompleto das F.A dificulta a avaliação da qualidade dos serviços prestados.

Tal fato está em desacordo com a Lei 8159/8/1/1991, Art. 2º, Contrato 114/2017 entre a SMS de Ibirité e o Instituto Social MAIS SAÚDE, Cláusula Segunda, Item III, Subitem 12 e Manual do Sistema de Informações Ambulatoriais SIA, 2008, Capítulo III, Item 1.2, páginas 55 e 56.

Fonte da Evidência: - Visita in loco na UPA de Ibirité datada de 01/10/2019.

- Cópias digitalizadas de 60 Fichas de atendimentos/FAA obtidas na data de 02/12/2019.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antônio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a essa constatação, manifestou-se da seguinte forma:

"No terceiro quadrimestre de 2019 foi iniciada a implantação do prontuário eletrônico do paciente (PEP) na Unidade Municipal de Pronto Atendimento de Ibirité, garantindo, desta forma, a correta gestão e utilização dos dados das fichas de atendimento ambulatorial/FAA, a partir da reorganização do processo de trabalho na Unidade. O registro ocorre desde o momento que o paciente é acolhido na Unidade de Pronto Atendimento até que as suas informações assistenciais sejam processadas, conforme demonstrado no Anexo 33. A FAA adotada foi adequada às normas que favorecem a avaliação da qualidade dos serviços prestados na modalidade de urgência ambulatorial, com horários definidos em cada ponto de atenção da UPA. Estão disponíveis nas FAA's:

- Primeiro campo: dados de identificação do paciente e do médico com horário da confecção da ficha pela recepção;

- Segundo campo: registro da pré-consulta com o horário da "classificação de risco" realizada pelo enfermeiro;

- Terceiro campo: registro do atendimento médico e prescrição com horário do atendimento.

Desta maneira atualmente houve regularização processo de trabalho que garante a correta gestão e uso das fichas de atendimento ambulatorial/FAA."

Acompanha essa defesa o anexo 1.

Análise da Justificativa: Justificativa 1- A manifestação apresentada refere-se a implantação do prontuário eletrônico dos pacientes que foi devidamente comprovada com o envio do anexo 1 contendo amostra de 8 (oito) Fichas Atendimentos Ambulatoriais (FAA) realizados na data de 14/09/2020. Dessa forma a equipe acata a justificativa pois a inconformidade foi sanada.

Acatamento da Justificativa: Sim

Grupo: Assistência Médica e Alta Complexidade

Constatação Nº: 589818

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Item: Contrato

Constatação: Descumprimento do Contrato de Gestão 114/2017 estabelecido entre a SMS de Ibirité e o Instituto Social MAIS SAÚDE quanto ao indicador referente ao número de procedimentos cirúrgicos/mês.

Evidência: Verificou-se em visita ao HMRI e pelo cadastro no Sistema de Cadastros Nacional de Estabelecimentos que o HMRI tem 09 leitos cirúrgicos. De acordo com as metas estabelecidas pelo Contrato 114/2017 no período de setembro de 2017 a julho de 2018 seriam realizados o quantitativo de 100 cirurgias/mês e posteriormente a partir de agosto de 2018 houve um Termo Aditivo ao Contrato que aumentou esse quantitativo para 240 cirurgias/mês. Os relatórios dos monitoramentos realizados pela Comissão de Avaliação de Cumprimento de Metas e Indicadores do Contrato de Gestão demonstram por meio dos quantitativos de cirurgias que não foram alcançadas as metas em todos os monitoramentos realizados quadrimestralmente:

2017: 76 cirurgias/mês no período de 01/09/2017 a 31/12/2017.

2018: não houve acompanhamento desse indicador no relatório da Comissão no período de 01/01/2018 a 30/04/2018, 146 cirurgias/mês no período de 01/05/2018 a 30/08/2018 e 153 cirurgias/mês no período de 01/09/2018 a 31/12/2018.

2019: 195 cirurgias/mês no período de 01/01/2019 a 30/04/2019. Tal fato está em desacordo com o Contrato 114/2017 entre a Secretaria Municipal de Saúde de Ibirité e o Instituto Social MAIS SAÚDE, cláusula segunda, Item III, subitem 1. Anexo II e Termo Aditivo de 01/08/2018, Anexo único e a Lei Municipal 2134 de 02/09/2014 capítulo II Da Qualificação, Art.6º, Incisos VI e VII.

Fonte da Evidência:

- Visita in loco no HMRI datada de 01/10/2019.
- Cópia digital do Contrato de Gestão 114/2017 de 13/09/2017 e Primeiro Termo Aditivo, datado de 01/08/2018.
- Cópias digitalizadas dos Pareceres Finais da Comissão de Avaliação de Cumprimento de Metas e Indicadores do Contrato 114/2017 dos períodos avaliados: setembro a dezembro de 2017, janeiro a abril de 2018, maio a agosto de 2018 e setembro a dezembro de 2018 e janeiro a abril de 2019.
- Cópia digitalizada do CNES com última atualização em 07/11/2019.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antônio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a essa constatação, manifestou-se da seguinte forma:

"Não estava previsto no Contrato de Gestão a avaliação de metas e indicadores em 2017. No 1º quadrimestre de 2018, este e outros indicadores não foram avaliados pela Comissão de Avaliação de Cumprimento de Metas e Indicadores do Contrato de Gestão. Em quadrimestres nos quais a meta não foi alcançada procedeu-se o desconto monetário na parte variável do contrato, mesmo com a ampliação do rol de procedimentos cirúrgicos ofertados à população.

Em 2020, iniciou-se o planejamento para aumentar o número e a carteira de procedimentos cirúrgicos/mês no HMRI, no entanto, com a pandemia do novo coronavírus (Sars-CoV-2), a Secretaria Municipal de Saúde de Ibirité assim como todos gestores municipais se propuseram a cancelar as cirurgias eletivas, pois o momento pelo qual passa o Brasil e o mundo em excepcional e, portanto, medidas extraordinárias se fizeram necessárias.

Os procedimentos cirúrgicos de urgência e de alta prioridade seguiram conforme a necessidade e risco dos usuários e a redução ou a ampliação das cirurgias eletivas está sendo avaliada em coerência com o cenário epidemiológico."

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 338/2020, datado de 12/08/2020, a Sra Carla Soares Alves (representante legal do Instituto Social Mais Saúde) foi notificada e não se manifestou acerca das não conformidades.

3. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 341/2020, datado de 12/08/2020, a Sra Edi Neide Cerri Genovese (pessoa física) foi notificada e não se manifestou acerca das não conformidades.

Análise da Justificativa:

1. A manifestação apresentada pelo auditado confirma que não foi alcançada a meta do indicador de números de procedimentos cirúrgicos/mês como proposto no Contrato Nº114/2017 pelo HMRI. Há informação de que procederam o desconto monetário relativo a meta não alcançada. No entanto, não foi documentado e apresentado a equipe de auditoria o desconto na parte variável do contrato relativo ao não cumprimento de metas quantitativas



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



de procedimentos cirúrgicos, conforme demonstra a análise da constatação 586232. Não foi apresentado também o planejamento para aumentar o número e a carteira de procedimentos cirúrgico/mês como justifica a entidade.

Por fim, considera-se que não foram apresentadas justificativas no sentido de afastar a não conformidade. Diante do exposto, à autoridade competente, conforme Resolução SES nº 2.906/2011, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita com subsequente comunicação do fato constatado ao TCE (Lei Complementar Estadual Nº102/2008, art.3º, incisos XIII e XVI e art. 62).

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Cumprir com a meta estabelecida em relação ao indicador de números de cirurgias/mês conforme o Contrato 114/2017 entre a Secretaria Municipal de Saúde de Ibirité e o Instituto Social MAIS SAÚDE, cláusula segunda, Item III, subitem 1. Anexo II e Termo Aditivo de 01/08/2018, Anexo único e a Lei Municipal 2134 de 02/09/2014 capítulo II Da Qualificação, Art.6º, Incisos VI e VII

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE - FMS IBIRITE	02.914.038/0001-03
INSTITUTO SOCIAL MAIS SAUDE	18.963.002/0001-41

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 589820

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Contrato

Constatação: Descumprimento de cláusula contratual quanto ao acompanhamento da Comissão de Avaliação de Cumprimento de Metas e Indicadores do Contrato de Gestão Nº 114/2017.

Evidência: Verificou-se que a Comissão de Avaliação de Cumprimento de Metas e Indicadores do Contrato de Gestão, no primeiro quadrimestre de 2018 (período 01/01 a 30/04/2018), avaliou apenas 07 do total de 24 indicadores de qualidade, produção e desempenho previstos no Anexo II do Contrato de Gestão Nº 114/2017. Os indicadores que não foram avaliados são: Taxa de Ocupação dos leitos (incluindo UTI), Tempo médio de permanência dos leitos de clínica médica, Tempo médio de permanência dos leitos cirúrgicos, Tempo médio de permanência dos leitos obstétricos, Taxa de Ocupação dos leitos da UTI adulto, Taxa de Ocupação dos leitos UTI Neonatal, Taxa de referências, Percentual de recusas de internações solicitadas pela SUS Fácil, Proporção de gestantes com acompanhante de livre escolha, Atuação do Comitê Hospitalar de Prevenção de óbito fetal, infantil e materno, Acolhimento com classificação de risco, pesquisa de satisfação do usuário, Número de procedimentos cirúrgicos, Número total de exames de SADT-Anatomia Patológica/mês, Número total de exames de SADT com laudo de RX, Número total de exames de SADT com laudo de tomografia, Número total de exames de SADT com laudo de colonoscopia. Tal fato está em desacordo com o Contrato 114/2017 entre a SMS de Ibirité e o Instituto Social MAIS SAÚDE, cláusula terceira, Item 11, cláusula Décima Primeira e cláusula Décima Primeira parágrafo Quarto.

Fonte da Evidência: - Cópia digitalizada do Parecer Final da Comissão de Avaliação de Cumprimento de Metas e Indicadores do Contrato 114/2017 do período avaliado de: janeiro a abril de 2018.
- Cópia digital do Contrato de Gestão 114/2017 de 13/09/2017 e Primeiro Termo Aditivo datado de 01/08/2018. - Cópia digital do Relatório Final sobre o Contrato de Gestão 114/2017 a pedido da Comissão Parlamentar de Inquérito datada de 02/05/2019.

Conformidade: Não Conforme



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Justificativa: 1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antônio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a essa constatação, manifestou-se da seguinte forma:

"A Comissão de Avaliação de Cumprimento de Metas e Indicadores do Contrato de Gestão, no primeiro quadrimestre de 2018 (período 01/01 a 30/04/2018), avaliou apenas 07 do total de 24 indicadores de qualidade, produção e desempenho previstos no Anexo II do Contrato de Gestão No 114/2017. Os indicadores que não foram avaliados são: Taxa de Ocupação dos leitos (incluindo UTI), Tempo médio de permanência dos leitos de clínica médica, Tempo médio de permanência dos leitos cirúrgicos, Tempo médio de permanência dos leitos obstétricos, Taxa de Ocupação dos leitos da

UTI adulto, Taxa de Ocupação dos leitos UTI Neonatal, Taxa de referências, Percentual de recusas de internações

solicitadas pela SUS Fácil, Proporção de gestantes com acompanhante de livre escolha, Atuação do Comitê Hospitalar de Prevenção de óbito fetal, infantil e materno, Acolhimento com classificação de risco, pesquisa de satisfação do usuário, Número de procedimentos cirúrgicos, Número total de exames de SADT-Anatomia Patológica/mês, Número total de exames de SADT com laudo de RX, Número total de exames de SADT com laudo de tomografia, Número total de exames de SADT com laudo de colonoscopia.

Realmente este fato ocorreu e as justificativas para tal fato estão descritas nas respostas às constatações dos indicadores apresentadas individualmente."

Acompanharam essa defesa os anexos 25, 26 e 28.

Análise da Justificativa: Justificativa 1- A manifestação apresentada pelo auditado confirma que não foi realizado o monitoramento dos indicadores no ano de 2017, no qual foi firmado o contrato e também não foi realizado o monitoramento para todos os indicadores no primeiro quadrimestre de 2018, além de não contemplar todos os indicadores previstos no contrato (anexos 25, 26 e 28). Dessa forma a equipe de auditoria mantém a não conformidade dessa constatação. Diante do exposto, à autoridade competente, conforme Resolução SES nº 2.906/2011, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita subsequente comunicação do fato constatado ao TCE (Lei Complementar Estadual Nº102/2008, art.3º, incisos XIII e XVI e art. 62).

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Realizar o monitoramento dos indicadores pela Comissão de Avaliação de Metas e Indicadores, de acordo com a periodicidade dos três quadrimestres estabelecida no Contrato 114/2017 entre a SMS de Ibirité e o Instituto Social MAIS SAÚDE, cláusula terceira, Item 11, cláusula Décima Primeira e cláusula Décima Primeira parágrafo Quarto. **Destinatários da Recomendação**

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE - FMS IBIRITE	02.914.038/0001-03

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 589821

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Contrato

Constatação: O tempo de espera para a assistência de Urgência e Emergência na UPA de Ibirité está acima do preconizado no protocolo implantado.

Evidência: Para fins de classificação de risco dos pacientes, a UPA de Ibirité adota o Protocolo de Manchester que organiza o tempo para atendimento de urgência e emergência da seguinte forma:

Paciente classificados por risco e tempo de atendimento de acordo com as cores:



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



- Vermelha / emergência - 0 min (atendimento imediato);
- Laranja / muito urgente - 10 min;
- Amarelo/ urgente - 50 min;
- Verde/ pouco urgente - 120 min;- Azu/ não urgente - 240 min.

Em 13 entrevistas realizadas na UPA com pessoas que esperavam por atendimento verificou-se que: 03 pessoas aguardavam para fazer o acolhimento com a classificação de risco; 03 pessoas estavam com classificação de risco na cor verde aguardando atendimento por mais de 60 minutos e; outras 07 pessoas com classificação de risco também na cor verde estavam aguardando havia mais de duas horas para atendimento médico.

Tal fato está em desacordo com Resolução CFM 2077/2014 Anexo I, Item 2, Contrato 114/2017 entre a Secretaria Municipal de Saúde de Ibirité e o Instituto Social MAIS SAÚDE, Cláusula Segunda, item II, número 4 e Sistema Manchester de Classificação de Risco Classificação de Risco na Urgência e Emergência, 1ª Edição Brasileira/setembro de 2010 página 26.

Fonte da Evidência: - cópias digitalizadas das 13 entrevistas com os usuários do SUS datadas de 09/10/2019.
- Visita in loco no dia 09/10/2019.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antônio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a essa constatação, manifestou-se da seguinte forma:

"A Unidade Municipal de Pronto Atendimento de Ibirité, CNES 2115786, compõe a Rede de Urgência e Emergência (RUE) do município, sendo classificada como Unidade de Pronto Atendimento (UPA) nível 8. Tem prestado assistência resolutiva aos pacientes acometidos por quadros agudos ou crônicos, de natureza cirúrgica e de trauma, estabilizando e realizando investigação diagnóstica inicial.

A composição da equipe médica atualmente é superior ao previsto para UPA porte II, sendo 9 médicos (4 clínicos plantão e 1 clínico horizontal, 1 cirurgião, 1 ortopedista e 2 pediatras) e 1 cirurgião-dentista.

No entanto, houve a necessidade de reestruturar os processos de trabalho na clínica médica, para obter melhoria na dinâmica de atendimento com diminuição do tempo de espera para acesso ao atendimento.

Desta forma, observou-se que houve cumprimento do tempo-resposta ideal da classificação de risco até a primeira avaliação médica, de acordo com o estabelecido pelo protocolo de Manchester para os pacientes classificados por risco vermelho, laranja e amarelo. Desta forma, foram alcançados os seguintes resultados:

- Vermelho/emergência - 0 min. (atendimento imediato);
- Laranja/muito urgente - atendimentos em 10 minutos;
- Amarelo/urgente - atendimento em 50 minutos.

O processo de trabalho implantado favoreceu a identificação dos pacientes que necessitavam de tratamento imediato, de acordo com o potencial de risco, agravos à saúde ou grau de sofrimento.

Observou-se também que houve melhora na dinâmica de atendimento e diminuição do tempo para atendimento dos pacientes classificados por risco verde e azul:

- Verde/pouco urgente - atendimento em 120 minutos; - Azul/ não urgente - atendimento em 240 min.

Os plantões diurnos também contam com 1 médico horizontal, o que facilita e melhora a dinâmica para a concessão da alta aos pacientes em observação. A partir do terceiro quadrimestre de 2019 houve implantação do registro eletrônico do atendimento e pôde-se avaliar a melhora progressiva no cumprimento do tempo-resposta ideal da classificação de risco até a primeira avaliação pelo médico, de acordo com o estabelecido pelo protocolo de Manchester."

Acompanha a defesa o Anexo 1.

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 338/2020, datado de 12/08/2020, a Sra Carla Soares Alves (representante legal do Instituto Social Mais Saúde) foi notificada e não se manifestou acerca das não conformidades.

3. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 341/2020, datado de 12/08/2020, a Sra Edi Neide Cerri Genovese (pessoa física) foi notificada e não se manifestou acerca das não conformidades.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Análise da Justificativa: Justificativa 1- A manifestação encaminhada pelo auditado apresenta documentação anexo 1, contendo as Fichas de Atendimento Ambulatorial - FAA Eletrônicas implantadas na UPA de Ibirité. Foram encaminhadas cópias de 8 (oito) FAA que apresentam classificação verde e azul. A equipe acata parcialmente a constatação tendo em vista que não foi possível averiguar o tempo de atendimento para a classificação vermelha, laranja e amarela que são de maior urgência e devem ter atendimentos em menor tempo. Diante do exposto, à autoridade competente, conforme Resolução SES nº 2.906/2011, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

Recomendação: Apresentar o controle do tempo de classificação de risco com o atendimento conforme o Protocolo adotado pela Unidade para atendimento médico de urgência/emergência, Sistema Manchester Classificação de Risco na Urgência e Emergência, 1ª Edição Brasileira/setembro de 2010 página 26 e Resolução CFM 2077/2014 Anexo I, Item 2. **Destinatários da Recomendação**

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE - FMS IBIRITE	02.914.038/0001-03
INSTITUTO SOCIAL MAIS SAUDE	18.963.002/0001-41

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 589808

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Contrato

Constatação: Impossibilidade de avaliar o histórico do tempo de atendimento médico.

Evidência: Verificou-se que a UPA de Ibirité utiliza o protocolo de Manchester de classificação de risco na Urgência e Emergência. Em uma amostra de 60 Fichas de atendimentos ocorridos entre janeiro de 2017 e setembro de 2019 constatou-se que em 52 fichas (86,7% da amostra) não havia os horários dos atendimentos médicos. Dessa forma não pode-se concluir se houve cumprimento do tempo de resposta ideal até a primeira avaliação médica de acordo com o estabelecido pelo protocolo de Manchester para cada classificação de risco avaliada. Tal fato está em desacordo com o Contrato de Gestão Nº 114/2017 datado de 13/09/2017, Anexo II e com o Protocolo de Manchester/2010, 1ª Edição, Capítulo 1 páginas 25 e 26.

Fonte da Evidência: - Visita in loco na UPA de Ibirité datada de 09/10/2017.

- Cópias digitalizadas de 60 Fichas de atendimentos/FAA obtidas na data de 02/12/2019.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antônio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a essa constatação, manifestou-se da seguinte forma:

"No terceiro quadrimestre de 2019 foi iniciada a implantação do prontuário eletrônico na Unidade Municipal de Pronto Atendimento de Ibirité - CNES 2115786, garantindo, desta forma, um processo de trabalho que facilita o adequado registro nas fichas de atendimento ambulatorial/FAA, desde o momento que o paciente chega ao Pronto Atendimento até que as suas informações assistenciais sejam processadas, conforme demonstrado no Anexo 33. A FAA foi adequada às normas que favorecem a avaliação da qualidade dos serviços prestados na modalidade de urgência ambulatorial, com horários definidos em cada ponto de atenção da UPA. Está disponível na FAA:

- Primeiro campo: registros dos dados de identificação do paciente e do médico com horário da confecção da ficha pelarecepção;

- Segundo campo: registro da pré consulta com horário da "classificação de risco" realizada pelo enfermeiro;



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



- Terceiro campo: registro do atendimento médico ' e prescrição com horário do atendimento.

Atualmente, com o registro eletrônico, pode-se avaliar se houve cumprimento do tempo resposta ideal da classificação de risco até a primeira avaliação do médico, de acordo com o estabelecido pelo protocolo de Manchester. Desta forma, houve a regularização do processo de registro assistencial que permite a avaliação do histórico do tempo do atendimento médico."

Acompanha essa defesa o Anexo 1.

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 338/2020, datado de 12/08/2020, a Sra Carla Soares Alves (representante legal do Instituto Social Mais Saúde) foi notificada e não se manifestou acerca das não conformidades.

3. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 341/2020, datado de 12/08/2020, a Sra Edi Neide Cerri Genovese (pessoa física) foi notificada e não se manifestou acerca das não conformidades.

Análise da Justificativa: Justificativa 1 - A manifestação apresentada refere-se a implantação do prontuário eletrônico dos usuários do SUS que foi devidamente comprovada com o envio do anexo 1, conteúdo amostra de 8 (oito) Fichas Atendimentos Ambulatoriais (FAA) realizados na data de 14/09/2020, sendo portanto visualizado o horário que o paciente entrou na Unidade e recebeu o acolhimento e posteriormente o horário do atendimento médico.

Dessa forma a equipe acata a justificativa pois a inconformidade foi sanada.

Acatamento da Justificativa: Sim

Grupo: Assistência Médica e Alta Complexidade

Constatação Nº: 589810

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Recursos Humanos

Constatação: Desatualização no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde relativo aos profissionais da UPA e do HMRI.

Evidência: Verificou-se por meio da análise dos registros no CNES relativo a listagem de profissionais atuantes na UPA e no HMRI que os dados não estão atualizados conforme escala de plantões médicos desses locais, tendo como referência o mês de agosto de 2019, sendo que a última atualização constante no CNES data de 07/11/2019 (anexo 6). Foram encontrados 17 profissionais da UPA que não estão cadastrados no CNES da UPA e 14 profissionais médicos do HMRI não estão cadastrados no CNES do HMRI Tal fato está em desacordo com a RDC/ANVISA nº 63/11, Seção III, Das Condições Organizacionais art. 13º.

Fonte da Evidência: - Cópia digitalizada da escala de plantões do período de agosto de 2019.
- Cópia digitalizada da listagem de profissionais do CNES de Ibirité com última atualização em 07/11/2019. -
Visita in loco datada de 01/10/2019

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antônio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a essa constatação, manifestou-se da seguinte forma:
"No sentido de exercer o dever de coordenação, controle e acompanhamento em relação à regularidade dos registros dos profissionais de saúde lotados no Hospital e Maternidade Regional de Ibirité e na Unidade Municipal de Pronto Atendimento de Ibirité no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e, atendendo aos requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde definidos na RDC/ANVISA nº 63/11, Seção III, Das Condições Organizacionais art. 13º e da SMS, foi modificada a metodologia de atualização dos registros de profissionais no Sistema CNES. Para tanto, houve um mutirão de atualização no primeiro semestre de 2020, finalizado o junho/2020, conforme noticiado em e-mail do dia 18/06/2020 (Anexo 38 A). E concomitante houve mudança do fluxo de trabalho da equipe de recursos humanos (Anexo 38 A) no qual o agente de recursos humanos e faturamento vincula os processos de admissão e desligamento com os



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



registros/cadastros no Sistema CNES. Tal regularidade na atualização de cadastro foi verificada na memória do e-mail institucional da Coordenadora de faturamento, conforme Anexo 38 A. Em setembro estavam cadastrados 251 profissionais na Unidade Municipal de Pronto Atendimento de Ibirité - CNES 2115786 (Anexo 38 B), e 585 profissionais cadastrados no Hospital e Maternidade Regional de Ibirité - CNES 6892256 (Anexo 38 C). Desta forma, a atualização no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde relativo aos profissionais da UPA e do HMRI foi regularizada, sendo atualizada com a periodicidade mensal, inclusive para permitir o faturamento dos serviços executados pelas Unidades."

Acompanharam essa defesa os Anexos 2 e 3.

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 338/2020, datado de 12/08/2020, a Sra Carla Soares Alves (representante legal do Instituto Social Mais Saúde) foi notificada e não se manifestou acerca das não conformidades.

3. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 341/2020, datado de 12/08/2020, a Sra Edi Neide Cerri Genovese (pessoa física) foi notificada e não se manifestou acerca das não conformidades.

Análise da Justificativa: Justificativa 1- A manifestação apresentada pela auditado consta de documentação referente a solicitação de atualização dos dados dos profissionais da UPA com o CNES atualizado na data de 13/09/2019 9 (Anexos 2 e 3). No entanto não foi apresentada a atualização no CNES dos profissionais do HMRI. Portanto a justificativa foi considerada parcialmente acatada pela equipe de auditoria. Por fim, considera-se que não foram apresentadas justificativas no sentido de afastar totalmente a não conformidade. Diante do exposto, à autoridade competente, conforme Resolução SES nº 2.906/2011, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

Recomendação: Atualizar o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de saúde (CNES) sempre que houver contratação e desligamento de profissionais, além de serviços, conforme a RDC/ANVISA N° 63/11, Seção III, Das Condições Organizacionais art. 13º.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE - FMS IBIRITE	02.914.038/0001-03
INSTITUTO SOCIAL MAIS SAUDE	18.963.002/0001-41

Grupo: Sistema Nacional de Auditoria

Constatação Nº: 589822

Subgrupo: Estrutura

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: Inexistência do Serviço de Auditoria Assistencial formalmente instituído e consequente falta de documentos que retratem as ações para apuração de irregularidades na O.S Mais Saúde.

Evidência: A equipe de auditoria constatou que não existe o componente municipal de Auditoria Assistencial instituído na Secretaria Municipal de Saúde de Ibirité, dessa forma não foram obtidos relatórios, atas ou documentos de apuração que comprovem algum mecanismo de aferição das irregularidades que possam ocorrer nos seus prestadores de serviços, em especial relativo ao Contrato com a O.S Mais Saúde. Esses atos e documentos foram solicitados que estivessem disponíveis para a equipe de auditoria e no entanto verificamos que não possuíam o serviço na Secretaria Municipal de Saúde de Ibirité. Tal fato está em desacordo com a Resolução MS/GM CIT Nº 4, de 19 de julho de 2012, anexo I, item 4, subitem 4.1, alínea q e r e Decreto Federal Nº 1651 de 1995, Art.5º Observadas a Constituição Federal, as Constituições dos Estados-Membros e as Leis Orgânicas do



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Distrito Federal e dos Municípios, compete ao SNA verificar, por intermédio dos órgãos que o integram: Inciso III no plano municipal, alínea b.

Fonte da Evidência: - Verificação in loco no dia 30/09/2019.
- Ofício de Comunicação de Auditoria SES/AUDSUS nº. 653/2019 de 17/09/ 2019.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antônio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a essa constatação, manifestou-se da seguinte forma:
"A equipe de auditoria constatou que não existe o componente municipal de Auditoria Assistencial instituído na Secretaria Municipal de Saúde de Ibirité, dessa forma não foram obtidos relatórios, atas ou documentos de apuração que comprovem algum mecanismo de aferição das irregularidades que possam ocorrer nos seus prestadores de serviços, em especial relativo ao Contrato com a OS Mais saúde. Esses atos e documentos foram solicitados que estivessem disponíveis para a equipe de auditoria, no entanto, verificamos que não possuíam o serviço na Secretaria Municipal de Saúde de Ibirité. A SMS possui 3 profissionais médicos auditores em seu quadro próprio, que realizam o trabalho de auditoria assistencial de toda a rede municipal, tanto para as demandas da rede própria, como do HMRI, assessorando a gestão municipal para a correção das inconformidades identificadas no acesso à atenção especializada e hospitalar, bem como a partir de denúncias recebidas. Realizam visitas técnicas, pareceres técnicos, relatórios, notas técnicas e orientações. Está em processo de organização a designação formal dos mesmos para o componente municipal do SNA, bem como para obterem o acesso ao sistema informatizado de auditoria do SUS (SISAUD) para o registro das ações de auditoria assistencial executadas no município."

Análise da Justificativa: justificativa 1 - A manifestação apresentada pelo auditado não está acompanhada de documentos que comprovem a instituição e funcionamento do Serviço de Auditoria no SMS de Ibirité. Também não foram apresentados atos, relatórios, inspeções ou outro fluxo de procedimento que possamos verificar o funcionamento do serviço. Por fim, considera-se que não foram apresentadas justificativas no sentido de afastar a não conformidade. Diante do exposto, à autoridade competente, conforme Resolução SES nº 2.906/2011, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Implantar o Componente Municipal de Auditoria Assistencial, que são prerrogativas do município de gestão de seus prestadores, conforme a Resolução MS/GM CIT Nº 4, de 19 de julho de 2012, anexo I, item 4, subitem 4.1, alínea q e r e Decreto Federal Nº1651/1995, Artº 5.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE - FMS IBIRITE	02.914.038/0001-03

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 586231

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Recursos Humanos

Constatação: Ocorrência de falta de plantões noturnos de médicos no HMRI.

Evidência: Verificou-se por meio da análise das escalas médicas do HMRI na abrangência de setembro de 2017 a agosto de 2019 que



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



não há plantão noturno das clínicas médica, cirúrgica e pediátrica no HMRI. O Hospital funciona com médicos horizontais que mantém plantões diurnos para essas clínicas. A cópia digitalizada da escala de plantões tanto da UPA quanto do Hospital estão assinadas e carimbadas pelo diretor técnico do HMRI Dr. D.F.E. Tal fato está em desacordo com o Contrato 114/2017 entre a SMS de Ibirité e o Instituto Social MAIS SAÚDE, Cláusula Segunda, Item III, Subitem 16 e Resolução CFM 2056 de 12/11/2013, Capítulo VII, Artigo 26, Inciso IV.

Fonte da Evidência: - Cópia digitalizada da escala de plantões do período de setembro de 2017 a agosto de 2019.
- Inspeção física no HMRI datada de 01/10/2019.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Por meio de documento datado de 12/02/2021, a Secretaria Municipal de Saúde apresentou manifestação em nome próprio e também em nome da Sra. Carina Bitarães e do Sr. Antonio de Souza Pinto. O documento contém respostas às constatações do relatório preliminar de auditoria. Quanto a essa constatação, manifestou-se da seguinte forma:
"As escalas médicas requisitadas pela gestão discriminam os profissionais designados nominalmente para realizar os plantões nas clínicas citadas. Segundo apuração in-loco, foram relatadas dificuldades em momentos pontuais para a contratação de profissionais médicos para atuação nos plantões noturnos das especialidades citadas, e que o problema está sanado."
2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 349/2020, datado de 13/08/2020, a Sra Carla Soares Alves (representante legal doIMS) foi notificada e não se manifestou acerca desta não conformidade.
3. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 341/2020, datado de 12/08/2020, a Sra Edi Neide Cerri Genovese (pessoa física) foi notificada e não se manifestou acerca desta não conformidade.

Análise da Justificativa: Justificativa 1- A manifestação apresentada pelo auditado confirma que houve dificuldade em momentos pontuais para a contratação de profissionais médicos para plantões noturnos e que atualmente está sanada a inconformidade. No entanto não foram apresentadas as escalas de plantões médicos do período de abrangência da auditoria que compreendeu setembro de 2017 a agosto de 2019. Diante do exposto, à autoridade competente, conforme Resolução SES nº 2.906/2011, propõe-se aplicar a penalidade de Advertência Escrita com subsequente comunicação do fato constatado ao TCE (Lei Complementar Estadual Nº 102/2008, art.3º, incisos XIII e XVI e art. 62) e ao CRM.

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Adequar as escalas de plantões médicos das clínicas pediátrica, médica e cirúrgica de acordo como o estabelecido no Contrato 114/2017 entre a SMS de Ibirité e o Instituto Social MAIS SAÚDE, Cláusula Segunda, Item III, Subitem 16 e Resolução CFM 2056 de 12/11/2013, Capítulo VII, Artigo 26, Inciso IV.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE - FMS IBIRITE	02.914.038/0001-03



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



VI - PROPOSIÇÃO DA DEVOLUÇÃO

1 - Prejuízo: Sim

1.1 - Fundo de Origem: Municipal

1.1.1 - Devolução p/ o Fundo: Municipal

1.1.1.1 - Bloco de Financiamento: Não financiado por bloco

Data Fato Gerador: 25/10/2017 Devolução Nº: 354910

Complemento do Bloco: Pagamentos de exames laboratoriais sem comprovação
c/c 118442-3 Ag. 2115-6.

Documentos Comprobatórios: NF: 2017/9 Constatação Nº: 586230

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
	20179		220.000,00

Nota Fiscal

Pagamentos pela SMS de Ibirité a OS Instituto Social Mais Saúde referentes a exames laboratoriais que não tiveram realização comprovada.

Fundamento Legal: Lei Federal nº 4.320/1964 art.63 § 2º incisos I,II,III
IN TCE/MG nº 19/2008, art.10 inciso I ao VI, § 1º e 2º
Contrato de Gestão nº 114//2017, cláusula segunda, inciso III, item 12.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



Relatório Consolidado

Total da Data do Fato Gerador: 25/10/2017

220.000,00

Data Fato Gerador: 24/11/2017 **Devolução Nº:** 354950 **Constatação Nº:** 586230
Complemento do Bloco: Pagamentos de exames laboratoriais sem comprovação de execução, através do Banco do Brasil c/c 118442-3 Ag. 2115-6.
Documentos Comprobatórios: NF: 201712

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
	201712		250.000,00

Nota Fiscal

Pagamentos pela SMS de Ibirité a OS Instituto Social Mais Saúde referentes a exames laboratoriais que não tiveram realização comprovada.

Fundamento Legal: Lei Federal nº 4.320/1964 art.63 § 2º incisos I,II,III
IN TCE/MG nº 19/2008, art.10 inciso I ao VI, § 1º e 2º
Contrato de Gestão nº 114//2017, cláusula segunda, inciso III, item 12.

Total da Data do Fato Gerador: 24/11/2017

250.000,00

Data Fato Gerador: 21/12/2017 **Devolução Nº:** 354951 **Constatação Nº:** 586230
Complemento do Bloco: Pagamentos de exames laboratoriais sem comprovação de execução, através do Banco do Brasil c/c 118442-3 Ag. 2115-6.
Documentos Comprobatórios: NF:2017/15

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
	201715		250.000,00

Nota Fiscal

Pagamentos pela SMS de Ibirité a OS Instituto Social Mais Saúde referentes a exames laboratoriais que não tiveram realização comprovada.

Fundamento Legal: Lei Federal nº 4.320/1964 art.63 § 2º incisos I,II,III
IN TCE/MG nº 19/2008, art.10 inciso I ao VI, § 1º e 2º
Contrato de Gestão nº 114//2017, cláusula segunda, inciso III, item 12.

Total da Data do Fato Gerador: 21/12/2017

250.000,00



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Data Fato Gerador: 31/12/2017 **Devolução Nº:** 360055 **Constatação Nº:** 588085

Complemento do Bloco: ncia de informação que comprova o fornecimento dos serviços da empresa Heisei.

Documentos Comprobatórios: Balancete analítico do Instituto Mais Saúde de Ibirité, do ano 2017.
Razão por Credor do Instituto Mais Saúde no período de out/2017 a agosto/2019.

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
Demonstrativo de Despesas	212040012	Ausência de informações que comprova o fornecimento dos serviços da empresa Heisei Assistência Médica S/S no valor de R\$ 353.000,00 (trezentos e cinquenta e três mil reais), no período de Janeiro/2017 a dezembro/2017.	353.000,00
Fundamento Legal: Constituicao Federal/1988, artigo 37, caput; Contrato de Gestão nº 114/2017, Cláusula Segunda, inciso IV item 16, parágrafo primeiro; Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre Instituto Social Mais Saúde e a empresa Heisei,			
			353.000,00

Total da Data do Fato Gerador: 31/12/2017

Data Fato Gerador: 31/12/2017 **Devolução Nº:** 360056 **Constatação Nº:** 588085

Complemento do Bloco: Ausência de informação que comprova o fornecimento dos serviços da empresa MGM.

Documentos Comprobatórios: Balancete analítico do Instituto Mais Saúde de Ibirité, do ano 2017.
Razão por Credor do Instituto Mais Saúde no período de out/2017 a agosto/2019.

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
Demonstrativo de Despesa:	212040031	Ausência de informações que comprova o fornecimento dos serviços da empresa MGM Saúde Serviços Médicos Ltda no valor de R\$ 5.648,31 (cinco mil seiscentos e quarenta e oito reais, trinta e um centavos), no período de Janeiro/2017 a dezembro/2017.	5.648,31
Fundamento Legal: Constituição Federal/1988, artigo 37, caput; Contrato de Gestão nº 114/2017, Cláusula Segunda, inciso IV item 16, parágrafo primeiro; Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre Instituto Social Mais Saúde e a empresa MGM.			

Total da Data do Fato Gerador: 31/12/2017

5.648,31

Data Fato Gerador: 31/12/2017 **Devolução Nº:** 360057 **Constatação Nº:** 588085



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Complemento do Bloco: Ausência de informação que comprove o fornecimento dos serviços da empresa Nutrihumana.

Documentos Comprobatórios: Balancete analítico do Instituto Mais Saúde de Ibirité, do ano 2017.
Razão por Credor do Instituto Mais Saúde no período de out/2017 a agosto/2019.

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
Demonstrativo de Despesas	212040033	Ausência de informações que comprove o fornecimento dos serviços da empresa Nutrihumana Med Serviços Médicos Ltda no valor de R\$ 61.887,69 (sessenta e um mil, oitocentos e oitenta e sete reais e sessenta e nove centavos), no período de Janeiro/2017 a dezembro/2017.	61.887,69
Fundamento Legal: Constituicao Federal/1988, artigo 37, caput; Contrato de Gestão nº 114/2017, Cláusula Segunda, inciso IV item 16, parágrafo primeiro; Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre Instituto Social Mais Saúde e a empresa Nutrihumana.			61.887,69

Total da Data do Fato Gerador: 31/12/2017

Data Fato Gerador: 31/12/2017 **Devolução Nº:** 360058 **Constatação Nº:** 588085

Complemento do Bloco: Ausência de informação que comprove o fornecimento dos serviços da empresa Progenie.

Documentos Comprobatórios: Balancete analítico do Instituto Mais Saúde de Ibirité, do ano 2017.
Razão por Credor do Instituto Mais Saúde no período de out/2017 a agosto/2019.

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
Demonstrativo de Despesa:	212040034	Ausência de informações que comprove o fornecimento dos serviços da empresa Progenie Sociedade Médica no valor de R\$ 6.763,24 (seis mil setecentos e sessenta e três reais, vinte e quatro centavos) no período de Janeiro/2017 a dezembro/2017.	6.763,24
Fundamento Legal: Constituição Federal/1988, artigo 37, caput; Contrato de Gestão nº 114/2017, Cláusula Segunda, inciso IV item 16, parágrafo primeiro; Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre Instituto Social Mais Saúde e a empresa Progenie.			

Total da Data do Fato Gerador: 31/12/2017

6.763,24



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Data Fato Gerador: 31/12/2017 **Devolução Nº:** 360059 **Constatação Nº:** 588085
Complemento do Bloco: Ausência de informação que comprove o fornecimento dos serviços da empresa Top Clinic .

Documentos Comprobatórios: Balancete analítico do Instituto Mais Saúde de Ibirité, do ano 2017.
Razão por Credor do Instituto Mais Saúde no período de out/2017 a agosto/2019.

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
Demonstrativo de Despesas	212040038	Ausência de informações que comprove o fornecimento dos serviços da empresa Top Clinic Odontologia e Medicina Ltda no valor de R\$ 11.909,33 (onze mil novecentos e nove reais , trinta e três centavos), no período de Janeiro/2017 a dezembro/2017.	11.909,33
Fundamento Legal: Constituição Federal/1988, artigo 37, caput; Contrato de Gestão nº 114/2017, Cláusula Segunda, inciso IV item 16, parágrafo primeiro; Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre Instituto Social Mais Saúde e a empresa Top Clinic.			

Total da Data do Fato Gerador: 31/12/2017

11.909,33

Data Fato Gerador: 31/12/2017 **Devolução Nº:** 360060 **Constatação Nº:** 588085
Complemento do Bloco: Ausência de informação que comprove o fornecimento dos serviços da empresa HEALTH .

Documentos Comprobatórios: Balancete analítico do Instituto Mais Saúde de Ibirité, do ano 2017.
Razão por Credor do Instituto Mais Saúde no período de out/2017 a agosto/2019.

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
Demonstrativo de Despesa:	212070005	Ausência de informações que comprove o fornecimento dos serviços da empresa HEALTH Serviços Médicos Ltda EPP no valor de R\$ 207.971,60 (duzentos e sete mil, novecentos e setenta e um reais, sessenta centavos), no período de Janeiro/2017 a dezembro/2017.	207.971,60
Fundamento Legal: Constituição Federal/1988, artigo 37, caput; Contrato de Gestão nº 114/2017, Cláusula Segunda, inciso IV item 16, parágrafo primeiro; Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre Instituto Social Mais Saúde e a empresa Health gestão de Consultoria, item 5.1.			

Total da Data do Fato Gerador: 31/12/2017

207.971,60



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



Relatório Consolidado

Data Fato Gerador: 29/01/2018 **Devolução Nº:** 354952 **Constatação Nº:** 586230

Complemento do Bloco: Pagamentos de exames laboratoriais sem comprovação de execução, através do Banco do Brasil c/c 118442-3 Ag. 2115-6.

Documentos Comprobatórios: NF: 2018/3

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
Nota Fiscal	20183	Pagamentos pela SMS de Ibirité a OS Instituto Social Mais Saúde referentes a exames laboratoriais que não tiveram realização comprovada.	250.000,00

Fundamento Legal: Lei Federal nº 4.320/1964 art.63 § 2º incisos I,II,III
IN TCE/MG nº 19/2008, art.10 inciso I ao VI, § 1º e 2º
Contrato de Gestão nº 114//2017, cláusula segunda, inciso III, item 12.

Total da Data do Fato Gerador: 29/01/2018 250.000,00

Data Fato Gerador: 27/02/2018 **Devolução Nº:** 354953 **Constatação Nº:** 586230

Complemento do Bloco: Pagamentos de exames laboratoriais sem comprovação de execução, através do Banco do Brasil c/c 118442-3 Ag. 2115-6.

Documentos Comprobatórios: NF: 2018/6

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
Nota Fiscal	20186	Pagamentos pela SMS de Ibirité a OS Instituto Social Mais Saúde referentes a exames laboratoriais que não tiveram realização comprovada.	250.000,00

Lei Federal nº 4.320/1964 art.63 § 2º incisos I,II,III
IN TCE/MG nº 19/2008, art.10 inciso I ao VI, § 1º e 2º
Contrato de Gestão nº 114//2017, cláusula segunda, inciso III, item 12.

Fundamento Legal: Lei Federal nº 4.320/1964 art.63 § 2º incisos I,II,III
IN TCE/MG nº 19/2008, art.10 inciso I ao VI, § 1º e 2º
Contrato de Gestão nº 114//2017, cláusula segunda, inciso III, item 12.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Total da Data do Fato Gerador: 27/02/2018

250.000,00

Data Fato Gerador: 04/04/2018 **Devolução Nº:** 354954 **Constatação Nº:** 586230
Complemento do Bloco: Pagamentos de exames laboratoriais sem comprovação de execução, através do Banco do Brasil c/c 118442-3 Ag. 2115-6.

Documentos Comprobatórios: NF: 2018/10

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
	201810		250.000,00

Nota Fiscal

Pagamentos pela SMS de Ibirité a OS Instituto Social Mais Saúde referentes a exames laboratoriais que não tiveram realização comprovada.

Fundamento Legal: Lei Federal nº 4.320/1964 art.63 § 2º incisos I,II,III; IN TCE/MG nº 19/2008, art.10 inciso I ao VI, § 1º e 2º;

Contrato de Gestão nº 114//2017, cláusula segunda, inciso III, item 12.

Total da Data do Fato Gerador: 04/04/2018

250.000,00

Data Fato Gerador: 10/05/2018 **Devolução Nº:** 354955 **Constatação Nº:** 586230
Complemento do Bloco: Pagamentos de exames laboratoriais sem comprovação de execução, através do Banco do Brasil c/c 118442-3 Ag. 2115-6.

Documentos Comprobatórios: NF: 2018/13

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
----------------	--------------	--------	-------

Nota Fiscal

201813

Pagamentos pela SMS de Ibirité a OS Instituto Social Mais Saúde referentes a exames laboratoriais que não tiveram realização comprovada.

250.000,00

Fundamento Legal: Lei Federal nº 4.320/1964 art.63 § 2º incisos I,II,III; IN TCE/MG nº 19/2008, art.10 inciso I ao VI, § 1º e 2º;

Contrato de Gestão nº 114//2017, cláusula segunda, inciso III, item 12.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



250.000,00

Total da Data do Fato Gerador: 10/05/2018

Data Fato Gerador: 31/12/2018 Devolução Nº: 360047 Constatação Nº: 588085

Complemento do Bloco: Ausência de informação que comprove o fornecimento dos serviços da empresa Heisei.

Documentos Comprobatórios: Balancete analítico do Instituto Mais Saúde de Ibirité, do ano 2018.
Razão por Credor do Instituto Mais Saúde no período de out/2017 a agosto/2019.

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
	21204012		1.651.500,00

Demonstrativo de Despesa: Ausência de informações que comprove o fornecimento dos serviços da empresa HEISEI Assistência Médica S/S no valor de R\$ 1.651.500,00 (um milhão seiscentos e cinquenta e um mil, quinhentos reais, no período de Janeiro/2018 a dezembro/2018).

Fundamento Legal: Constituicao Federal/1988, artigo 37, caput; Contrato de Gestão nº 114/2017, Cláusula Segunda, inciso IV item 16, parágrafo primeiro; Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre Instituto Social Mais Saúde e a empresa Heisei,

Total da Data do Fato Gerador: 31/12/2018

1.651.500,00

Data Fato Gerador: 31/12/2018 Devolução Nº: 360048 Constatação Nº: 588085

Complemento do Bloco: Ausência de informação que comprove o fornecimento dos serviços da empresa MGM.

Documentos Comprobatórios: Balancete analítico do Instituto Mais Saúde de Ibirité, do ano 2018.
Razão por Credor do Instituto Mais Saúde no período de out/2017 a agosto/2019.

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
----------------	--------------	--------	-------



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



Relatório Consolidado

Demonstrativo de Despesas	212040031	Ausência de informações que comprove o fornecimento dos serviços da empresa MGM Saúde Serviços Médicos no valor de R\$ 4.401,28 (quatro mil, quatrocentos e um reais, vinte oito centavos) no período de Janeiro/2018 a dezembro/2018.	4.401,28
---------------------------	-----------	--	----------

Fundamento Legal: Constituicao Federal/1988, artigo 37, caput; Contrato de Gestão nº 114/2017, Cláusula Segunda, inciso IV item 16, parágrafo primeiro; Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre Instituto Social Mais Saúde e a empresa MGM.

Total da Data do Fato Gerador: 31/12/2018 4.401,28 **Data Fato Gerador: 31/12/2018** **Devolução Nº: 360051**
Constatação Nº: 588085

Complemento do Bloco: Ausência de informação que comprove o fornecimento dos serviços da empresa Nutrihumana.

Documentos Comprobatórios: Balancete analítico do Instituto Mais Saúde de Ibirité, do ano 2018.
Razão por Credor do Instituto Mais Saúde no período de out/2017 a agosto/2019.

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
Demonstrativo de Despesa:	212040033	Ausência de informações que comprove o fornecimento dos serviços da empresa Nutrihumana Med Serviços Médicos Ltda no valor de R\$ 278.480,21 (duzentos e setenta e oito mil quatrocentos e oitenta reais, vinte e um centavos), no período de Janeiro/2018 a dezembro/2018.	278.480,21

Fundamento Legal: Constituição Federal/1988, artigo 37, caput; Contrato de Gestão nº 114/2017, Cláusula Segunda, inciso IV item 16, parágrafo primeiro; Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre Instituto Social Mais Saúde e a empresa Nutrihumana.

Total da Data do Fato Gerador: 31/12/2018 278.480,21

Data Fato Gerador: 31/12/2018 **Devolução Nº: 360052** **Constatação Nº: 588085**

Complemento do Bloco: Ausência de informação que comprove o fornecimento dos serviços da empresa Progenie.

Documentos Comprobatórios: Balancete analítico do Instituto Mais Saúde de Ibirité, do ano 2018.
Razão por Credor do Instituto Mais Saúde no período de out/2017 a agosto/2019.

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
----------------	--------------	--------	-------



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



Relatório Consolidado

Demonstrativo de Despesas	212040034	Ausência de informações que comprove o fornecimento dos serviços da empresa Progenie Sociedade Médica no valor de R\$ 9.247,79 (nove mil duzentos e quarenta e sete reais, setenta e nove centavos) , no período de Janeiro/2018 a dezembro/2018.	9.247,79
---------------------------	-----------	---	----------

Fundamento Legal: Constituição Federal/1988, artigo 37, caput; Contrato de Gestão nº 114/2017, Cláusula Segunda, inciso IV item 16, parágrafo primeiro; Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre Instituto Social Mais Saúde e a empresa Progenie.

Total da Data do Fato Gerador: 31/12/2018 9.247,79

Data Fato Gerador: 31/12/2018 **Devolução Nº:** 360053 **Constatação Nº:** 588085
Complemento do Bloco: Ausência de informação que comprove o fornecimento dos serviços da empresa Top Clinic.
Documentos Comprobatórios: Balancete analítico do Instituto Mais Saúde de Ibirité, do ano 2018.
Razão por Credor do Instituto Mais Saúde no período de out/2017 a agosto/2019.

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
Demonstrativo de Despesas	212040038	Ausência de informações que comprove o fornecimento dos serviços da empresa Top Clinic Odontologia e Medicina Ltda no valor de R\$ 23.200,00 (vinte e três mil e duzentos reais), no período de Janeiro/2018 a dezembro/2018.	23.200,00

Fundamento Legal: Constituição Federal/1988, artigo 37, caput; Contrato de Gestão nº 114/2017, Cláusula Segunda, inciso IV item 16, parágrafo primeiro; Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre Instituto Social Mais Saúde e a empresa Top Clinic

23.200,00

Total da Data do Fato Gerador: 31/12/2018

Data Fato Gerador: 31/12/2018 **Devolução Nº:** 360054 **Constatação Nº:** 588085
Complemento do Bloco: Ausência de informação que comprove o fornecimento dos serviços da empresa Health.
Documentos Comprobatórios: Balancete analítico do Instituto Mais Saúde de Ibirité, do ano 2018.
Razão por Credor do Instituto Mais Saúde no período de out/2017 a agosto/2019.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



Relatório Consolidado

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
----------------	--------------	--------	-------

246.356,26

Demonstrativo de Despesa: 212040056 Ausência de informações que comprove o fornecimento dos serviços da empresa HEALTH Serviços Médicos Ltda EPP, no valor de R\$ 246.356,26 (duzentos e quarenta e seis mil trezentos e cinquenta e seis reais e vinte e seis centavos), no período de Janeiro/2018 a dezembro/2018.

Fundamento Legal: Constituição Federal/1988, artigo 37, caput; Contrato de Gestão nº 114/2017, Cláusula Segunda, inciso IV item 16, parágrafo primeiro; Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre Instituto Social Mais Saúde e a empresa HCG Health gestão de Consultoria, item 5.1.

Total da Data do Fato Gerador: 31/12/2018 246.356,26

Data Fato Gerador: 27/05/2019 **Devolução Nº:** 355054 **Constatação Nº:** 586232

Complemento do Bloco: Pagamento de parcela variável do Contrato de Gestão nº 114/2017 não ocorreu conforme preconizado, através do Banco do Brasil c/c 118442-3 Ag. 2115-6. **Documentos**

Comprobatórios: NE:121/013/2019;
NF: 00012/Série ES.

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
----------------	--------------	--------	-------

Nota de Empenho 121013 Os pagamentos realizados pela SMS de Ibirité ao Instituto Social Mais Saúde revelaram que:

maio/2019 não houve retenção. Junho/2019 houve retenção no valor de R\$ 72.118,77; julho/2019 houve retenção no valor de R\$ 6.050,74 ;agosto/2019 não houve retenção; setembro/2019 houve retenção no valor de R\$ 12.327,38.

No período de mai/2019 a set/2019 a SMS de Ibirité deveria reter, da parte variável do contrato, o valor de R\$ 359.421,92 e reteve o valor de R\$ 90.496,89, restando uma diferença de 268.925,03.

Fundamento Legal: Contrato de Gestão nº 114/2018, Cláusula Sétima, Parágrafos Primeiro e Segundo, Cláusula Oitava, parágrafo segundo, inciso I e II Cláusula DécimaTerceira e Anexo III).



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



72.118,77

Total da Data do Fato Gerador: 27/05/2019

Data Fato Gerador: 30/06/2019 **Devolução Nº:** 360032 **Constatação Nº:** 588085
Complemento do Bloco: Ausência de informação que comprove o fornecimento dos serviços da empresa Heisei.
Documentos Comprobatórios: Balancete analítico do Instituto Mais Saúde de Ibirité, do ano 2019.
Razão por Credor do Instituto Mais Saúde no período de out/2017 a agosto/2019.

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
Demonstrativo de Despesa:	212040012	Ausência de informações que comprove o fornecimento dos serviços da empresa HEISEI Assistência Médica S/S no valor de R\$ 617.250,00 (seiscentos e dezessete mil, duzentos e cinquenta reais), no período de Janeiro/2019 a junho/2019.	617.250,00

Fundamento Legal: Constituição Federal/1988, artigo 37, caput; Contrato de Gestão nº 114/2017, Cláusula Segunda, inciso IV item 16, parágrafo primeiro; Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre Instituto Social Mais Saúde e as empresas Heisei,

Total da Data do Fato Gerador: 30/06/2019

617.250,00

Data Fato Gerador: 30/06/2019 **Devolução Nº:** 360046 **Constatação Nº:** 588085
Complemento do Bloco: Ausência de informação que comprove o fornecimento dos serviços da empresa Nutrihumana.
Documentos Comprobatórios: Balancete analítico do Instituto Mais Saúde de Ibirité, do ano 2019.
Razão por Credor do Instituto Mais Saúde no período de out/2017 a agosto/2019.

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
Demonstrativo de Despesas	212040033	Ausência de informações que comprove o fornecimento dos serviços da empresa Nutrihumana Med. Serviços Médicos Ltda no valor de R\$ 147.378,14 (cento e quarenta e sete mil, trezentos e setenta e oito reais, quatorze centavos), no período de Janeiro/2019 a junho/2019.	147.378,14

Fundamento Legal: Constituição Federal/1988, artigo 37, caput;
Contrato de Gestão nº 114/2017, Cláusula Segunda, inciso IV item 16, parágrafo primeiro; Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre Instituto Social Mais Saúde e a empresa



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Nutrihumana.

Total da Data do Fato Gerador: 30/06/2019

147.378,14

Data Fato Gerador: 29/07/2019 **Devolução Nº:** 355056 **Constatação Nº:** 586232
Complemento do Bloco: Pagamento de parcela variável do Contrato de Gestão nº 114/2017 não ocorreu conforme preconizado, através do Banco do Brasil c/c 118442-3 Ag. 2115-6. **Documentos**
Comprobatórios: NE:0121/020/2019;
NF: 00029/série ES

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
Nota de Empenho	121020	Os pagamentos realizados pela SMS de Ibirité ao Instituto Social Mais Saúde revelaram que: maio/2019 não houve retenção. Junho/2019 houve retenção no valor de R\$ 72.118,77; julho/2019 houve retenção no valor de R\$ 6.050,74 ;agosto/2019 não houve retenção; setembro/2019 houve retenção no valor de R\$ 12.327,38. No período de mai/2019 a set/2019 a SMS de Ibirité deveria reter, da parte variável do contrato, o valor de R\$ 359.421,92 e reteve o valor de R\$ 90.496,89, restando uma diferença de 268.925,03. Fundamento Legal: Contrato de Gestão nº 114/2018, Cláusula Sétima, Parágrafos Primeiro e Segundo, Cláusula Oitava, parágrafo segundo, inciso I e II Cláusula Décima-Terceira e Anexo III).	66.068,03

Total da Data do Fato Gerador: 29/07/2019

66.068,03

Data Fato Gerador: 09/08/2019 **Devolução Nº:** 355057 **Constatação Nº:** 586232
Complemento do Bloco: Pagamento de parcela variável do Contrato de Gestão nº 114/2017 não ocorreu conforme preconizado, através do Banco do Brasil c/c 118442-3 Ag. 2115-6. **Documentos**
Comprobatórios: NE: 122015;
NF: 00031/série ES

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
Nota de Empenho	122015	Os pagamentos realizados pela SMS de Ibirité ao Instituto Social Mais Saúde revelaram que: maio/2019 não houve retenção. Junho/2019 houve retenção no valor de R\$ 72.118,77; julho/2019 houve retenção no valor de R\$ 6.050,74 ;agosto/2019	72.118,77



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



Relatório Consolidado

não houve retenção; setembro/2019 houve retenção no valor de R\$ 12.327,38.

No período de mai/2019 a set/2019 a SMS de Ibirité deveria reter, da parte variável do contrato, o valor de R\$ 359.421,92 e reteve o valor de R\$ 90.496,89, restando uma diferença de 268.925,03.

Fundamento Legal: Contrato de Gestão nº 114/2018, Cláusula Sétima, Parágrafos Primeiro e Segundo, Cláusula Oitava, parágrafo segundo, inciso I e II Cláusula DécimaTerceira e Anexo III).

Total da Data do Fato Gerador: 09/08/2019

72.118,77

Data Fato Gerador: 05/09/2019

Devolução Nº: 355059

Constatação Nº: 586232

Complemento do Bloco: Pagamento de parcela variável do Contrato de Gestão nº 114/2017 não ocorreu conforme preconizado, através do Banco do Brasil c/c 118442-3 Ag. 2115-6.

Documentos Comprobatórios: NE: 0122/016/2019; NF: 00035/série ES.

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
Nota de Empenho	122016	Os pagamentos realizados pela SMS de Ibirité ao Instituto Social Mais Saúde revelaram que: maio/2019 não houve retenção. Junho/2019 houve retenção no valor de R\$ 72.118,77; julho/2019 houve retenção no valor de R\$ 6.050,74 ;agosto/2019 não houve retenção; setembro/2019 houve retenção no valor de R\$ 12.327,38. No período de mai/2019 a set/2019 a SMS de Ibirité deveria reter, da parte variável do contrato, o valor de R\$ 359.421,92 e reteve o valor de R\$ 90.496,89, restando uma diferença de 268.925,03.	58.619,46

Fundamento Legal: Contrato de Gestão nº 114/2018, Cláusula Sétima, Parágrafos Primeiro e Segundo, Cláusula Oitava, parágrafo segundo, inciso I e II Cláusula Décima-Terceira e Anexo III).

Total da Data do Fato Gerador: 05/09/2019

58.619,46

Total do Bloco de Financiamento: Não financiado por bloco

5.613.918,88

Total do Fundo p/ Devolução: Municipal

5.613.918,88

Total Fundo de Origem: Municipal

5.613.918,88



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Total Prejuízo: Sim

5.613.918,88

Total Geral:

5.613.918,88

VII - RESULTADO DA DENÚNCIA

Fato: Ausência de Controle, Avaliação e Auditoria do Contrato de Gestão nº 114/2017

Tipo: Instrumentos de Gestão-Controle e Avaliação

Demanda Nº: 83000

Fato: Pagamento por plantões da UPA não realizados

Tipo: Recursos Financeiros - Utilização de Recursos SUS

Demanda Nº: 83000

Fato: Perda das fichas de atendimento/FAA no Pronto Atendimento do Hospital

Tipo: Gestão - Assistência

Demanda Nº: 83000

Fato: Pagamentos por exames laboratoriais que não foram realizados e/ou sem resultados entregues.

Tipo: Recursos Financeiros - Utilização de Recursos SUS

Demanda Nº: 83000

Fato: Irregularidades no acesso e na prestação de serviços de SADT aos usuários do SUS.

Tipo: Gestão - Assistência

Demanda Nº: 83000

Fato: Pagamento às Empresas RCS e Helsei para realização do mesmo objeto.

Tipo: Recursos Financeiros - Utilização de Recursos SUS

Demanda Nº: 83000

Fato: Solicitação no Hospital, aos usuários do SUS, de compra de medicamentos.

Tipo: Assistência - Funcionamento - Disponibilidade de Materiais de Consumo

Demanda Nº: 83000

Fato: Falta de profissionais de plantão na UPA

Tipo: Assistência - Recursos Humanos - Disponibilidade de Profissionais de Saúde

Demanda Nº: 83000

Fato: Problemas estruturais no Hospital: higiene precária da unidade hospitalar, falta de mobiliários e má acomodação de pacientes

Tipo: Gestão - Assistência

Demanda Nº: 83000

Fato: Falta de equipe de Auditores Assistenciais.

Tipo: Instrumentos de Gestão-Componente SNA

Demanda Nº: 83000

Fato: Comissão de avaliação do contrato composta por membro(s) que já foi(ram) parceiro(s) do Instituto Social Mais Saúde

Tipo: Avaliação Funcional

Demanda Nº: 83000

Fato: Falta de insumos e medicamentos no Hospital.

Tipo: Assistência - Funcionamento - Disponibilidade de Materiais de Consumo

Demanda Nº: 83000



Fato: Pagamento por serviços de gerência de coordenação médica e capacitação no Hospital não realizados.

Tipo: Recursos Financeiros - Utilização de Recursos SUS

Demanda Nº: 83000

Fato: Demora no atendimento de urgência e emergência prestada pelo Hospital e Maternidade de Ibirité.

Tipo: Assistência - Funcionamento - Acesso a atendimento em
Urgência e Emergência

Demanda Nº: 83000

X - CONCLUSÃO

RESULTADO DA DENÚNCIA

Fato1: Ausência de Controle, Avaliação e Auditoria do Contrato de Gestão nº 114/2017.

Tipo: Instrumentos de Gestão-Controle e Avaliação

Demanda Nº: 83000

Resultado da Denúncia: As constatações 589822, 586227, 586235 e 586238 respondem esse fato. Foi constatada ausência de Acompanhamento do Contrato de Gestão pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização Financeira do Contrato de Gestão e inexistência do Componente Municipal do Sistema Nacional de Auditoria do SUS formalmente instituído e consequente falta de documentos que retratem as ações para apuração de irregularidades na O.S Mais Saúde.

Apuração: 30/09/2019 a 11/10/2019.

Procede: Considera-se esse fato como procedente.



Fato 2: Pagamento por plantões da UPA não realizados

Tipo: Recursos Financeiros - Utilização de Recursos SUS

Demanda Nº: 83000

Resultado da Denúncia: A constatação nº 586231 responde parcialmente esse fato. Apesar de não haver plantão noturno nas clínicas médica, cirúrgica e pediátrica, no período de setembro de 2017 a agosto/2019, os pagamentos ocorreram integralmente.

Apuração: 30/09/2019 a 11/10/2019..

Procede: Considera-se esse fato como procedente.

Fato 3: Perda das fichas de atendimento/FAA no Pronto Atendimento do Hospital

Tipo: Gestão - Assistência

Demanda Nº: 83000

Resultado da Denúncia: A constatação 589796 responde esse fato. As fichas de atendimento/FAA no Pronto Atendimento da UPA de Ibirité estão todas arquivadas corretamente. Verificou-se, no entanto falhas no preenchimento das FAA.

Apuração: 30/09/2019 a 11/10/2019.

Procede: Considera-se esse fato como improcedente..

Fato 4: Pagamentos por exames laboratoriais que não foram realizados e/ou sem resultados entregues.

Tipo: Recursos Financeiros - Utilização de Recursos SUS

Demanda Nº: 83000

Resultado da Denúncia: As constatações 589789 e 586230, respondem esse fato. Foram constatados pagamentos regulares por exames laboratoriais ao pretador terceirizado, sem a comprovação da efetiva prestação dos serviços, e sem adoção, por parte da SMS de medidas para elisão do dano. Também foi constatado descumprimento do Contrato de Gestão 114/2017 estabelecido entre a SMS de Ibirité e o Instituto Social MAIS SAÚDE quanto ao indicador de tempo de entrega de resultados de exames eletivos.

Apuração: 30/09/2019 a 11/10/2019.

Procede: Considera-se esse fato como procedente.

Fato 5: Irregularidades no acesso e na prestação de serviços de SADT aos usuários do SUS.

Tipo: Gestão - Assistência

Demanda Nº: 83000

Resultado da Denúncia: A constatação 589786 responde esse fato. O acesso e a prestação de serviços do SADT aos usuários do SUS não estão ocorrendo conforme preconizado.

Apuração: 30/09/2019 a 11/10/2019.

Procede: Considera-se esse fato como procedente..

Fato 6: Pagamento às Empresas RCS e Helsei para realização do mesmo objeto.

Tipo: Recursos Financeiros - Utilização de Recursos SUS

Demanda Nº: 83000

Resultado da Denúncia: A constatação 586235 responde esse fato e demonstra que são 13 empresas, incluindo RCS e Helsei, com objeto de contratação similar e/ou sobreposto.

Apuração: 30/09/2019 a 11/10/2019.

Procede: Considera-se esse fato como procedente.

Fato 7: Solicitação no Hospital, aos usuários do SUS, de compra de medicamentos.

Tipo: Assistência - Funcionamento - Disponibilidade de Materiais de Consumo

Demanda Nº: 83000

Resultado da Denúncia: A constatação 589791 responde esse fato. Ocorrência de falta de insumos e medicamentos nas Unidades Básicas de Saúde, no Hospital e Maternidade Regional de Ibirité e na UPA.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Apuração: 30/09/2019 a 11/10/2019.

Procede: Considera-se esse fato como procedente.

Fato 8: Falta de profissionais de plantão na UPA

Tipo: Assistência - Recursos Humanos - Disponibilidade de Profissionais de Saúde

Demanda Nº: 83000

Resultado da Denúncia: A constatação 586231 responde esse fato. Ocorrência de falta de plantões noturnos de médicos no HMRI.

Apuração: 30/09/2019 a 11/10/2019.

Procede: Considera-se esse fato como improcedente porque não se verificou ausência de profissionais médicos na UPA, verificamos ausência de profissionais no HMRI.

Fato 9: Problemas estruturais no Hospital: higiene precária da unidade hospitalar, falta de mobiliária e má acomodação de pacientes.

Tipo: Gestão - Assistência

Demanda Nº: 83000

Resultado da Denúncia: A constatação 589792 responde esse fato. Existência de problemas estruturais no HMRI de higiene deficiente, falta de mobiliários e acomodações precárias de pacientes.

Apuração: 30/09/2019 a 11/10/2019.

Procede: Considera-se esse fato como procedente.

Fato 10: Falta de equipe de Auditores Assistenciais

Tipo: Instrumentos de Gestão-Componente SNA

Demanda Nº: 83000

Resultado da Denúncia: A constatação 589822 responde esse fato. Inexistência do Componente Municipal do Sistema Nacional de Auditoria do SUS formalmente instituído e consequente falta de documentos que retratem as ações para apuração de irregularidades na O.S Mais Saúde

Apuração: 30/09/2019 a 11/10/2019.

Procede: Considera-se esse fato como procedente.

Fato 11: Comissão de avaliação do contrato composta por membro(s) que já foi (ram) parceiro(s) do Instituto Social Mais Saúde

Tipo: Avaliação Funcional

Demanda Nº: 83000

Resultado da Denúncia: Não foi possível apurar este fatos, conforme descrito na constatação nº 585916, não foi disponibilizada a documentação das entidades, não tendo acesso aos colaboradores do instituto Social Mais Saúde.

Apuração: 30/09/2019 a 11/10/2019.

Procede: Dados insuficientes.

Fato 12: Falta de insumos e medicamentos no Hospital.

Tipo: Assistência - Funcionamento - Disponibilidade de Materiais de Consumo

Demanda Nº: 83000

Resultado da Denúncia: A constatação 589791 responde esse fato. Ocorrência de falta de insumos e medicamentos nas Unidades Básicas de Saúde, no Hospital e Maternidade Regional de Ibirité e na UPA.

Apuração: 30/09/2019 a 11/10/2019.

Procede: Considera-se esse fato como procedente.

Fato 13: Pagamento por serviços de gerência de coordenação médica e capacitação no Hospital não realizados.

Tipo: Recursos Financeiros - Utilização de Recursos SUS

Demanda Nº: 83000



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Resultado da Denúncia: A constatação 588085 responde esse fato. Foi demonstrado que , das 13 empresas contratadas, com função de coordenação 3 não comprovaram suas ações.

Apuração: 30/09/2019 a 11/10/2019.

Procede: Considera-se esse fato como procedente.

Fato 14: Demora no atendimento de urgência e emergência prestada pelo Hospital e Maternidade de Ibirité.

Tipo: Assistência - Funcionamento - Acesso a atendimento em Urgência e Emergência Demanda Nº: 83000

Resultado da Denúncia: A constatação 589821 responde esse fato. Impossibilidade de avaliar o histórico do tempo de atendimento médico.

Apuração: 30/09/2019 a 11/10/2019.

Procede: Considera-se esse fato como procedente devido a apuração da equipe de auditoria no período de abrangência junho de 2017 a dezembro de 2019, que confirmou à época a extrapolação dos prazos definidos nos protocolos.

CONCLUSÃO

A presente auditoria executada pelo Componente Estadual de Auditoria da SES-MG, com equipe composta pela Assessoria Regional de Auditoria Assistencial (ARAS) Centro e ARAS - Oeste atingiu os objetivos propostos, uma vez que analisou o Processo de Credenciamento e Habilitação de Organizações Sociais de Saúde no âmbito do município de Ibirité. Concluiu-se que o Contrato de Gestão nº 114/2017 Saúde continha fragilidades desde os atos preparatórios e documentos que lhe deram origem, perpassando por todas as demais fases do contrato incluindo sua execução, acompanhamento e prestação de contas.

No que se refere ao cumprimento de metas e indicadores assistenciais e fiscalização financeira do referido contrato, as Comissões de Avaliação instituídas não realizaram suas funções de maneira periódica e sistemática de modo a promover o cumprimento do contrato.

Integrou a análise desse relatório o Termo Aditivo Nº 6 datado de 20/07/2020 ao Contrato de Gestão nº 114/2017 que foi uma das manifestações do auditado como ação de organizar e melhorar o atendimento ao usuário em relação aos exames laboratoriais; no entanto não foi possível comprovar a atuação dessa nova estrutura com a documentação apresentada pelo auditado.

Apenas pudemos comprovar, por meio dos documentos enviados pelo auditado, que foi implementado um sistema informatizado para emissão de Fichas de atendimentos ambulatoriais no qual demonstra fluxo de atendimento implementado com classificação de risco na UPA de Ibirité.

Portanto o Contrato de Gestão nº 114/2017 celebrado entre a SMS de Ibirité e a Organização Social - Mais Saúde não cumpre com os objetivos de atender a população em todas as necessidades de saúde, de forma efetiva nos cumprimentos legais das legislações vigentes do SUS.

Transcorridas todas as fases e comunicados os resultados finais do processo administrativos, poderá ser dada ciência:

1. Ao Ministério Público da Saúde
2. Tribunal de contas do Estado de Minas Gerais
3. Câmara Municipal de Ibirité
4. Ao Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais.
5. À Superintendência Regional de Saúde de Belo Horizonte.

XI - ANEXOS

ANEXO I - CONTRATOS MAT/MED/INSUMOS



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



TABELA 01 - MAT/MED/INS

ORDEM	EMPRESAS/RAZÃO SOCIAL	CNPJ/MF	VIGÊNCIA		OBJETO DO CONTRATO	VALOR MENSAL INICIAL	VALOR MENSAL ATUAL	OBSERVAÇÃO
			INÍCIO	FINAL				
1	IGAR - COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.	02.129.036/0001-03	14/09/2017	14/09/2020	Locação e fornecimento de ar comprimido.	DEMANDA	DEMANDA	
2	ACQUAQUALITY SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ÁGUA LTDA.	03.905.428/0001-71	12/07/2018	13/09/2020	Contrato de locação de sistema completo de desmineralização de água.	R\$ 803,60	R\$ 803,60	
3	ALRAN COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA.	08.560.560/0001-02	14/09/2017	13/09/2020	Fornecimento de produtos hospitalares	DEMANDA	DEMANDA	
4	AMARAL.COM COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.	06.989.492/0001-76	14/09/2017	13/09/2020	Fornecimento de hortifrutis e folhosos	DEMANDA	DEMANDA	
5	ARGUS CIENTÍFICA LTDA.	71.323.117/0001-54	22/06/2018	13/09/2020	Locação de Analisador de Ions e fornecimento de insumos	R\$ 1.580,00 + DEMANDA	R\$ 1.580,00 + DEMANDA	
6	BARUK SOLUÇÕES EM COMUNICAÇÃO EIRELI	27.857.412/0001-07	19/01/2018	13/09/2020	Locação de espaço Coworking para filial de Belo Horizonte	R\$ 400,00	R\$ 400,00	
7	BHIO SUPPLY INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA.	73.297.509/0001-11	15/04/2018	13/09/2020	Comodato de equipamento "Aplicadora de clips Medium Large CT300" e fornecimento de clips.	DEMANDA	DEMANDA	
8	BUNZL HIGIENE E LIMPEZA LTDA.	10.702.092/0003-77	14/09/2017	13/09/2020	Fornecimento de materiais de limpeza, higiene e descartáveis e comodato de equipamentos	DEMANDA	DEMANDA	
9	CENTERLAB - CENTRAL DE ARTIGOS PARA LABORATÓRIOS LTDA.	02.259.625/0001-06	15/06/2018	13/09/2020	Locação de equipamento de gasometria e fornecimento de material	DEMANDA	DEMANDA	
10	CMG DIAGNÓSTICA LTDA.	04.615.966/0001-94	10/07/2018	13/09/2020	Locação de equipamento Integra 400 para laboratório e fornecimento de Insumos	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	
11	CMG DIAGNÓSTICA LTDA.	04.615.966/0001-94	18/12/2018	13/09/2020	Comodato de equipamento Bacter 9050 para laboratório e fornecimento de Insumos	DEMANDA	DEMANDA	
12	CMG DIAGNÓSTICA LTDA.	04.615.966/0001-94	11/04/2019	13/09/2020	Comodato de equipamento Cobas e411 para laboratório e fornecimento de Insumos	DEMANDA	DEMANDA	
13	DYNATECH SOFTWARE LTDA.	02.009.763/0001-29	14/09/2017	13/09/2020	Software de gestão.	R\$ 7.000,00	R\$ 3.000,00	
14	FRIGODIAS ALIMENTOS EIRELI	24.054.705/0001-50	10/07/2018	13/09/2020	Comodato de freezer e fornecimento de carnes	DEMANDA	DEMANDA	SUBSTITUIU A EMPRESA SUPER CARNE - FRIGO MOREIRA SILVA
15	JP CIRÚRGICA LTDA.	23.688.733/0001-66	14/09/2017	13/09/2020	Contrato de programação anual de fornecimento de reagentes	R\$ 608,00	R\$ 608,00	
16	JSWOLFF Comercial Hospitalar Ltda.	19.420.122/0001-65	07/06/2018	13/09/2020	Contrato de fornecimento e comodato de bombas de infusão enteral e parenteral	R\$ 15.750,00	R\$ 15.750,00	
17	LACERDA ALIMENTAÇÃO LTDA.	00.101.401/0002-19	20/03/2019	13/09/2020	Fornecimento de alimentação para pacientes	DEMANDA	DEMANDA	
18	LIFESYS INFORMÁTICA LTDA.	07.511.666/0001-53	18/06/2018	13/09/2020	Licença de uso de software e serviços	R\$ 2.120,00	R\$ 2.120,00	
19	LUIS FEIPE EBOU IABRUDI - EPP	09.471.513/0001-55	14/09/2017	13/09/2020	Locação de veículo Gol - 1.6 - 4P - GVII - Branco - Placa PZV9625 - CHASSI: 9BWAB45U8IP031383 (franquia de 4.000 km).	R\$ 1.700,00 + R\$ 0,79 KM EXTRA	R\$ 1.700,00 + R\$ 0,79 KM EXTRA	
20	MAPEL MÁQUINAS E ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.	20.232.336/0001-97	04/12/2017	13/09/2020	Assistência técnica, fornecimento de insumos e peças (60.000 cópias P&B + R\$ 0,80 por cópia colorida)	R\$ 2.580,00 + DEMANDA	R\$ 2.580,00 + DEMANDA	
21	PANIFICADORA TRADIÇÃO DO TRIGO LTDA.	09.602.648/0001-02	14/09/2017	13/09/2020	Fornecimento de pães.	DEMANDA	DEMANDA	
22	POSTO PETRO QUIRO LTDA.	21.319.801/0001-94	14/09/2017	13/09/2020	Fornecimento de combustível.	DEMANDA	DEMANDA	
23	RA FONTES	10.967.079/0001-88	10/07/2019	13/09/2020	Locação de sistemas de impressão e insumos.	R\$ 900,00 + DEMANDA	R\$ 900,00 + DEMANDA	SUBSTITUIU A EMPRESA GARCIA TREVISAN COMÉRCIO E SERVIÇOS REPROGRÁFICOS
24	RD IMAGEM E DIAGNÓSTICOS MÉDICOS EIRELI	22.203.984/0001-40	01/11/2017	13/09/2020	Locação de PACS para telerradiologia, aparelho de densitometria óssea, software	R\$ 61.500,00	R\$ 40.000,00	
25	ROSANGELA MARIA ALÍPIO GOULART	18.762.118/0001-12	20/03/2019	13/09/2020	Fornecimento de refeições	DEMANDA	DEMANDA	
26	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI	03.773.700/0083-53	01/08/2018	13/09/2020	Serviços de análises laboratoriais de parâmetros físicos, químicos e microbiológicos	DEMANDA	DEMANDA	
27	SPEEDLABOR DIAGNÓSTICOS LTDA.	06.073.953/0001-66	01/04/2018	13/09/2020	Locação de equipamento laboratorial e fornecimento	DEMANDA	DEMANDA	SUBSTITUIU A EMPRESA MT DIAGNÓSTICO LTDA.
28	SPEEDLABOR DIAGNÓSTICOS LTDA.	06.073.953/0001-66	20/06/2018	13/09/2020	Locação de equipamento laboratorial e fornecimento	DEMANDA	DEMANDA	SUBSTITUIU A EMPRESA MT DIAGNÓSTICO LTDA.
29	SPEEDLABOR DIAGNÓSTICOS LTDA.	06.073.953/0001-66	01/04/2018	13/09/2020	Comodato de equipamento laboratorial e fornecimento de kit de hemoglobina glicada	DEMANDA	DEMANDA	SUBSTITUIU A EMPRESA MT DIAGNÓSTICO LTDA.
30	SUPERMERCADOS BH COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.	04.641.376/0001-36	01/08/2018	13/09/2020	Fornecimento de gêneros alimentícios.	DEMANDA	DEMANDA	SUBSTITUIU A EMPRESA SUPERMERCADO IDEAL -
31	VALMIG COMÉRCIO E ASSESSORIA TÉCNICA DE EQUIPAMENTOS LTDA.	54.884.440/0001-88	01/02/2018	13/09/2020	Locação equipamento de ar medicinal e módulo de vácuo.	R\$ 9.500,00	R\$ 9.500,00	
32	WELTEN COMERCIAL LTDA.	23.840.655/0001-73	09/05/2018	13/09/2020	Comodato de equipamentos e fornecimento de produtos de limpeza para lavanderia e SMD.	DEMANDA	DEMANDA	SUBSTITUIU A EMPRESA MPIRES FERNANDES E CIA LTDA.
33	CONSORCIO OPERACIONAL DO TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS POR ÔNIBUS DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE - TRANSFÁCIL	04.398.505/0001-07	17/12/2018	INDETERMINADO	Cessão de uso dos cartões BHBus de vale transporte.	DEMANDA	DEMANDA	
34	CONSORCIO ÓTIMO DE BILHETAGEM ELETRÔNICA	10.426.715/0001-64	29/11/2018	INDETERMINADO	Carga de vale transporte nos cartões Ótimo Vale Transporte.	DEMANDA	DEMANDA	



ANEXO II - CONTRATOS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS/ASSESSORIA





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



TABELA 02 - SERV/ASSES

ORDEN	RELAÇÃO DE EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E ASSESSORIA							
	EMPRESAS/RAZÃO SOCIAL	CNPJ/M F	VIGÊNCIA		OBJETO DO CONTRATO	VALOR MENSAL INICIAL	VALOR MENSAL ATUAL	OBSERVAÇÃO
			INÍCIO	FINAL				
1	ADVANCED CONTABILIDADE E APOIO ADMINISTRATIVO LTDA.	10.783.585/0001-17	14/09/2017	13/09/2020	Prestação de serviços de assessoria fiscal.	R\$ 8.000,00	R\$ 7.000,00	
2	ADVANCED CONTABILIDADE E APOIO ADMINISTRATIVO LTDA.	10.783.585/0001-17	14/09/2017	13/09/2020	Prestação de serviços de assessoria contábil.	R\$ 12.000,00	R\$ 11.200,00	
3	AFT MULTISERVIÇOS LTDA.	15.798.665/0001-60	01/01/2019	13/09/2020	Administração de recursos humanos e departamento pessoal	R\$ 2.800,00 + DEMANDA	R\$ 2.800,00 + DEMANDA	SUBSTITUIU A EMPRESA AFTY TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.
4	AIG VIGILÂNCIA LTDA.	23.520.482/0001-06	10/08/2019	13/09/2020	Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial.	R\$ 21.695,62	R\$ 21.695,62	SUBSTITUIU A EMPRESA EFICIENCIA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.
5	ALPHA VIDAS - JEFFERSON FERNANDO DA CUNHA	29.746.433/0001-72	29/08/2019	13/09/2020	Prestação de serviços de atendimento em ambulância básica.	DEMANDA	DEMANDA	SUBSTITUIU A EMPRESA EDER LÚCIO MARQUES PARREIRAS - MINAS VIDA
6	ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE MINAS GERAIS	17.214.743/0013-09	12/04/2019	13/09/2020	Prestação de serviços de hemodálise e custo de utilização de equipamentos de hemodálise e osmose reversa.	R\$ 1.500,00 + DEMANDA	R\$ 1.500,00 + DEMANDA	SUBSTITUIU A EMPRESA ATMED - ASSISTENCIA TÉCNICA EM EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA.
7	BUENO NETO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	26.649.238/0001-24	01/08/2019	13/09/2020	Prestação de serviços jurídicos.	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	SUBSTITUIU A EMPRESA BRUNO BURGARELLI ADVOGADOS ASSOCIADOS
8	CASE - CONSULTORIA E ASSESSORIA EM SAÚDE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	11.545.296/0001-42	14/09/2017	13/09/2020	Consultoria e auditoria assistencial e de processos	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	
9	FOCO CONTROLE DE PRAGAS LTDA.	11.825.715/0001-08	14/09/2017	13/09/2020	Controle de pragas urbanas	R\$ 828,00	R\$ 828,00	
10	FOCUS DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA.	08.564.027/0001-19	14/09/2017	13/09/2020	Implantação do sistema assistencial, prestação de serviços de instalação, treinamento e locação de software para informatização.	R\$ 40.000,00	R\$ 10.000,00	
11	GOLDEN SOLUTION CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL LTDA.	11.217.172/0001-38	14/09/2017	13/09/2020	Prestação de serviço de implementação de processos de trabalho, assessoria nas demandas administrativas da SMS/Ibirité/MG.	R\$ 30.000,00	R\$ 18.000,00	
12	GOTRAK SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA.	20.019.934/0001-82	01/03/2019	13/09/2020	Prestação de serviços de controle patrimonial de equip. médicos e monitoramento por câmeras.	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	
13	HEISEI ASSISTÊNCIA MÉDICA S/S	09.580.997/0001-70	01/09/2018	13/09/2020	Assessoria administrativa.	R\$ 48.000,00	R\$ 48.000,00	
14	INSTITUTO HERMES PARDINI S.A.	19.378.769/0001-76	21/06/2018	13/09/2020	Prestação de serviços laboratoriais	DEMANDA	DEMANDA	
15	HIDROTEC TRATAMENTO DE ÁGUA LTDA.	07.273.735/0001-38	14/09/2017	13/09/2020	Tratamento e controle da qualidade da água setor de	R\$ 1.700,00	R\$ 1.700,00	
16	HR IN THE WORLD - VIAGENS, INTERCAMBIO E CURSOS NO EXTERIOR EIRELI	22.246.575/0001-21	14/09/2017	13/09/2020	Prestação de serviços de gerenciamento no	DEMANDA	DEMANDA	
17	I. L. - HAND NET COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.	11.855.021/0001-05	01/11/2018	13/09/2020	Prestação de serviços de informática	R\$ 700,00	R\$ 700,00	
18	J.A.M. GESTÃO E APOIO A SAUDE EIRELI	30.132.079/0001-75	05/04/2018	13/09/2020	Assessoria técnica	R\$ 16.000,00	R\$ 12.000,00	
19	KATER TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	12.057.698/0001-60	14/09/2017	13/09/2020	Prestação de serviço de comunicação multimídia	R\$ 1.390,00	R\$ 1.390,00	
20	LABORATÓRIO ANDRADE LEITE LTDA.	29.293.532/0001-46	20/03/2018	13/09/2020	Prestação de serviço em exames laboratoriais citopatológicos do	DEMANDA	DEMANDA	
21	LABORATÓRIO DE ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOPATOLÓGICA	03.313.300/0001-19	06/10/2018	13/09/2020	Prestação de serviço laboratorial de anatomia	DEMANDA	DEMANDA	
22	LUCIENE DE LUCA MENDES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	29.790.333/0001-43	31/01/2018	13/09/2020	Consultoria jurídica trabalhista	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	
23	MEDICAL-HOSP ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA.	04.523.992/0001-92	17/10/2018	13/09/2020	Prestação de serviços de engenharia clínica.	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	SUBSTITUIU A EMPRESA MEGA SOLUÇÕES CIENTÍFICA E LOCAÇÃO LTDA.
24	MCOMPANY MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA.	15.414.655/0001-83	01/10/2017	13/09/2020	Prestação de serviços médicos ocupacional e segurança do	R\$ 3.000,00 + DEMANDA	R\$ 3.000,00 + DEMANDA	
25	NÚCLEO DE NEFROLOGIA DE BELO HORIZONTE LTDA.	70.947.213/0001-00	14/09/2017	13/09/2020	Prestação de serviços nefrológicos.	DEMANDA	DEMANDA	
26	ELEVADORES OTIS LTDA.	29.739.737/0005-36	14/09/2017	13/09/2020	Manutenção preventiva e corretiva elevadores	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	
27	PAULO DE ABREU 35984864649 - PA MANUTENÇÕES E MONTAGENS	23.484.655/0001-88	14/09/2017	13/09/2020	Prestação de serviços de manutenção mecânica e	R\$ 4.000,00	R\$ 5.000,00	
28	SAFI SERVIÇO AVANÇADO DE FISIOTERAPIA INTENSIVA LTDA.	18.706.586/0001-70	14/09/2017	13/09/2020	Prestação de Serviços de Fisioterapia	R\$ 21.800,00	R\$ 21.800,00	
29	SAPRA LANDAUER SERVIÇO DE ASSESSORIA E PROTEÇÃO RADIOLOGICA	50.429.810/0001-36	16/11/2017	13/09/2020	Serviços de assessoria e monitoração pessoal,	DEMANDA	DEMANDA	
30	SEMPRE - SAÚDE E MEDICINA PREVENTIVA S/S	16.403.068/0001-51	01/09/2018	13/09/2020	Prestação de serviços de assessoria financeira, fiscal, controladoria e prestação de contas.	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00	
31	SURE LOGÍSTICA EIRELI - LOGILIFE LOGÍSTICA	17.062.517/0001-08	07/06/2018	13/09/2020	Transporte de material biológico	R\$ 5.087,65	R\$ 5.000,00	
32	TKS AUDITORIA E CONTABILIDADE S/S	26.351.343/0001-94	14/09/2017	13/09/2020	Prestação de serviços de auditoria contábil, por exigência contratual.	R\$ 14.466,10	R\$ 9.000,00	
33	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	-	14/04/2018	INDETERMINADO	Envio de correspondências.	DEMANDA	DEMANDA	



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



ANEXO III - EMPRESAS MÉDICAS

Anexo 03 - Relação das empresas médicas contratadas pela OS

Ordem	RAZÃO SOCIAL	CNPJ	NOME	MÉDICOS			TERMINO	VALOR INICIAL	VALOR ATUAL	OBSERVAÇÃO
				ESPECIALIDADE	SETOR	INICIO				
1	RCS EIRELI	17.836.262/0001-93	DIVERSOS	SERVIÇOS MÉDICOS DIVERSOS	DIVERSOS	14/09/2017	30/04/2019	DEMANDA	DEMANDA	SUBSTITUÍDA PELOS MÉDICOS ABAIXO
2	ACMED SERVICOS MEDICOS	24.492.533/0001-04	FLAVIANA ESTHER COIMBRA SILVA	CLÍNICA MÉDICA	UTI	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA	
3	AFMED SERVICOS MEDICOS LTDA	34.513.530/0001-55	ALFREDO FRANCO BARROCA	CLÍNICA MÉDICA	UPA/UTI	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA	
4	AFONSO E ARAUJO SERVICOS MEDICOS LTDA	32.218.470/0001-12	FERNANDA ARAUJO SÁ	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA	
5	ALDERMA CLÍNICA DE ALERGIA E DERMATOLOGIA EIRELI ME	21.513.522/0001-67	ANAMARIA PINHEIRO DE CASTRO PIRES	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA	
6	ALEMED SERVICOS MEDICOS	31.652.866/0001-00	LEANDRO DE SOUZA MAIA	CLÍNICA MÉDICA	CTI/UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA	
7	ALEMED SERVICOS MEDICOS	31.652.866/0001-00	MARCOS RODRIGUES DA SILVA	CLÍNICA MÉDICA	UPA/UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA	
8	ALT SERVICOS MEDICOS LTDA	18.276.672/0001-90	CAROLINA BARBOSA DE SOUSA PINTO	PEDIATRIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA	
9	ALVES CORREA SERVICOS MEDICOS S/S	23.324.303/0001-65	SAMIRHA ALVES CORREA	OBSTETRICIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA	
10	ANTONIO CARLOS MAIA SOARES - ME	32.818.391/0001-42	ANTONIO CARLOS MAIA SOARES	ANESTESIOLOGIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA	
11	AQUARIO SERVICOS MEDICOS LTDA	23.338.264/0001-55	VANESSA ROCHA LOPES AGUIAR	ORTOFEDIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA	
12	ASTARUTH GUIMARAES FROEDE SERVICOS MEDICOS LTDA	33.428.171/0001-75	ASTARUTH FROEDE	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA	
13	BFG SERVICOS MEDICOS LTDA	33.600.799/0001-06	BARBARA VIEIRA SOARES	PEDIATRIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA	
14	BFG SERVICOS MEDICOS LTDA	33.600.799/0001-06	GUIHERME LEITE ZAMBELLI DE ALMEIDA	PEDIATRIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA	
15	BRASILEIA SERVICOS MEDICOS	20.776.603/0001-97	KLEUBER MEIRELES MARTINS	PEDIATRIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA	
16	BRUNA C.L. AMORIM - ME	27.708.183/0001-50	BRUNA CERQUEIRA LIMA AMORIM	OBSTETRICIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA	
17	CAU MEDICAL GROUP SERVICOS MEDICOS LTDA	34.507.552/0001-02	DANILO CALI	CLÍNICA MÉDICA	CTI	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA	
18	CARVALHO MEDEIROS SERVICOS MEDICOS LTDA	27.966.501/0001-83	EDUARDO CARVALHO DE MEDEIROS	CIRURGIA	CC	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA	
19	CARVALHO MEDEIROS SERVICOS MEDICOS LTDA	27.966.501/0001-83	FREDERICO CARVALHO DE MEDEIROS	NEUROLOGIA	UPA / UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA	
20	CENTRO MEDICO DR. SAUDE LTDA - ME	26.736.364/0001-28	FILUPE MIRANDA LANGE	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA	
21	CIBERMED SERVICOS MEDICOS	26.309.722/0001-16	PEDRO ANTONIO NETO	PEDIATRIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA	
22	CLÍNICA MÉDICA MEDICAL CARE LTDA	26.167.243/0001-02	ELISA CADE LEITE DA MATA	OBSTETRICIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA	
23	CLÍNICA TATIE CENTRO DE ESPECIALIDADES LTDA	05.316.036/0001-00	ROBSON FERNANDES DO ESPIRITO SANTO	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA	
24	CONSAUDE VICOSA LTDA	05.676.290/0001-01	REINALDO COUTO GOMES	CLÍNICA MÉDICA	UTI	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA	
25	DIL SERVICOS MEDICOS	33.961.831/0001-89	DEBORA MEIRA FERNANDES	OBSTETRICIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA	
26	DL SOCIEDADE MÉDICA LTDA	33.252.736/0001-06	DEVISON VILAÇA DE MOURA	PEDIATRIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA	



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



ANEXO III - EMPRESAS MÉDICAS

27	EBRACO SAUDE BEM-ESTAR EIRELI - ME	32.089.025/0001-08	WILLIAM MIRANDA ESCOBAR	PEDIATRIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
28	ECUMED SERVIÇOS MÉDICOS	23.527.667/0001-42	ELISA DO CARMO VIANA	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
29	EQUIPE DE ATENDIMENTO DE PRONTO SOCORRO DE NOVA LIMA LTDA - EPP	19.377.061/0001-09	ADRIANA CARVALHO MARCONDES DE OLIVEIRA	CLÍNICA MÉDICA	UTI	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
30	EQUIPMED SERVIÇOS MÉDICOS	26.309.205/0001-47	LUÍS HENRIQUE COUTO SENNA	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
31	EQUIPMED SERVIÇOS MÉDICOS	26.309.205/0001-47	MIGUEL ÂNGELO GIOVANNI NORONHA JUNIOR	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
32	EXTINIMED SERVIÇOS MÉDICOS	30.975.389/0001-51	ALFREDO FRANCO BARROCA	CLÍNICA MÉDICA	UPA/CTI	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
33	EXTINIMED SERVIÇOS MÉDICOS	30.975.389/0001-51	DÉBORA MARTINS BRITO	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
34	F V DE CASTRO CARNEIRO MEDICINA INTERNA LTDA	29.306.223/0001-63	JUAREZ VALADARES CARNEIRO DUTRA	CLÍNICA MÉDICA	CTI	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
35	FA MEDICOS ASSOCIADOS LTDA	30.900.411/0001-02	FABRICIO JUNQUEIRA DE MELO	ANESTESIOLOGIA	CC	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
36	FABERIMED SERVIÇOS MÉDICOS	25.071.890/0001-75	THAÍS ANDRESSA DA SILVA	CIRURGIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
37	FCI PRESTACÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	17.903.565/0001-81	FÁBIO VENTURA FERREIRA	PEDIATRIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
38	FEMELLE NÚCLEO DE EXCELENCIA EM GINECOLOGIA LTDA	02.874.418/0001-53	CARLA BEATRIZ DE SOUZA ALVES	OBSTETRÍCIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
39	FONSECA & ORIGIA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	33.765.436/0001-20	LUÍS GUSTAVO ORIGIA	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
40	FP SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS LTDA	32.620.933/0001-78	POLIANA DA SILVA GOMES	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
41	FRONTALMED SERVIÇOS MÉDICOS	28.778.217/0001-46	CLARA FILGÊNCIO NEIVA	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
42	G1 SERVIÇOS MÉDICOS	20.626.980/0001-56	LUÍZ CARLOS TEIXEIRA	CIRURGIA	CC	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
43	GASTROSTAR S. S. LTDA	32.510.301/0001-51	PAULA OLIVEIRA VIEIRA	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
44	GONÇALVES E ABREU CONSULTORIA E ASSESSORIA MÉDICA E HOSPITALAR LTDA	08.161.791/0001-43	ANDRÉ MESQUITA DE ABREU	CIRURGIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
45	IGR SERVIÇOS MÉDICOS	21.146.925/0001-15	CLÁUDIO LIBÂNIO TEIXEIRA NETO	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
46	IMPOMED SERVIÇOS MÉDICOS	31.562.346/0001-07	KELLY DE FREITAS E SILVA	CLÍNICA MÉDICA	UPA/UBA/CTI	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
47	INTERMED SERVIÇOS MÉDICOS	24.493.648/0001-05	JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
48	IS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	14.677.572/0001-14	JULIANO SANTOS ARRIEIRO	ANESTESIOLOGIA	CC	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
49	JOMED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	12.232.486/0001-72	ALAN SANTOS CRUZ	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
50	JOMED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	12.232.486/0001-72	MARCELO PAULA DE OLIVEIRA	CIRURGIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
51	JEM SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	33.093.752/0001-01	JORDANA FIGUEIREDO ZABRONI	PEDIATRIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
52	JEM SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	33.093.752/0001-01	MARINA RODRIGUES ALVES BRALJO	PEDIATRIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
53	JHPMED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	33.023.866/0001-77	JOSÉ HÉLIO PIMENTEL	PEDIATRIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
54	JMS TOLENTINO SE	27.859.696/0001-62	JÉSSICA MAYHARA SOUZA TOLENTINO	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
55	JTBMED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	13.024.828/0001-21	RAFAELA DE MORAIS GONÇALVES	CIRURGIA	CC	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
56	JUNQUEIRA E ALENCAR	33.523.108/0001-18	GUILHERME JUNQUEIRA SOUZA	CIRURGIA	CC	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



ANEXO III - EMPRESAS MÉDICAS

57	LANKA SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI	31.581.586/0001-59	LAYS BARBOSA DE OLIVEIRA	CLÍNICA MÉDICA	UPA / UIA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
58	LIFECARE SERVIÇOS MÉDICOS S/S LTDA	32.248.014/0001-15	ALEXANDRE MILAGRES JÚNIOR	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
59	LINA MARIA DE MENEZES NEVES	25.236.635/0001-13	LINA MARIA DE MENEZES NEVES	OBSTETRÍCIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
60	LUCAS ALVES BARROSO	33.185.860/0001-04	LUCAS ALVES BARROSO	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
61	M & W MEDICINA LTDA	33.935.124/0001-18	MARCOS RODRIGUES DA SILVA	CLÍNICA MÉDICA	UPA/UIA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
62	MAGNOLIA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA	34.481.884/0001-65	CEZAR DA SILVA GOUVEA	CLÍNICA/PEDIATRIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
63	MAGNOLIA SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA	34.481.884/0001-65	PATRICIA RODRIGUES SILVEIRA	PEDIATRIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
64	MBMED SERVIÇOS MÉDICOS	33.375.367/0001-49	CAMILA TONINI VEIRA	CLÍNICA MÉDICA	UTI	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
65	MED GRAF SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	32.565.818/0001-48	GUILHERME VIEIRA CUNHA	ANESTESIOLOGIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
66	MED PLUS CENTRO OESTE MINAS LTDA	27.413.651/0001-60	ENOS ITAMAR CAVALCANTI NOGUEIRA	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
67	MED PLUS CENTRO OESTE MINAS LTDA	27.413.651/0001-60	LEONARDO DE OLIVEIRA FERNANDES LOUREIRO	PEDIATRIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
68	MEDICARE ASSISTENCIA MÉDICA LTDA	31.996.297/0001-10	DÉBORA MARTINS BRITO	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
69	MEDICLÍNICA MARIA ELAINE LTDA	31.388.512/0001-09	CRISTINA SOFIA CANDIA BARRIENTOS	CLÍNICA MÉDICA	CTI	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
70	MEDICAL LIFE SERVIÇOS MÉDICOS	19.367.669/0001-44	CAROLINA DE AGUIAR PAIVA CANESCHI	ANESTESIOLOGIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
71	NATHALVA GONÇALVES SIQUEIRA	31.136.873/0001-50	NATHALVA GONÇALVES SIQUEIRA	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
72	NUNES E NEVES SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	34.348.766/0001-83	FERNANDA NUNES COELHO SIQUEIRA PINTO	QUIRURGIA	CC	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
73	NUTRIHUMANA MED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	20.502.575/0001-10	IVAM MARTINS ABDALA	CLÍNICA MÉDICA	UTI	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
74	PAES LEME CAVALCANTE EIRELI	31.939.361/0001-21	VINÍCIUS PAES LEME CAVALCANTE CAMPOS	CLÍNICA/ANESTESIOLOGIA	UPA/MATER	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
75	PATRICIA COSTA SANT'ANA	31.101.674/0001-06	PATRICIA COSTA SANT'ANA	QUIRURGIA	CC	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
76	PF MARÇAL SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI	30.648.368/0001-21	PRISCILA FREITAS MARÇAL	QUIRURGIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
77	PRAXIMED SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA	11.431.176/0001-14	RAFAEL PEREIRA MANSUR	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
78	PRAXIMED SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA	11.431.176/0001-14	SUZANA ALINE SILVA REIS	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
79	PRESTMED SERVIÇOS MÉDICOS	26.391.488/0001-19	BRUNO SAMUEL JOSÉ LUIZ DE ARAÚJO	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
80	PRIMAMED SERVIÇOS MÉDICOS	26.277.731/0001-80	LUIZA ROGÉRIO	QUIRURGIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
81	QUEBEC SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	21.260.678/0001-83	MARIANA DE LIMA RIBEIRO	CLÍNICA MÉDICA/PEDIATRIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
82	QUEBEC SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	21.260.678/0001-83	MARIANE NASCIMENTO FIGUEIREDO AMARAL	PEDIATRIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
83	QUEIROZ E SILVA SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA	28.348.037/0001-24	KÉZIA BETÂNIA DA SILVA	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
84	RAYANE SANTOS VIDA EIRELI	31.095.865/0001-02	RAYANE SANTOS VIDA	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
85	RCVIMED SERVIÇOS MÉDICOS	23.148.780/0001-17	THIAGO ORSI GUIMARAES ROMANO	ORTOPEDIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
86	REDMED SERVIÇOS MÉDICOS	12.213.454/0001-20	DANILO CALI	CLÍNICA MÉDICA	CTI	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



ANEXO III - EMPRESAS MÉDICAS

87	REDMED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	12.213.454/0001-20	FERNANDO DE AZEVEDO LAMANA	CIRURGIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
88	RESSACAPEDI SERVIÇOS MÉDICOS	32.510.617/0001-43	ANNE GABRIELA CORREIA PEREIRA	PEDIATRIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
89	RESSACAPEDI SERVIÇOS MÉDICOS	32.510.617/0001-43	CARLOS EDUARDO DA SILVA	PEDIATRIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
90	RNIMED MEDICOS INTEGRADOS LTDA	31.806.937/0001-82	WALTER CARLOS SANTOS DE OLIVEIRA	CIRURGIA	UPA / CC	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
91	SABRA SERVIÇOS DE ANESTESIOLOGIA DO HOSPITAL DA BAHIA LTDA	12.264.820/0001-70	CARLOS ALBERTO CAMPOS	ANESTESIOLOGIA	MATER/CC	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
92	SALUS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	33.906.318/0001-95	KELLY DE FREITAS E SILVA	CLÍNICA MÉDICA	UPA/UA/CTI	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
93	SÉCULO SERVIÇOS MÉDICOS	21.332.029/0001-40	VANESSA FERREIRA REIS	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
94	SEMPREMED SERVIÇOS MÉDICOS	31.737.043/0001-88	DANIELE LIMA DE CARVALHO DE VALENÇA	CIRURGIA	CC	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
95	SINQDES E ALMEIDA DIAGNOSTICA EM MEDICINA E PSICOLOGIA LTDA	28.255.304/0001-19	RODRIGO SIMÕES DE ALMEIDA	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
96	SIMPLESMED SERVIÇOS MÉDICOS	26.196.862/0001-25	RUBENS MENDES CANUTO DE OLIVEIRA	ANESTESIOLOGIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
97	SMR C - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS C LTDA	21.876.242/0001-13	BRUNA HAUSEN FIGUEIREDO	CIRURGIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
98	SMR CUI - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CUI LTDA	31.031.786/0001-38	LUANA ALVES DE MEDEIROS	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
99	SMR CLIV - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLIV LTDA	31.031.977/0001-08	MARINA MAGALHÃES BASTOS	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
100	SMR CLIX SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLIX LTDA	31.031.871/0001-04	RAFAEL MEDEIROS CAETANO	ORTOPEDIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
101	SMR CLVVI SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLVVI LTDA	31.031.924/0001-89	BIANCA PRUDENTE PERES GONTIJO	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
102	SMR CLVVI SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLVVI LTDA	31.031.924/0001-89	KHALILA ROCHA	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
103	SMR CLXII - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXII LTDA	31.313.681/0001-71	ANNA CAROLINA PEREIRA JACOME	OBSTETRÍCIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
104	SMR CLXII - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXII LTDA	31.313.947/0001-86	FLÁVIO NUNES LINS	OBSTETRÍCIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
105	SMR CLXVI - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXVI LTDA	31.313.926/0001-60	DANIEL GONÇALVES QUIROGA	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
106	SMR CLXVI - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXVI LTDA	31.313.926/0001-60	PRISCILLA RODRIGUES DE OLIVEIRA	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
107	SMR CLXVII - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXVII LTDA	31.313.900/0001-12	MATEUS MARQUES DE AMORIM	CIRURGIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
108	SMR CLXVII - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXVII LTDA	31.313.900/0001-12	PHELPE GABRIEL DOS SANTOS SANT'ANA	CIRURGIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
109	SMR CLXIX - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXIX LTDA	31.621.707/0001-49	TULIO DE CASTRO COSTA	ORTOPEDIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
110	SMR CLXXI - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXXI LTDA	31.621.696/0001-05	PAULO CÉSAR DE FARIA JÚNIOR	CIRURGIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
111	SMR CLXXI - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXXI LTDA	31.621.696/0001-05	CAIO SILVA ALVES	PEDIATRIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
112	SMR CLXXII - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXXII LTDA	31.621.696/0001-05	CAIQUE ANTÔNIO DA SILVA	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
113	SMR CLXXIX - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXXIX	31.621.549/0001-27	MARINA FERNANDES DIAS	OBSTETRÍCIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
114	SMR CLXXV - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXXV LTDA	31.621.662/0001-02	LUCAS GUILHERME DE OLIVEIRA FREITAS	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
115	SMR CLXXVII - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXXVII LTDA	31.621.596/0001-70	CÉLIO ZACARIAS ROSA	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
116	SMR CLXXVII - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXXVII LTDA	31.621.596/0001-70	JÉSSICA ALMEIDA HORTA DUARTE	OBSTETRÍCIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



ANEXO III - EMPRESAS MÉDICAS

117	SMR CLXXVII SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXXVII LTDA.	31.621.596/0001-70	LÚVIA MARIA SOUZA MACEDO	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
118	SMR CLXXVIII SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXXVIII LTDA.	31.621.564/0001-75	JORDÂNIA ALKIMIM JORDÃO	CIQUIRIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
119	SMR CLXXIX SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXXIX LTDA.	31.621.564/0001-75	RAYANNE MARQUES ARAÚJO BARRETO	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
120	SMR CLXXX SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXXX LTDA.	31.621.538/0001-47	ANA CAROLINA LEMOS ROSÁRIO DE AZEVEDO	CIQUIRIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
121	SMR CLXXXI SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXXXI LTDA.	31.621.538/0001-47	REGINALDO NUNES DE ARAÚJO JUNIOR	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
122	SMR CLXXXII SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXXXII LTDA.	33.072.092/0001-74	THIAGO BARBOSA AMARAL	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
123	SMR CLXXXIII SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXXXIII LTDA. - ME	24.438.342/0001-56	ALINE OLIVEIRA SÃO LEÃO	OBSTETRICIA	MATERINIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
124	SMR CLXXXIV SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXXXIV LTDA.	27.001.265/0001-60	GABRIEL OLIVEIRA BORGES GUEBIA FARIAS LOPES	OBSTETRICIA	MATERINIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
125	SMR CLXXXV SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXXXV LTDA.	30.592.461/0001-61	LEONARDO GOMES ALVES	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
126	SMR CLXXXVI SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXXXVI LTDA.	30.592.450/0001-81	TADEU MAGELA SOUZA COELHO	ANESTESIOLOGIA	MATERINIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
127	SMR CLXXXVII SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXXXVII LTDA.	30.592.431/0001-55	RAFAEL MIRANDA DE OLIVEIRA NETTO	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
128	SMR CLXXXVIII SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXXXVIII LTDA.	30.592.419/0001-40	ANA CAROLINA OTONI RUSSO	OBSTETRICIA	MATERINIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
129	SMR CLXXXIX SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXXXIX LTDA.	30.592.419/0001-40	GISELE APARECIDA BORGES FERREIRA	PEDIATRIA	MATERINIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
130	SMR CLXXXX SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXXXX LTDA.	30.592.379/0001-37	PATRICIA RESENDE PENIDO	OBSTETRICIA	MATERINIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
131	SMR CLXXXXI SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXXXXI LTDA.	30.592.379/0001-37	RAQUEL FERREIRA NOGUEIRA	CIQUIRIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
132	SMR CLXXXXII SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXXXXII LTDA.	30.592.387/0001-83	FREDERICO NOGUEIRA PEREIRA	CIQUIRIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
133	SMR CLXXXXIII SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXXXXIII LTDA.	30.592.387/0001-83	LILIANE DE ABREU ROSA DE ALCANTARA	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
134	SMR CLXXXXIV SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXXXXIV LTDA.	30.592.368/0001-57	VIVIANE WILLIG BRASIL	CIQUIRIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
135	SMR CLXXXXV SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXXXXV LTDA.	27.001.652/0001-05	RAFAEL ALVES MALOSSO	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
136	SMR CLXXXXVI SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXXXXVI LTDA. - ME	27.001.724/0001-06	LAURA DE MELO BONFIM	OBSTETRICIA	MATERINIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
137	SMR CLXXXXVII SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXXXXVII LTDA. - ME	27.001.724/0001-06	LAURO CARNEIRO NETO	OBSTETRICIA	MATERINIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
138	SMR CLXXXXVIII SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXXXXVIII LTDA. - ME	27.001.724/0001-06	PEDRO RAFAEL FARIAS FERREIRA	OBSTETRICIA	MATERINIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
139	SMR CLXXXXIX SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXXXXIX LTDA. - ME	27.000.962/0001-05	LUCIANA SOUZA SILVA	PEDIATRIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
140	SMR CLXXXXX SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXXXXX LTDA. - ME	27.002.226/0001-88	VINÍCIUS GOMES SOUZA	OBSTETRICIA	MATERINIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
141	SMR CLXXXXXI SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXXXXXI LTDA.	27.003.025/0001-03	GUSTAVO MICENA DE ARAÚJO	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
142	SMR CLXXXXXII SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXXXXXII LTDA. - ME	29.012.074/0001-20	MARCELA PINHEIRO CAMPOS MATOS	PEDIATRIA	MATERINIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
143	SMR CLXXXXXIII SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXXXXXIII LTDA.	29.012.087/0001-07	PEDRO MANUEL GARRIDO MOLINA	NEUROLOGIA	UPA/CTI	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
144	SMR CLXXXXXIV SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXXXXXIV LTDA.	29.012.087/0001-07	DANIELLE CAROLINE ALVES DE BRITO	OBSTETRICIA	MATERINIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
145	SMR CLXXXXXV SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXXXXXV LTDA.	29.012.087/0001-07	OLÍVIA MARIA DE SOUSA BARRETO	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
146	SMR CLXXXXXVI SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CLXXXXXVI LTDA. - ME	29.012.214/0001-60	RAMON FAZZOLO DE MADAI	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



ANEXO III - EMPRESAS MÉDICAS

147	SMR CXXXI SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CXXXI LTDA - ME	29.012.214/0001-60	RENATO GOMES DE SOUZA NASCIMENTO	CIURGIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
148	SMR CXXXII SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CXXXII LTDA - ME	29.012.179/0001-89	DANIEL DAVI GUEDES DE MOURA	ANESTESIOLOGIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
149	SMR II - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS II LIMITADA - ME	18.518.181/0001-08	CYNTHIA FERREIRA DOS REIS	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
150	SMR III - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS III LIMITADA - ME	18.518.181/0001-08	KAROLINE MENZES DA COSTA CARDOSO	OBSTETRÍCIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
151	SMR I SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS CXIV LIMITADA - ME	19.918.787/0001-01	BERENICE CALEGAR CAMARINHA	CIURGIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
152	SMR LI - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS LI LTDA	19.925.732/0001-10	IVAN FERREIRA REZENDE	ORTOPEDIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
153	SMR LIH - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS LIH LTDA	19.943.506/0001-62	FERNANDO JÚNIOR ASSIS PEIXOTO	CIURGIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
154	SMR LVI - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS LVI LTDA - ME	19.943.506/0001-62	LUANA GONÇALVES DE SOUZA	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
155	SMR LVI - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS LVI LTDA - ME	19.925.855/0001-51	BRENO MURIEL DE OLIVEIRA FONSECA SR	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
156	SMR LVII - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS LVII LTDA	19.943.550/0001-72	PATRICIA ESTEVES CORDEIRO	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
157	SMR LXI - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS LXI LIMITADA - ME	20.921.985/0001-03	PETERSON ALVARES OTTEIRO	CIURGIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
158	SMR LXIII - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS LXIII LIMITADA - ME	20.975.774/0001-45	LEILANE LEMES NEIVA	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
159	SMR LXIII - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS LXIII LTDA	20.975.774/0001-45	DALLIA DE SOUSA LIMA	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
160	SMR LXV - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS LXV LIMITADA - ME	20.975.889/0001-30	PEDRO MARCOS SILVA E GONÇALVES	ANESTESIOLOGIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
161	SMR LXVIII - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS LXVIII LIMITADA	20.975.851/0001-67	THAIS BOSI NONATO	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
162	SMR LXIX - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS LXIX LIMITADA - ME	21.353.635/0001-42	PEDRO HENRIQUE MAGALHÃES LIMA	ANESTESIOLOGIA	CC	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
163	SMR LXXX - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS LXXX LIMITADA	21.353.923/0001-05	IZABELA MORAES ALVES	OBSTETRÍCIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
164	SMR LXXX - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS LXXX LIMITADA	21.353.923/0001-05	ROSANE TERRA SILVA	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
165	SMR LXXV - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS LXXV LTDA	21.353.805/0001-99	ANA PAULIA ABREU SILVA	OBSTETRÍCIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
166	SMR LXXV - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS LXXV LTDA	21.353.805/0001-99	GABRIEL WINSTON DE CARVALHO NASCIMENTO	ORTOPEDIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
167	SMR LXXVII - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS LXXVII LTDA	21.353.871/0001-69	KELLY VIEIRA PRATES	PEDIATRIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
168	SMR LXXVIII - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS LXXVIII LIMITADA - ME	21.353.903/0001-26	CASSIA VERCOSA JARDIM	PEDIATRIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
169	SMR LXXVIII - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS LXXVIII LIMITADA - ME	21.353.903/0001-26	MARLEY WILL	PEDIATRIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
170	SMR LXXXIV - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS LXXXIV LIMITADA	21.820.631/0001-27	DANIELA FERNANDA BONVINO ROMERO	PEDIATRIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
171	SMR LXXXIX - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS LXXXIX LIMITADA - ME	21.840.487/0001-90	ALZIRA PEREIRA PAÇO CASTEDO	PEDIATRIA	MATER/ UI	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
172	SMR LXXXIX - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS LXXXIX LIMITADA - ME	21.840.487/0001-90	NATARA CAROLINA DOURADO	PEDIATRIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
173	SMR LXXXVII - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS LXXXVII LIMITADA - ME	21.839.625/0001-11	ANA FLÁVIA CAMPOS FARNESE	PEDIATRIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
174	SMR LXXXVII - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS LXXXVII LIMITADA - ME	21.839.625/0001-11	RENATA DE LIMA MATOS	OBSTETRÍCIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
175	SMR LXXXVIII - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS LXXXVIII LTDA	21.840.047/0001-33	ARLETE CRISTINA DA CRUZ MUNIZ	ANESTESIOLOGIA	MATER/ CC	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
176	SMR VI - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS VI LIMITADA - ME	18.737.142/0001-00	CESAR RODRIGO DE SOUZA	ANESTESIOLOGIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



ANEXO III - EMPRESAS MÉDICAS

177	SMR VII - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS VIII LTDA.	18.669.385/0001-40	MÔNICA FERNANDES NOGUEIRA	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
178	SMR X - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS X LIMITADA - ME	18.669.040/0001-96	LEONARDO MENDES CASTRO ALVES	ORTOPEDIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
179	SMR X - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS X LIMITADA - ME	18.669.040/0001-96	LUIZ OCTÁVIO XAVIER SILVEIRA	ORTOPEDIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
180	SMR XC - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS XC LTDA.	21.844.211/0001-80	ÁQUILA LACERDA PEREIRA	OBSTETRICIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
181	SMR XC - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS XC LTDA.	21.844.211/0001-80	RAQUEL ANASTÁCIO DA CUNHA	PEDIATRIA	MATER/ UI	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
182	SMR XCIII - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS XCIII LIMITADA - ME	21.861.663/0001-70	OSIAS DE MAGALHÃES	ANESTESIOLOGIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
183	SMR XCV - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS XCV LIMITADA	21.867.689/0001-26	FERNANDA NUNES COELHO SOQUEIRA PINTO	CIRURGIA	CC	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
184	SMR XCV - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS XCV LIMITADA	21.867.689/0001-26	HELDER ALVES CAETANO	PEDIATRIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
185	SMR XCV - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS XCV LIMITADA	21.867.689/0001-26	MARINA RANGEL MOREIRA BARROS ALVES	OBSTETRICIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
186	SMR XCVII - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS XCVII LIMITADA - ME	21.867.662/0001-33	JOÃO PAULO QUINTÃO FOSCOLO MELO	ORTOPEDIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
187	SMR XIII - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS XIII LIMITADA - ME	18.872.542/0001-10	VICTOR MENDES FERREIRA	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
188	SMR XIV - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS XIV LIMITADA	18.873.148/0001-04	JOYCE ROMANO LAMOUNIER	ANESTESIOLOGIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
189	SMR XIX - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS XIX LTDA.	18.996.600/0001-17	PEDRO HENRIQUE CARAZZA SILVA	CIRURGIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
190	SMR XL - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS XL LTDA - ME	19.511.181/0001-49	RACHEL SARAIVA TEATINI SELIN DE SALES	OBSTETRICIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
191	SMR XLII - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS XLII LTDA.	19.926.646/0001-22	ANGELA LOPARDI NICOLATO	CIRURGIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
192	SMR XLIII - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS XLIII LTDA - ME	19.926.875/0001-47	GUILHERME AUGUSTO RIBEIRO ARAÚJO	CIRURGIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
193	SMR XLIII - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS XLIII LTDA - ME	19.926.875/0001-47	GUILHERME AUGUSTO TORRES FERREIRA	OBSTETRICIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
194	SMR XLIV - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS XLIV LTDA	19.926.896/0001-62	THAYANE OLIVEIRA DA SILVA	OBSTETRICIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
195	SMR XLIX - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS XLIX LTDA	19.933.364/0001-52	ANA LUIZA NEVES VIEIRA	OBSTETRICIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
196	SMR XLIX - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS XLIX LTDA	19.933.364/0001-52	MARCOS PAULO FERREIRA CORRÊA ALVES REIS	CIRURGIA	CC	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
197	SMR XLVII - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS XLVII LTDA - ME	19.933.347/0001-15	RANY SOUZA CÂNDIDO	OBSTETRICIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
198	SMR XVI - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS XVI LTDA	18.996.730/0001-50	DANILO LIRA LEAL RIBEIRO	OBSTETRICIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
199	SMR XVIII - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS XVIII LTDA - ME	18.996.704/0001-21	LARISSA CORDEIRO LOPES	CLÍNICO	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
200	SMR XX - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS XX LTDA.	18.996.565/0001-36	BRENO FERREIRA ZWETKOFF	CIRURGIA	CC	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
201	SMR XXII - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS XXII LTDA	19.175.463/0001-12	EMILIANA FONSECA BELO DE ARAÚJO	OBSTETRICIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
202	SMR XXIII - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS XXIII LTDA	19.175.476/0001-91	TATIANE APARECIDA FERNANDES CAMPOS	CIRURGIA	CC	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
203	SMR XXIV - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS XXIV LTDA - ME	19.180.622/0001-77	LEONARDO GOODSON DO NASCIMENTO	OBSTETRICIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
204	SMR XXIX - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS XXIX LTDA - ME	19.180.663/0001-63	CLÁUDIO ALEANDRO SANDOVAL	CLÍNICA MÉDICA	CTI	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
205	SMR XXVII - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS XXVII LTDA - ME	19.180.700/0001-33	JAQUELINE GONÇALVES NONAKA	OBSTETRICIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
206	SMR XXXI - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS XXXI LTDA	19.510.384/0001-10	EDMO SODRÉ GALVÃO DOIRADO	ORTOPEDIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



ANEXO III - EMPRESAS MÉDICAS

207	SMR XXXI - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS XXXI LTDA	19.510.384/0001-10	RENATO FIGUEIREDO SILVA	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
208	SMR XXVII - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS XXVII LTDA - ME	19.510.399/0001-89	KÁTIA ROBERTA MENDES DOS SANTOS	PEDIATRIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
209	SMR XXVII - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS XXVII LTDA	19.510.399/0001-89	KARLA ELIZA DA COSTA	PEDIATRIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
210	SMR XXVI - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS XXVI LTDA - ME	19.510.554/0001-67	CAIO HENRIQUE AMORIM CHAVES	ORTOPEDIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
211	SMR XXVI - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS XXVI LTDA - ME	19.510.554/0001-67	HEITOR PABELO DO VALE	ORTOPEDIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
212	SMR XXVI - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS XXVI LTDA - ME	19.510.567/0001-36	LORENA NUNES SOARES COSTA	PEDIATRIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
213	SMR XXVII - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS XXVII LTDA	19.511.136/0001-94	GABRIELA LIMA ALENCAR SOUZA	OBSTETRÍCIA	MATERNIDADE	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
214	TER SEVICOS MEDICOS LTDA	18.276.638/0001-15	LAURA ALVARES MARTON RANGEL	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
215	THIAGO AMORIM ALVES PEREIRA - ME	31.802.578/0001-95	THIAGO AMORIM ALVES PEREIRA	PEDIATRIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
216	TMI SOLUÇÕES MÉDICAS LTDA	27.177.888/0001-99	ABNER FIORESE BISSOLI	ORTOPEDIA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA
217	TOTALMED SERVIÇOS MÉDICOS	26.327.652/0001-29	CARLA LANDAETA MAIA	CLÍNICA MÉDICA	UPA	01/05/2019	13/09/2020	DEMANDA	DEMANDA



ANEXO IV - COORD MÉDICA





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Registros Fotográfico

TABELA 04 - COORD MED

RELAÇÃO DE EMPRESAS COORDENAÇÃO MÉDICA

ORDEN	COORDENADORES	CNPJ	NOME	ESPECIALIDADE	INICIO	TÉRMINO	VALOR INICIAL	VALOR ATUAL	OBSERVAÇÃO
1	HEISEI ASSISTÊNCIA MÉDICA S/S	09.580.997/0001-70	GABRIELA MARIA DURANS SOARES E ADRIANA CERRI GENOVESE	Governancia clinica, gerenciamento de equipe de coordenação médica, assessoria técnica de demandas assistencial.	14/09/2017	01/09/2018	137.000,00	147.000,00	Em 01/09/2018 realizado nova assinatura de contrato com alteração da representante legal e alteração do objeto.
2	HGC - HEALTH GESTÃO DE CONSULTORIA EIRELI	23.547.443/0001-00	ERCILO MARTINS DA COSTA JÚNIOR	Prestação de serviços de gerencia médica.	14/09/2017	13/09/2018	87.500,00	87.500,00	
3	IPÊ PÚRPURA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	23.241.051/0001-00	PAULO MAX GARCIA LEITE	COORD. ANESTESIOLOGIA	14/07/2017	13/09/2020	22.275,87	4.689,66	
4	JULIANA DEL DEBBIO ZICA ME	28.174.391/0001-80	JULIANA DEL DEBBIO ZICA	HEMOTOGISTA / RT	01/05/2019	13/09/2020	4.900,00	4.900,00	
5	NUTRIHUMANA MED SERVIÇOS MEDICOS LTDA	20.502.575/0001-10	AGUINALDO BICALHO ERVILHA JUNIOR	COORDENAÇÃO CTI	01/05/2019	13/09/2020	22.839,31	7.936,11	
6	PNEUMO MEDICINA	10.659.389/0001-35	DANIEL FONSECA ESPINOLA	DIRETOR TÉCNICO	01/05/2019	13/09/2020	11.000,00	11.000,00	
7	SALUS SERVICOS MEDICOS LTDA	33.906.318/0001-95	KELLY DE FREITAS E SILVA	COORD. CLINICA MÉDICA	01/07/2019	13/09/2020	6.000,00	6.000,00	
8	SENE CLINICA MEDICA	13.722.973/0001-86	LETÍCIA SILVA SENE	RADIOLOGISTA / RT	01/04/2019	13/09/2019	2.000,00	2.000,00	SUBSTITUIU A EMPRESA IMPOMED SERVICOS MEDICOS
9	SMR CIII - SOCIEDADE MEDICAS REUNIDAS CIII LTDA	24.324.488/0001-70	CRISTIANE DE SOUZA CARVALHO	COORD. PEDIATRIA	01/05/2019	13/09/2020	6.000,00	6.000,00	
10	SMR LXXIII - SOCIEDADES MÉDICAS REUNIDAS LXXIII LTDA.	21.353.714/0001-53	Magnus Cesar Mendes de Souza	Auditoria Hospitalar	01/05/2019	13/09/2020	6.000,00	6.000,00	
11	SMR XLIV - SOCIEDADES MEDICAS REUNIDAS XLIV LTDA	19.926.896/0001-62	Thayane Oliveira as Silva	Coord. Obstétrica	01/05/2019	13/09/2020	2.353,11	2.353,11	
12	SMR XXII - SOCIEDADES MEDICAS REUNIDAS XXII LTDA	19.175.463/0001-12	EMILIANA FONSECA BELO DE ARAÚJO	Coord. Obstétrica	01/05/2019	13/09/2020	2.353,11	2.353,11	
13	TAVEX - TARCISIO VERSIANI SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI	33.380.079/0001-82	TARCISIO VERSIANI AZEVEDO FILHO	COORD. CIRÚRGICA	01/05/2019	13/09/2020	17.857,14	17.857,14	
Total							328.070,54	305.589,13	



Registros Fotográfico

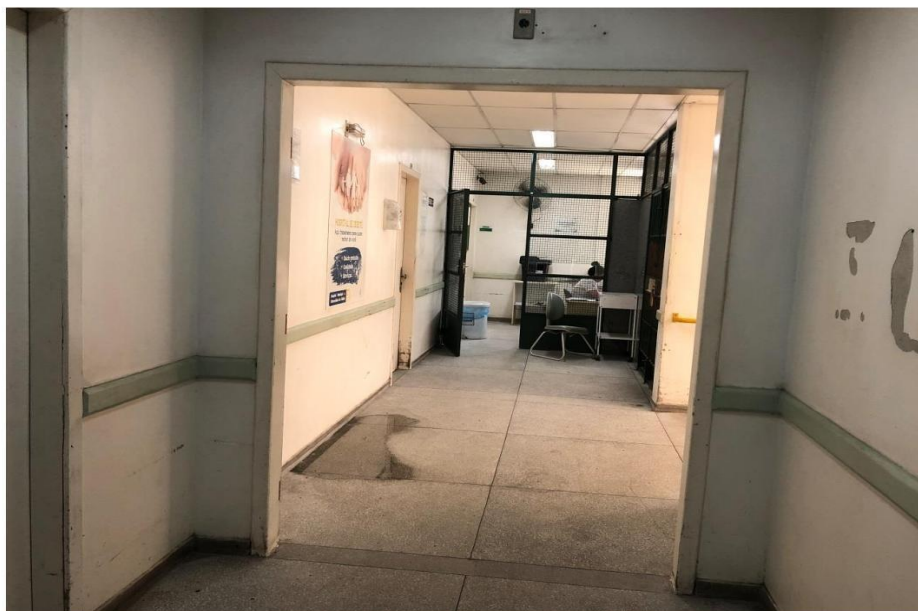
Registros fotográficos do Hospital Maternidade de Ibirité





Registros Fotográfico

Registros fotográficos do Hospital Maternidade de Ibirité





Registros Fotográfico

Registros fotográficos do Hospital Maternidade de Ibirité





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Lista de profissionais

ANEXO II

Nº	Médicos da UPA não cadastrados no CNES (referência escala de plantões no mês de Agosto de 2019)	Especialidades Médicas
1	Célio Zacarias	Clínico
2	Bárbara Resende	Clínica
3	Luiz Ramos	Clínico
4	Bruno Samuel	Clínico
5	Fernanda Araújo Sá	Clínica
6	Antônio Bedeti	Clínico
7	Kleuber Meireles	Pediatria
8	Nayara Dourado	Pediatria
9	Barbara Soares	Pediatria
10	Marina Araújo	Pediatria
11	Lorena Nunes	Pediatria
12	André Mesquita	Cirurgia
13	Angela Nicolato	Cirurgia
14	Pollyana Mendes	Cirurgia
15	Caio H. Chaves	Ortopedia
16	Túlio de Castro	Ortopedia
17	Luiz Octávio	Ortopedia
Nº	Médicos do HMRI não cadastrados no CNES (referência escala de plantões no mês de Agosto de 2019)	Especialidades Médicas
1	Marina Rangel	obstetra
2	Ana Luiza Moreira	obstetra
3	Marina Dias	obstetra
4	Natália Dantas	obstetra
5	Ana Flávia Campos	Pediatra
6	Lorena Nunes	Pediatra
7	Raquel Cunha	Pediatra
8	Tiago Leite	Pediatra
9	Vinicius Campos	Anestesia
10	Dalila Lima	Clínica/ Horizontal
11	Bianca Gontijo	Clínica/ Horizontal
12	Rafael Mansur	Clínico/ Horizontal
13	Caique Antônio	Clínico/ Horizontal
14	Priscila Marçal	Horizontal